



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**PORTO SUL E IMPRENSA: MITO DO PROGRESSO OU DESENVOLVIMENTO NO
EIXO ILHÉUS-ITABUNA**

Por

EMILIO JOSÉ SANTOS GUSMÃO

Nazaré Paulista-SP, março de 2016.



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**PORTO SUL E IMPRENSA: MITO DO PROGRESSO OU DESENVOLVIMENTO NO
EIXO ILHÉUS-ITABUNA**

Por

EMILIO JOSÉ SANTOS GUSMÃO

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

PROF.^a SUZANA MACHADO PADUA

PROF. JORGE CHIAPETTI

PROF. CLAUDIO B. VALLADARES PADUA

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

Ficha Catalográfica

Gusmão, Emilio José Santos.

Porto Sul e Imprensa: Mito do Progresso ou desenvolvimento no eixo Ilhéus - Itabuna. Ano 2016.

Trabalho Final (Mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

1. Mito do progresso
2. Imprensa
3. Desenvolvimento
- I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

Nazaré Paulista, 03 março de 2016.

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Prof. Dr. Jorge Chiapetti

Prof. Dr. Claudio B. Valladares Padua

AGRADECIMENTOS

De coração, agradeço ao IPÊ pela grande oportunidade;

À professora Suzana Padua pela orientação atenciosa e amizade nos momentos angustiantes;

Ao professor Jorge Chiapetti pela orientação e por ter me recebido de braços abertos em sua preciosa biblioteca, em bate-papos riquíssimos regados a bons vinhos;

Ao professor e conselheiro Dirceu Góes, amigo jornalista de sempre;

À professora Cristiana Martins pela paciência diante de tantas dúvidas;

Ao professor Claudio Padua pelas contribuições a este trabalho;

A Aline Salvador, Socorro Mendonça e Rui Rocha pelo material, entrevista e atenção cedidos;

A José Nazal pelas imagens aéreas;

Aos companheiros de imprensa entrevistados (obrigado pela confiança);

Aos incentivadores José Henrique Abobreira, Otávio Filho, Carlos Pereira Neto e Israel Nunes (*in memoriam*);

Aos meus pais Ivonete e José Maria pelo apoio;

A Solange e Mile, força auxiliar nos três meses em que fiquei em Ilha Grande de Camamu, lendo e escrevendo. Ao parceiro Thiago Dias pelo cuidado com o Blog do Gusmão em minhas ausências. À Fibria e ao Instituto Arapyáú, financiadores do mestrado.

À Juliana e João (dois jotas imprescindíveis),
à Luciana (querida filha/sobrinha)
e à Maria Rainha de Vila Formosa.

RESUMO

A partir de 2008, a região sul da Bahia foi cenário de intenso debate cujo tema central foi o Porto Sul. Esse projeto de desenvolvimento econômico foi proposto pelo governo estadual baiano e a empresa Bahia Mineração. Este trabalho discute a participação da imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna (principais municípios da região estudada) no debate público sobre o empreendimento. Por meio de entrevistas e publicações coletadas, analisa a influência do mito do progresso como ideologia que prevaleceu na exposição e defesa da obra estruturante. Esse predomínio distanciou quase que totalmente os veículos de comunicação social dos valores e princípios da sustentabilidade. Também ficaram evidenciadas discrepâncias acentuadas entre o conhecimento científico e o senso comum predominante na imprensa pesquisada.

Palavras-chave: Imprensa; Mito do progresso; Desenvolvimento econômico; Meio ambiente; Sul da Bahia.

ABSTRACT

Since 2008, Southern Bahia, Brazil, has been witnessing an intense debate having the Porto Sul Project as its central theme. The proposal was made by the government of Bahia together with the Bahia Mineração Company as an economic development project. This study analyzes the media participation in the public debate that dealt with the topic between Ilhéus-Itabuna (main municipalities of the region). Through interviews and published materials I analyzed the "myth of progress" as the prevalent ideology that defends what is being proposed with little or no questioning on its impact. This tendency has parted almost all vehicles of communication from the values and principles of sustainability. The study also evidenced the distance between scientific knowledge and the common beliefs that predominate in the media.

Keywords: Press; Myth of progress; Economic Development; Environment; South of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Audiência pública do Porto Sul realizada em Ilhéus, em 30/10/2011, no Centro de Convenções Luiz Eduardo Magalhães.....	12
Figura 2: Audiência pública do Porto Sul realizada em Ilhéus, em 12/12/2013, no Centro de Convenções Luiz Eduardo Magalhães.....	13
Figura 3: Antonio Celso, representante da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração, dá explicações sobre o Porto Sul na Câmara de Vereadores de Ilhéus, durante sessão legislativa ocorrida em 09 de abril de 2008.....	17
Figura 4: Povoado de Ponta da Tulha (Ilhéus).....	19
Figura 5: Reportagem da Revista Manchete, de julho de 1973, sobre o Porto do Malhado.....	73
Figura 6: Imagem aérea do bairro São Miguel.....	77
Figura 7: Imagem da Praia do Norte, área das cabanas de praia próximas ao Bairro São Domingos.....	78
Figura 8: Protesto de moradores dos bairros São Miguel e São Domingos, em 16/09/2015.....	79
Figura 9: Os dezoito estados brasileiros que receberiam Zonas de Processamento de Exportação..	80
Figura 10: Txai Resort Itacaré. Hotel no qual, em dezembro de 2008, o então presidente francês Nicolás Sarkozy e a primeira-dama Carla Bruni ficaram hospedados.....	83
Figura 11: Moradores do bairro Pedro Fontes, em Itabuna (BA), em protesto devido à falta de água em suas residências. Fato ocorrido no dia 09/12/2015.....	87
Figura 12: Loteamento Brisa do Mar, zona sul de Ilhéus.....	89
Figura 13: Ocupação irregular de área desapropriada pelo governo do estado da Bahia, na zona norte de Ilhéus, próxima do pretense Parque Estadual da Ponta da Tulha. Essa localidade possui remanescentes de Mata Atlântica em bom estado de conservação, segundo o IBAMA.....	89
Figura 14: Áreas de manguezais com habitações irregulares.....	90
Figura 15: José Martins, sócia de Jorge Amado que circula pelas ruas e calçadas do centro histórico de Ilhéus.....	90
Figura 16: Trecho da FIOL, com obra paralisada.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre os profissionais entrevistados.....	25
Tabela 2: Distribuição da produção de amêndoas de cacau entre diferentes extratos de produtores no ano de 1943.....	50
Tabela 3: Valor do investimento médio mensal das pessoas economicamente ativas residentes na microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000).....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Um clamor por justiça social fundamentado na expectativa de progresso	11
O Porto Sul surge como pauta obrigatória.....	14
Objetivos.....	21
Metodologia	21
Dados sobre os profissionais entrevistados.....	25
1 O MITO DO PROGRESSO	28
1.1 A hegemonia do mito do progresso na imprensa de Ilhéus e Itabuna	33
ARTIMANHAS NO DISCURSO DA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS.....	43
2 ABORDAGENS SOBRE A ECONOMIA REGIONAL NA IMPRENSA	46
2.1 Imprensa regional e desigualdade	47
2.2 Imprensa e a economia regional pós-crise	53
ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS.....	56
3 IMPRENSA E COMPREENSÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE	58
ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS....	70
4 TRAJETÓRIA DO MITO DO PROGRESSO NO SUL DA BAHIA	72
4.1 Porto do Malhado: desenvolvimento econômico nos anos 1970	72
4.2 ZPE: A zona do progresso dos anos 1980	79
4.3 PRODETUR: O turismo como promessa de desenvolvimento nos anos 1990.....	81
4.3.1 A imprensa não reconhece o turismo como fator de desenvolvimento	84
4.4 Porto Sul: a nova face do mito do progresso	92
ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121
ANEXO A: DECRETO Nº 16.487 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015	125
ANEXO B: REPORTAGENS	127

INTRODUÇÃO

Um clamor por justiça social fundamentado na expectativa de progresso

O auditório da Justiça Federal, em Ilhéus (BA), estava lotado na tarde de 6 de agosto de 2010. Pesquisadores do LIMA/COPPE da UFRJ¹, por meio de uma linguagem que se esforçava para não ser puramente técnica, tentavam explicar ao público os cenários possíveis do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul.

Os espectadores divididos em dois grupos (pró e contra o empreendimento) ouviam a síntese da Avaliação Ambiental Estratégica. Na mesa, a presença do professor Emilio La Rovere (coordenador geral da pesquisa) dava autoridade à apresentação. Sua fala pausada e calma gerava um revestimento de sabedoria ao seu discurso científico.

Na abertura da consulta pública, o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Eugênio Spengler, recomendou equilíbrio. O *site* de notícias Pimenta na Muqueca, ao transcrever parte do discurso da autoridade ambiental, classificou os dois grupos em disputa.

Spengler utilizou a expressão “círculo suicida” para definir o conflito entre os que pregam radicalmente a preservação ambiental e os defensores do progresso. É preciso equilíbrio, pois esse confronto não é bom nem para o desenvolvimento nem para o meio ambiente. (BLOG PIMENTA, 2010)²

Adeptos e contrários divergiam na plateia. Acusações cruzavam o ambiente gerando inquietação. Defensores do projeto afirmavam que os ambientalistas eram *financiados pela Natura*, aqueles que não concordavam respondiam que os militantes do progresso eram *pagos pela Bamin*³.

De repente, uma jovem defensora do projeto emitiu um lamento convicto e lancinante em voz alta: “Gente, pelo amor de Deus! Floresta não enche a barriga de ninguém. Essas paisagens não servem para nada. O porto vai gerar empregos.

¹ Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (LIMA/COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Disponível em <http://www.pimenta.blog.br/2010/08/06/secretario-prega-equilibrio/>, acesso em 20 de janeiro de 2016.

³ A empresa Natura nunca esteve diretamente ligada ao movimento contrário ao Porto Sul, entretanto, um de seus sócios, Guilherme Leal, possui propriedades no Sul da Bahia e se posicionou contra.

Nosso povo está passando fome e nós precisamos do progresso”⁴. Ao encerrar a participação, foi aplaudida de pé e com entusiasmo pela maioria da plateia.

O grito me deixou perplexo, desconsertado. Pensei: como pode uma pessoa ser tão insensível e desinformada ao mesmo tempo? Para mim, aquela intervenção remetia a mais completa imbecilidade e merecia ser contestada.

Com o passar do tempo, percebi que aquele clamor merecia uma análise parcimoniosa. Por mais que me parecesse simplório, remetia a um discurso social cuja origem vinha da desigualdade. Compreender o outro se fez necessário, e “a palavra, como portadora de ser, é o lugar onde o ser se instaura como revelação” (BUBER, 2006, p. 24).

Uma pergunta me inquietou: por quais razões aquela jovem – cujas características físicas lembravam a personagem Gabriela, *cor de canela*, do universo literário (e ilheense) de Jorge Amado – defendeu a supressão de parte do patrimônio natural e cultural da cidade em que vive?

Os eventos que promoveram discussão e debate sobre o Porto Sul, sobretudo as três audiências públicas realizadas em Ilhéus, demonstraram que a maioria apoiava a implantação do projeto. O grupo de críticos, liderado por ambientalistas, buscou ampliar seu contingente por meio de militantes de outras cidades (até mesmo de outros estados), solidários à causa da preservação do meio ambiente.

Figura 1: Audiência pública do Porto Sul realizada em Ilhéus, em 30/10/2011, no Centro de Convenções Luiz Eduardo Magalhães.



Fonte: José Nazal, 2010.

⁴ Registro feito pelo autor, 2010.

Figura 2: Audiência pública do Porto Sul realizada em Ilhéus, em 12/12/2013, no Centro de Convenções Luiz Eduardo Magalhães.



Fonte: O autor, 2013.

Entre os dias 17 a 24 de maio de 2011, a empresa Sócio-Estatística realizou pesquisa de opinião em Ilhéus sobre percepção e avaliação do Porto Sul. Ao todo, 713 pessoas foram ouvidas. Segundo Agenor Gasparetto, sociólogo responsável, o erro amostral ficou em torno de 4% para o conjunto da pesquisa.

Quase 8% disseram que se consideram “bem informados”. Outros 26% disseram estar “mais ou menos” informados, outros 47% disseram que ‘já ouviram falar’ e outros 17% ‘não’. São favoráveis ao Porto Sul aproximadamente 71% dos ilheenses entrevistados. São contra o projeto cerca de 7%. Não se pronunciaram sobre o projeto quase 23%. Nesse quesito, o ilheense anseia e acredita no projeto Porto Sul (GASPARETTO, 2011, p. 25).⁵

A pesquisa demonstrou que a jovem que implorava pelo progresso não estava sozinha. A ampla margem favorável possibilitou aos empreendedores (governo do estado da Bahia e Bahia Mineração) que o projeto fosse legitimado no imaginário coletivo da população de Ilhéus. O principal lema do discurso oficial era diminuir a desigualdade. A recepção foi positiva. Por quais motivos?

⁵ Resultados exatos: não sabe, 22,8%; a favor, 70,6%; contra, 6,6%.

O Porto Sul surge como pauta obrigatória

A casa do médico Ruy Carvalho oferecia um ambiente muito agradável naquela manhã de 9 de janeiro de 2008. Cerca de trinta convidados foram escolhidos para deliciarem um típico café baiano⁶, com direito a cuscuz de tapioca e banana da terra cozida. A memória degustativa de um obeso, normalmente, serve como um bom ponto de referência, clareador de recordações. A mesa estava farta! Havia quibe (comum no Sul da Bahia graças aos turcos e libaneses que chegaram à região nos primórdios do cacau) e cachorro quente com milho verde enlatado.

A residência do médico – e aniversariante naquela data – foi construída num dos ambientes mais aprazíveis de Ilhéus. O Outeiro de São Sebastião, ponto elevado onde a cidade nasceu, serviu de refúgio e ponto de resistência aos colonos da Capitania de São Jorge dos Ilhéus durante as invasões francesa e holandesa. Do sobrado de Ruy Carvalho, cuja varanda foi construída numa área que lembra um mirante, é possível ter uma belíssima imagem da Baía do Pontal, referência exuberante da paisagem ilheense.

Os convidados respiravam política eleitoral. Ruy Carvalho foi candidato a prefeito da cidade em 2004. Saiu das urnas com 26% dos votos válidos, em 2º lugar. Era considerado nome favorito para vencer as eleições municipais de 2008. O convite para participar do encontro deixou-me satisfeito. Como profissional de comunicação social, comecei a perceber os primeiros sinais de reconhecimento. O Blog do Gusmão, criado em agosto de 2007, já tinha muitos leitores e começava a obter respeito, dada a influência que passou a ter na opinião pública local.

Durante 20 minutos permaneci sozinho, ocupando um único assento de uma mesa. Observava os convidados e seus afagos (alguns forçados, outros não) no futuro candidato a prefeito. Eis que uma senhora pediu licença para sentar à mesa. Seu nome, Socorro Mendonça. Foi direta:

– Gusmão, sou leitora do seu blog e lhe parabeno pelos seus textos.

As leituras de Dostoievski me influenciaram a tratar os elogios com prudência, contudo, jamais deixei de agradecer, mesmo que dosando o entusiasmo. Normalmente, os elogios a um jornalista vêm acompanhados de pedidos de publicação.

⁶ Desjejum ou refeição matinal.

– Você conhece o litoral norte de Ilhéus? – perguntou com tom de interrogatório.

– Sim. Já estive muitas vezes no condomínio Mar e Sol. Para mim, as praias do norte são mais bonitas que as do sul. Adoro aquele lugar.

– Você já tomou conhecimento de que o governo do estado deseja construir um mineroduto para trazer ferro de Caetité para Ilhéus?

Daí em diante, preendi a minha atenção ao que ela falava. Bem informada, me explicou com detalhes a *boa nova do desenvolvimento*. Uma multinacional do Cazaquistão comprou uma grande jazida de ferro descoberta em Caetité, município localizado no semiárido, na região sudoeste da Bahia. O objetivo do governo do estado era transportar esse recurso natural não renovável via mineroduto⁷ até a região do povoado de Ponta da Tulha, no litoral norte de Ilhéus. No local será construído um terminal portuário para escoar toda a produção.

O anseio por uma nova atividade econômica, baseada em infraestrutura portuária para escoamento da *commodity*, minério de ferro, difere acentuadamente do histórico do Sul da Bahia, cuja principal atividade econômica até a década de 1980 foi a produção de cacau, e hoje está concentrada no setor terciário (comércio e serviços).

Em abril de 2008, quatro meses depois da conversa com Socorro Mendonça na casa de Ruy Carvalho, o governo do estado da Bahia enviou um representante da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração, chamado Antonio Celso, para explicar, em linhas gerais, a nova proposta para a região. As oitivas aconteceram no prédio da Fundação Cultural de Ilhéus (sobrado onde o escritor Jorge Amado viveu sua infância) e na Câmara de Vereadores.

Nas oitivas, Antonio Celso tentou convencer os participantes da necessidade de mudar a matriz econômica do Sul da Bahia. Mencionou várias vezes a crise do cacau iniciada no final da década de oitenta (século XX), cuja lavoura foi quase que inteiramente dizimada pela vassoura-de-bruxa⁸. Com a destruição de grande parte das plantações, lembrou do grande êxodo de trabalhadores rurais (e seus familiares) para os centros urbanos da região. Munido de um argumento supostamente lógico,

⁷ Extensa tubulação que leva o minério extraído na mina até um determinado local.

⁸ A vassoura-de-bruxa é causada por um fungo devastador (*crinipellis perniciososa*) que apodrece o fruto do cacau, diminuindo a produção.

citou dados da violência urbana e destacou Itabuna, cidade vizinha situada a 26 km de Ilhéus, tida como uma mais violentas do País⁹. Em suma, o cacau era o passado de fracassos e o Sul da Bahia não poderia abrir mão da oportunidade oferecida pelo *novo governo*¹⁰ de promover o seu pleno desenvolvimento. O Porto Sul era o caminho capaz de gerar, aproximadamente, entre 6 a 8 mil empregos.

O emissário anunciou, entretanto, uma mudança nos planos dos dirigentes estaduais. O minério de ferro extraído em Caetité chegaria até Ilhéus por meio de vagões e locomotivas. A cidade não receberia apenas um novo terminal portuário. Seria *presenteada* com um *complexo intermodal* que reuniria o Porto Sul, um novo aeroporto (dessa vez internacional e com alfândega), a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL)¹¹, rodovias, um terminal pesqueiro, e outro terminal turístico e de cargas. Para Antonio Celso, a estrutura portuária da Bahia estava saturada:

Os portos de Aratu e Salvador encontram-se estrangulados. Além de uma hidrovia atualmente desativada, temos apenas uma ferrovia e algumas estradas federais, como a BR-101 e a BR-116. Quer dizer, é muito pouco para um Estado que deseja integrar-se ao Centro-Oeste e ao Sul do país. (Site Ilhéus Amado, 2011)¹²

Sobre o local destinado à construção do novo porto, admitiu estar inserido dentro da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada¹³, contudo, o governo intencionava reservar *apenas* 1.800 hectares para o empreendimento.

A *regra de ouro* usada pelo emissário foi ter dado garantia de que o Governador Jaques Wagner (do Partido dos Trabalhadores) não iria implementar

⁹ Em março de 2010, o Mapa da Violência do Brasil de 2007 registrou Itabuna em 2º lugar no número de homicídios registrados na Bahia, e em 26º no país.

¹⁰ De 1991 a 2006, a Bahia foi governada por lideranças políticas ligadas ao grupo de Antônio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL), que em 2007 se transformou em Democratas (DEM). A partir de 2007, a Bahia passou a ser administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – antes de oposição –, sob a liderança de Jaques Wagner.

¹¹ Conforme o Relatório de Impacto Ambiental da FIOL, “o traçado da Ferrovia de Integração Oeste - Leste (FIOL) estende-se entre os municípios de Figueirópolis/TO e Ilhéus/BA, totalizando cerca de 1.500 km de extensão” (EIA-RIMA FIOL). Disponível no endereço <http://migre.me/u9s3l>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

¹² Disponível em <http://www.ilheusamado.com.br/antigo/?q=node/7321>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

¹³ A APA Lagoa Encantada (Lagoa Encantada e Rio Almada) foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.217, de 14/07/93, e ampliada pelo Decreto Estadual nº 8.650 de 22/09/2003. Está localizada no litoral norte do município de Ilhéus (a 34 km da sede municipal) e abrange os municípios de Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina. Sua área corresponde a 157.745 ha, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Almada. A sua flora é composta de Mata Atlântica associada ao cultivo do cacau, além de manguezais e restingas. A proposta de criação da APA foi encaminhada pelo governo municipal de Ilhéus “para ampliar e assegurar a vocação turística da cidade” (Agência SEBRAE de Notícias, 2010). Disponível em <http://migre.me/u9s6n>. Acesso em 24 de janeiro de 2011.

projetos de desenvolvimento de maneira autoritária, sem o consentimento da sociedade local. “Ele é o autor da Lei que protege a Mata Atlântica. Por isso e por outras posturas, o governador jamais fará algo que vá de encontro à sua biografia, à sua história de homem democrático”¹⁴ O passar do tempo fez do compromisso do governador, estabelecido naquele dia pelo seu representante, um exercício de retórica, como veremos posteriormente.

Figura 3: Antonio Celso, representante da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração, dá explicações sobre o Porto Sul na Câmara de Vereadores de Ilhéus, durante sessão legislativa ocorrida em 09 de abril de 2008.



Fonte: Site Ilhéus Amado, 2008.

A participação de um professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), nos questionamentos às intenções do governo do estado, despertou minha atenção. Com veemência, o engenheiro agrônomo Rui Rocha (também ambientalista) observou que as características do projeto nada diziam respeito às vocações naturais do litoral norte de Ilhéus. Para ele, era inadmissível construir um porto numa área protegida pela legislação ambiental e tombada pela UNESCO como posto avançado da reserva da biosfera da Mata Atlântica. Classificou a proposta como impositiva, uma vez que a sociedade local não havia participado da discussão. Cobrou o envolvimento das comunidades afetadas e mencionou os investimentos

¹⁴ Site Ilhéus Amado, 2008. Disponível em: <http://www.ilheusamado.com.br/antigo/?q=node/7321>. Acesso em 19 de abril de 2016.

feitos pelos governos federal e estadual, para o fomento do turismo¹⁵, a partir do litoral norte de Ilhéus. Na opinião de Rui Rocha, o novo rumo planejado para o Sul da Bahia era completamente contraditório:

Com esse novo equipamento, estaremos mudando radicalmente o modelo de desenvolvimento instalado no município. O Governo precisa respeitar as vocações naturais de Ilhéus. É sempre bom lembrar que a APA da Lagoa Encantada é um patrimônio da Bahia, do Brasil e do mundo. Por isso, sob pena de sermos irresponsáveis com as futuras gerações, não podemos deixar que ela seja ameaçada. Entendo que o grande problema do Porto Sul é a sua localização” (*Site Ilhéus Amado*, 2008).¹⁶

Percebi o professor Rui Rocha como um defensor da teoria de desenvolvimento sustentável e incluyente de Ignacy Sachs. Nela, as características do lugar (endógenas) devem prevalecer na configuração de um modelo de crescimento econômico. A “eficácia social do investimento” é o objetivo principal, e não apenas o montante aplicado nos projetos. Sachs critica os modelos “neoclássicos” de crescimento e sua influencia junto aos governos:

[...] gozam de muito prestígio junto às autoridades que decidem sobre as grandes orientações, graças à sua simplicidade conceitual, mas, sobretudo em virtude da aparência de ‘objetividade’ que conferem às decisões eminentemente políticas relativas à distribuição dos encargos e dos benefícios do crescimento (ENRIQUEZ apud SACHS, 2008, p. 53 e 54).

As observações feitas por Rui Rocha, em síntese, coincidiam com as leituras preparatórias para a seleção do curso de mestrado em Cultura e Turismo, oferecido pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Essa outra visão do desenvolvimento, fora dos padrões habituais, já era alvo de muitas das minhas reflexões. Prestei a seleção algumas vezes e acabei sendo aprovado, depois de muita insistência¹⁷.

¹⁵ Segundo Chiapetti (2009, p.145), entre 1995 a 2005, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) aplicou R\$ 21.779.000, especificamente, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré.

¹⁶ Disponível em: <http://www.ilheusamado.com.br/antigo/?q=node/7321>, Acesso em 19 de abril de 2016.

¹⁷ A aprovação no Mestrado em Cultura e Turismo da UESC ocorreu em 2011. Não foi possível cursá-lo, pois o curso “teve sua nota rebaixada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo descredenciado e extinto pelo Ministério da Educação. O motivo para o resultado desfavorável foi a produção científica insatisfatória do corpo docente, que dava aulas, mas não publicava artigos nas revistas indicadas pela CAPES.

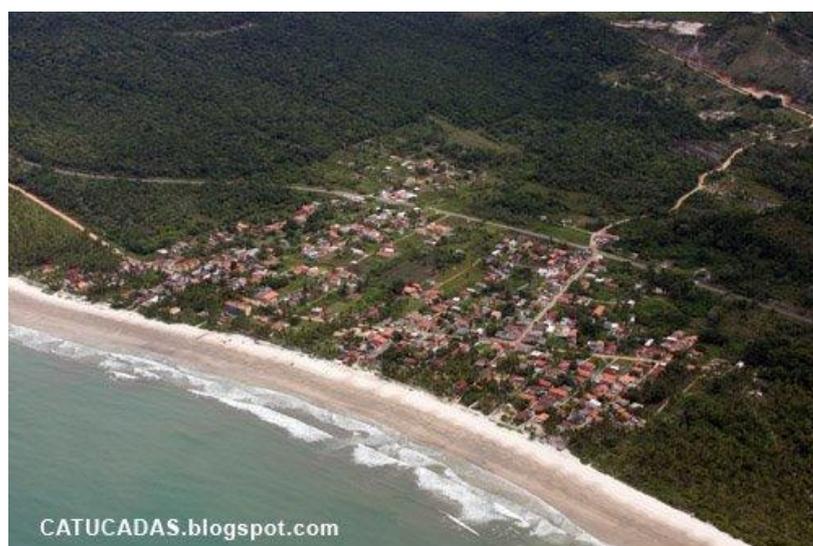
Informações disponíveis em <http://migre.me/tGUtb>. Acesso em 19 de abril de 2016.

Dentre os livros que li, não me saía da cabeça um artigo de Pompeu Figueiredo de Carvalho, cuja análise remete à influência do capitalismo periférico¹⁸ sobre o patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas. Esse fenômeno aconteceu na década de 70 do século XX. Para o autor:

A modernização periférica brasileira, no quadro da evolução do capitalismo tardio em escala mundial, intensificou o comando do crescimento das cidades médias do interior paulista, a partir da década de 70. Desde então, um modesto, mas significativo para a cultura local, patrimônio histórico e artístico começa a ser destruído sem parcimônia, empobrecendo cidades e cidadãos. Este processo continua de modo cada vez mais perverso e agressivo, com os novos filisteus recorrendo até mesmo a recursos inescrupulosos (YÁGIZI, CARLOS e CRUZ, 2002, p. 104).

Na infância e na adolescência, passei muitas temporadas no litoral norte de Ilhéus. Naquele local, sobretudo nas proximidades da Vila Juerana, tomei banho nas águas do Almada (rio cujas nascentes estão em Almadina, cidade natal de meu pai). A identificação com aquele lugar era plena. “O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida” (YÁGIZI, CARLOS e CRUZ, 2002, p. 28). Não me parecia certo transformá-lo em um não-lugar, produto de relações outras, afastado da identidade cultural¹⁹ da região.

Figura 4: Povoado de Ponta da Tulha (Ilhéus).



Fonte: José Nazal, 2008.

¹⁸ Desenvolvimento do capitalismo por meio da industrialização ocorrida nos países subdesenvolvidos da América Latina a partir da década de 1970, período que abrange o milagre econômico brasileiro.

¹⁹ [...] “suas ‘paisagens’ características, seu senso de ‘lugar’, de ‘casa/lar’, ou heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente” (HALL apud SAID, 2003, p. 71 e 72).

À medida que o governo do estado explicava suas pretensões, ficava cada vez mais evidente a impossibilidade de garantir a preservação daquele local.

Ao juntar parte das minhas recordações sobre os projetos desenvolvimentistas anunciados para Ilhéus com as leituras a que me dedicava, decidi tomar posição contrária à instalação do Porto Sul. De início, resolvi romper com o cânone da imparcialidade, para que fosse possível mostrar ao público os interesses das forças da sociedade envolvidas na defesa do projeto. “Apenas desta forma o jornalismo pode de fato cumprir sua promessa de esclarecimento, esclarecendo previamente que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação” (MORETSZON, 2007). Essa manifestação contrária deveria acontecer no Blog do Gusmão, mídia digital modesta, de minha responsabilidade e identificada pelo meu sobrenome.

Em março de 2008, iniciei a discussão do tema junto aos leitores. Percebi que não seria fácil convencê-los, mesmo porque, a maior parte da imprensa já havia aderido ao projeto. Poucos estavam dispostos a questioná-lo. O Porto Sul já havia se transformado numa questão de fé.

Na imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna, apenas quatro corajosos profissionais²⁰ (três jornalistas e um radialista) romperam com o discurso totalizante e utópico do desenvolvimentismo, por meio da defesa consciente da sustentabilidade. Contudo, apesar da importância desses comunicadores, não trataremos das exceções, e sim, da hegemonia.

Essa conjuntura capaz de levar a maior parte dos veículos de comunicação social a aderir cegamente aos interesses de uma corporação, levantou uma série de questionamentos inquietantes neste pesquisador.

Sendo assim, este trabalho analisa e questiona o discurso hegemônico dos veículos de comunicação do eixo Ilhéus-Itabuna, no debate sobre o Porto Sul ocorrido entre 2008 a 2014.

²⁰ Os três jornalistas que manifestaram publicamente questionamentos ao Porto Sul foram: Marcos Pennha, Paulo Paiva e Emilio Gusmão. O único radialista foi Gil Gomes (Rádio Santa Cruz).

Objetivos

Os objetivos deste trabalho são:

- Analisar a influência do mito do progresso na imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna;
- Mostrar que o debate sobre o Porto Sul aconteceu à margem do conhecimento científico, e que se deu influenciado por um sistema de crenças e valores da tradição cultural do Ocidente, que tem o “aprimoramento constante” como tendência irreversível da humanidade;
- Mostrar que a imprensa também desconsiderou experiências frustradas de projetos de desenvolvimento econômico implantadas no sul da Bahia;
- Propor a estudantes de jornalismo, comunicação social e profissionais de imprensa interessados, uma lista de dicas para identificar e questionar artimanhas usadas pela imprensa. No caso aqui analisado, as mensagens enganosas buscam convencer o público a aceitar projetos de desenvolvimento econômico;
- Por meio de reflexões, contribuir para que a imprensa não seja seduzida por interesses financeiros de grandes corporações, na maioria das vezes, alheios à conservação do meio ambiente e ao interesse público.

Metodologia

Escolhemos o “ecossistema” da imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna como campo e fonte de dados para esse estudo. Buscamos nesse ambiente uma experiência singular para a nossa formação de pesquisador. Percebemos a oportunidade de lidar mais diretamente com a realidade empírica, sem depender exclusivamente da intermediação de outros pesquisadores (GONDIM; LIMA, 2010).

Para dar conta dessa pesquisa, escolhemos como norte metodológico o estudo de caso, cujas etapas são: exploração, decisão e descoberta. As características desse método são adequadas ao nosso objeto, mas uma em especial demonstrou maior afinidade: a interpretação em contexto.

Segundo Lüdke e André (1986, p. 18 e 19), para uma compreensão mais completa do objeto,

[...] é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas.

Definido o método, identificamos e entrevistamos seis profissionais de imprensa que mais se notabilizaram no debate sobre o Porto Sul, por meio de defesas convictas e entusiasmadas do empreendimento.

A escolha levou em consideração pesquisa de opinião pública realizada em abril de 2011, cujo resultado apontou a influência dos entrevistados ou dos veículos de comunicação que eles representam. Outros fatores determinantes foram considerados, a exemplo de premiações concedidas por clubes de serviços e instituições regionais, capacidade de repercussão e integração com outros veículos de imprensa e entrevistas curtas com dez profissionais da área, com a seguinte pergunta: “Em sua opinião, quais foram os colegas da imprensa que mais se destacaram no debate público sobre o Porto Sul?” O resultado corroborou a formação da lista de escolhidos.

Munidos das entrevistas, optamos por não identificá-las, uma vez que esse trabalho de análise, mesmo elaborado com total respeito, pode gerar exposição pessoal e conseqüente contestação das competências dos entrevistados na opinião pública da região.

A natureza desse trabalho se dispõe a expor e analisar a presença da ideologia do mito do progresso na produção cotidiana desses comunicadores. Abriremos mão dos nomes sem dispensar suas identidades e o contexto cultural e econômico em que estão inseridos.

No debate sobre o Porto Sul, os escolhidos adotaram um discurso hegemônico, complexo e afastado das questões atuais sobre o meio ambiente e sua conservação. Essas características nos levaram a classificar essa conjuntura como um fenômeno social, cujo estudo pode dispensar a experimentação como método científico. O cruzamento e a contraposição do material coletado formam a essência da metodologia por nós escolhida que, segundo Robert Yin:

[...] surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem um "caso" e

retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2015, p. 04).

Já que a dúvida é o passo inicial que move a ciência, a pergunta que nos inquietou foi: “Por que os principais profissionais e veículos de imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna defenderam a construção do Porto Sul?”

Formulamos duas hipóteses rivais plausíveis para dar conta das questões mais importantes da pesquisa.

- Os profissionais de imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna são parte do senso comum muito influenciado pelo mito do progresso, por isso apoiaram o Porto Sul.
- Os profissionais de imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna são influenciados por interesses econômicos. Com o Porto Sul, eles enxergam a possibilidade de aumentar o faturamento e o lucro dos seus veículos de comunicação social.

A partir da pergunta e das hipóteses, decidimos elaborar um estudo de casos múltiplos. Esse método passa obrigatoriamente pela análise comparativa, obviamente, por meio de mais de um caso (aqui, mais de um profissional de imprensa). O nosso objetivo é alcançar uma pesquisa contundente, com evidências que repliquem ou contrastem a linguagem característica do “mito do progresso” nos depoimentos dos entrevistados.

Apenas com essas replicações a descoberta original seria considerada robusta. A lógica subjacente ao uso de estudos de caso múltiplos é a mesma. Cada caso deve ser selecionado cuidadosamente para que (a) possa predizer resultados similares (uma replicação literal) ou (b) possa produzir resultados contrastantes, mas para razões previsíveis (uma replicação teórica) (YIN, 2015, p. 04).

As entrevistas foram realizadas em Ilhéus e Itabuna, em setembro de 2015. Utilizamos um aparelho *Iphone 5s* para gravá-las em formato digital. As transcrições ocorreram no mesmo mês.

Para que não haja dúvidas sobre a realização e autenticidade da pesquisa, uma vez que os nomes dos entrevistados não serão revelados, os professores e orientadores deste trabalho (Suzana Padua, Claudio Padua e Jorge Chiapetti) receberam os arquivos digitais de áudio e as transcrições. A eles coube a função de

comitê ético e o crivo de que a pesquisa de campo foi realizada. Resumindo: as entrevistas não surgiram de um trabalho de ficção, construído a partir da imaginação do autor, por mais que, em alguns trechos, o mesmo utilize elementos da linguagem literária.

As vinte questões da entrevista (semiestruturada) foram divididas nos seguintes temas:

- Perfil profissional (formação, tempo e meio de atuação);
- Análise sobre a economia regional;
- Como recebeu a notícia da construção do Porto Sul e quais perspectivas foram geradas;
- Importância do meio ambiente;
- Relação conflitante entre meio ambiente e desenvolvimento;
- Significado de progresso;
- Influência da cultura capitalista e do mercado nos veículos de imprensa.

O depoimento do Entrevistado 1 (E1) serviu como caso piloto e permitiu retirar perguntas que geraram respostas repetidas. Também evitamos a reflexividade, ou seja, a influência mútua e sutil entre o entrevistador e o entrevistado, situação em que a perspectiva de quem indaga, “inconscientemente, influencia as respostas do entrevistado, mas as respostas também, inconscientemente, influenciam sua linha de investigação. O resultado é um matiz indesejado no seu material de entrevista” (YIN, 2015, p. 116).

O mesmo autor, referência para a elaboração de estudos de casos, ressalta que na coleta de dados o pesquisador não deve ficar restrito apenas a um tipo de fonte de evidência.

O uso de múltiplas fontes de evidência na pesquisa de estudo de caso permite que o pesquisador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais. A vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas de evidência, no entanto, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação (YIN, 2015, p. 116).

Dessa forma, também coletamos publicações sobre o Porto Sul em veículos de imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna e no *site* da Secretaria de Comunicação do Estado da Bahia.

Para evitar a identificação dos nossos entrevistados, não utilizaremos o material publicado por eles na mídia regional (artigos, reportagens e gravações dos programas de rádio). Ressaltamos que não há contradições entre as entrevistas e o que se tornou público.

Para não ficarmos restritos aos depoimentos, serão utilizadas publicações de outros profissionais, cujas participações também foram relevantes no debate. Neste caso, o reconhecimento da autoria será possível, uma vez que o material está disponível na internet.

Dados sobre os profissionais entrevistados

Tabela 1: Dados sobre os profissionais entrevistados.

	Idade aproximada	Tempo de atuação	Escolaridade
E1 ²¹	68 a 74 anos	34 anos	Nível médio
E2	50 a 60 anos	30 anos	Nível superior
E3	60 a 66 anos	30 anos	Nível médio
E4	68 a 74 anos	10 anos	Nível médio
E5	35 a 42 anos	27 anos	Nível fundamental
E6	35 a 42 anos	21 anos	Superior incompleto

Fonte: O autor, 2015.

As pessoas ouvidas atuam em jornais impressos, rádios ou blogs. Decidimos não entrevistar profissionais de TV, pois teríamos que lidar com outro tipo de estudo de caso, que incluísse as práticas e rotinas dos canais de televisão (organizações). Essa pesquisa envolveria um número maior de profissionais, pois as pautas dos canais de TV, em sua maioria, não foram definidas ou produzidas pelo profissional que fez a reportagem. Segundo Shoemaker e Vos (2011):

Embora não tenha encontrado grandes diferenças nas atitudes entre os tipos de equipe, as descobertas indicam que as reportagens “em organizações corporativas são mais controladas e editadas. [...] Rotinas são desenvolvidas por todas as organizações, pois o processo de transformar algo em rotina ajuda a controlar fluxo de trabalho. (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 106 e 84).

²¹ E1 = Entrevistado um. E2 = Entrevistado dois. E3 = Entrevistado três. E4 = Entrevistado quatro. E5 = Entrevistado cinco. E6 = Entrevistado seis.

Neste trabalho, preferimos analisar ícones da comunicação social e do jornalismo do Sul da Bahia. Em alguns casos, apesar de solitários na labuta diária, eles possuem grande capacidade para influenciar a opinião pública regional.

A palavra “empreendedorismo” se encaixa com precisão para resumir a trajetória dos profissionais entrevistados. Todos, seja por vocação de talento, seja por formação técnica ou acadêmica, abraçaram suas carreiras por predileção à comunicação social.

A decisão de trilhar caminhos independentes sofreu influência da constatação de que, no Sul da Bahia, o mercado de comunicação só é capaz de gerar rendas e lucros satisfatórios aos donos dos veículos.

Mesmo assim, constatamos queixas sobre a baixa rentabilidade das empresas, principalmente nos jornais impressos. Há casos em que os donos dos jornais sozinhos redigem e diagramam as edições, uma vez que os poucos funcionários estão com os salários atrasados. Há outros em que os empregados dificilmente recebem o valor integral dos seus vencimentos e são pagos com os famosos “vales” (medida adotada quando não há dinheiro em caixa para quitar integralmente a folha de pagamento).

Nas emissoras de rádio, o vínculo empregatício também é precário. Das seis estações de Ilhéus (Gabriela FM, Rádio Cultura AM, Cidade FM, Santa Cruz AM, Bahiana AM e Conquista FM²²), só as duas primeiras²³ pagam o piso salarial dos radialistas definido por empresas e o STERT-I²⁴. Diante desse quadro, é normal que as empresas de radiodifusão (incapazes de manter uma lista suficiente de colaboradores) aluguem horários ou firmem contratos de parceria, em que os valores arrecadados por meio dos anúncios publicitários são divididos entre os donos das emissoras e os apresentadores dos programas.

No caso dos blogs – originalmente concebidos como páginas pessoais na internet, nas quais qualquer cidadão pode ser dono do veículo e jornalista ao mesmo tempo – entrevistamos duas pessoas que conseguiram transformar seus *sítes* em

²² Emissora comunitária.

²³ A Cidade FM paga o piso salarial, mas possui apenas um funcionário, já que repete a programação da Rede Aleluia, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus.

²⁴ Sindicato dos Trabalhadores em Radiodifusão de Ilhéus.

empresas, após terem conquistado muitos acessos²⁵ e influência no eixo Ilhéus-Itabuna ou em uma das duas cidades.

Vale ressaltar que mesmo os empregados possuem vínculos com o empreendedorismo. Os salários baixos e a carga horária flexível (de 4 a 6 horas por dia) os levam a buscar outros trabalhos, como as assessorias de imprensa no setor público ou no privado.

²⁵ Aferição realizada pelo sistema *Google Analytics*.

1 O MITO DO PROGRESSO

O mito é o esclarecimento imperfeito, uma fórmula pronta alheia a qualquer questionamento, pois o seu final já é conhecido e esperado. Assume o papel de uma verdade indiscutível e está próximo (se não equiparado) da fé religiosa, na medida em que gera convicções e certezas inabaláveis. Está afastado, em parte, do conhecimento científico haja vista que “congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas” (FURTADO, 1974, p. 13).

Formado por referenciais morais e religiosos, reveste-se de uma rede de regras que o faz perdurar ao longo do tempo. Dotado de estabilidade, consegue vincular suas mensagens no conjunto social e se transforma em ideologia, a “matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (ZIZEK, 1996, p. 07).

Wright considera o mito uma organização do passado e o relaciona com a dimensão cultural, cujos modelos: “reforçam os mais profundos valores e aspirações de uma cultura... Os mitos são tão repletos de significado que nós vivemos e morremos por eles. Eles são os mapas pelos quais as culturas navegam ao longo do tempo” (WRIGHT, 2007, p. 17).

Nesta dissertação, analisamos o mito associado à ideologia de progresso, que segundo Wright (2007) vem de um ideal vitoriano²⁶, em que a humanidade caminha no sentido de uma evolução gradual e contínua de aprimoramento. Essas mudanças são irreversíveis, qualitativas e têm apenas um rumo: do “menos bom para o melhor” (DUPAS, 2006, p. 18).

Rossi (2000) elenca sinônimos de progresso utilizados com frequência em dicionários e por “falantes”: “avanço, crescimento, aperfeiçoamento, melhoramento, desenvolvimento, ampliação, aumento, extensão, incremento”. Como veremos mais adiante, os nossos entrevistados corroboraram com todos os significados.

O mesmo autor afirma que no fim do século XVIII, os discursos sobre crescimento e avanço se articularam numa teoria ou doutrina. Ele enumera cinco teses:

²⁶ Período do reinado da Rainha Vitória (1837 a 1901), no Reino Unido. Segundo a historiografia oficial inglesa, caracterizado pela paz e prosperidade. Representa o auge da Revolução Industrial.

1. a história é uma unidade regulada por leis que determinam os fenômenos individuais nas suas relações recíprocas e nas suas relações com a totalidade; 2. o progresso configura-se como uma lei da história; 3. o aumento da capacidade de intervir sobre o mundo e da capacidade de conhecer o mundo é identificado como progresso moral e político; 4. este é posto numa relação de dependência com aquele aumento; 5. a luta (como ocorre em Spencer e no darwinismo social) é interpretada como elemento constitutivo ou como mola do progresso (ROSSI, 2000, p. 114).

Entretanto, Rossi (2000) não encontrou as cinco teses nas obras dos principais filósofos dos séculos XVII e XVIII que escreveram sobre o progresso. Na visão dele, a doutrina está distante da filosofia da época.

Jamais conheci um autor, situado entre a época de Bacon e a de Newton, no qual essas cinco teses estivessem presentes. Nenhum dos autores que mencionei acima jamais considerou que os avanços do gênero humano pudessem configurar-se como um processo necessário, nem jamais considerou que o progresso fosse uma lei da história.

Parece possível afirmar portanto que entre a ideia moderna de crescimento ou de avanço na tecnologia e no saber e a ideologia setecentista e oitocentista do progresso ocorrem diferenças muito relevantes (ROSSI, 2000, p. 115).

Barzun (apud DUPAS, 2006, p. 13) afirma o contrário. A doutrina foi incorporada à filosofia do século XVIII, haja vista que os avanços tecnocientíficos criaram objetos de desejo e símbolos do progresso. Essa produção inovadora ratificou o credo no aperfeiçoamento.

Os novos símbolos que seduzem o desejo estão revestidos de modernidade. A inovação sugere que o progresso alcançou o seu objetivo, de mais um passo à frente na busca incessante pelo melhor. Por meio da tecnologia (avanço) prova que é exequível, real, palpável, gera frisson e satisfação. Tudo isso motiva o consumo.

A simbologia do progresso possui um componente visual, cujo apelo é a novidade que nos salta aos olhos. É o equipamento recente, cuja nova funcionalidade, nunca antes notada é capaz de alterar nossas vidas, de supostamente melhorá-la.

A Apple, por exemplo, famosa empresa norte-americana fabricante de equipamentos eletrônicos (computadores e softwares), é sinônimo de tecnologia de ponta aplicada no cotidiano das pessoas. Em seus comerciais, percebe-se o uso de imagens marcadas pela ideologia do progresso. Cada novo produto lançado, sugere mais um avanço digno de atenção, cobiça e compra. Seu símbolo é a maçã mordida

por Eva, objeto de desejo notabilizado no livro de Genesis do Antigo Testamento (que ao ser ingerida causou a expulsão do homem do paraíso). A possibilidade de saciar o desejo, de ter o que é mais recente e avançado, sugere o alcance da felicidade. Dupas (2006) contesta esse apelo:

Nada impede que conheçamos e desejemos maior progresso e, ao mesmo tempo constatemos que obtê-lo não melhora necessariamente a qualidade de vida para maioria das pessoas. As sociedades são mais felizes que há dez anos porque temos telefone celular ou internet e, agora, tela de plasma? (DUPAS, 2006, p. 14)

Outro símbolo de progresso é a perspectiva de aperfeiçoamento da humanidade pregada pelo consagrado cientista e físico britânico Stephen Hawking. Na série de televisão O Mundo futurista de Stephen Hawking, cada episódio oferece sempre a mesma legenda:

Eu sou Stephen Hawking e gostaria de mostrar um vislumbre do seu futuro. Nesta série, cinco cientistas renomados vão investigar inovações impactantes. A onda de choque do progresso está indo na sua direção. Vamos mostrar como você vai se sentir mais seguro, se divertir mais, se conectar mais rápido, viver por mais tempo, ver além e ficar mais esperto. Com a tecnologia a nossa disposição, as possibilidades são infinitas. Bem-vindos à ciência do futuro. (NAT GEO, 2014)²⁷

As contribuições de Stephen Hawking para a ciência, sobretudo para os estudos sobre os buracos negros, foram plenamente reconhecidas pela comunidade científica mundial. Não queremos questionar sua importância. Contudo, soa estranho que ele acredite que as possibilidades da tecnologia são infinitas. Hawking tem sérias limitações físicas por sofrer de esclerose lateral amiotrófica, doença degenerativa que debilita a musculatura do corpo. Por mais que ele tenha se notabilizado por romper essas dificuldades e ter mantido sua produção científica, mesmo sabendo que fala por meio de um sintetizador de voz, ou seja, utiliza tecnologia avançada para sobreviver, produzir e se comunicar, a imagem atual de Hawking, a nosso ver, simboliza também os limites que a vida nos impõe, insuperáveis apesar de todo progresso tecnológico.

Crer no futuro melhor, apesar do presente ruim e limitador, é um ato de fé secular que, “tal como as religiões que o progresso desafiou, é cega diante de certas

²⁷ O mundo futurista de Stephen Hawking, série exibida pelo canal Nat Geo. Episódio disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cf0Y5S3Z9ql>. Acesso em 07 de julho de 2016.

falhas nas suas credenciais. O progresso, portanto, tornou-se um ‘mito’ no sentido antropológico” (WRIGHT, 2007, p. 16).

Rossi ressalta o vínculo repetitivo entre o tempo contemporâneo que não satisfaz e o futuro alvissareiro: “O senso da limitação, da insuficiência, da inaceitabilidade do presente aparece frequentemente ligado à esperança num futuro melhor ou simplesmente na certeza de que, mais cedo ou mais tarde, isso possa realizar-se.” (ROSSI, 2000, p. 52).

Entretanto, ao analisarmos períodos históricos distintos percebemos que é possível mensurar os avanços. O impacto positivo que determinadas descobertas e invenções tiveram em seus referidos contextos reforça a profecia de um futuro melhor, como assinala Abbagnano (apud DUPAS, 2006, p. 19): “uma série de eventos quaisquer que se desenvolvam num sentido desejável”; ou ‘a crença de que os eventos da história desenvolvam-se... realizando uma crescente perfeição”.

Não há como negar que a descoberta da penicilina por Alexander Fleming, em 1928, e o desenvolvimento dessa nova droga por Howard Florey e Ernst Chain não tenham significado avanços importantíssimos. Ao ser utilizado a partir de 1942, esse medicamento prolongou a vida de inúmeros pacientes que sofriam por infecções causadas pela bactéria estafilococos. Os benefícios à humanidade foram notáveis e Fleming foi considerado herói popular.

Por mais que o automóvel Fusca tenha uma legião de admiradores, é óbvio que os modelos posteriores trouxeram mais potência de motor, conforto, segurança, entre outros. Situação parecida sente quem usou os computadores pessoais fabricados nos anos 1990, e agora manipula as janelas sem o uso do “mouse”, por meio da tecnologia *touch screen* (ecrã tátil).

Dessa forma, nota-se que o progresso não é puramente fantasia, utopia ou coisa vaga. Possui um referencial palpável, ou seja, é real:

Quem crê no progresso, todavia, geralmente não se contenta com escolhas efetuadas no reino da imaginação. Não tende à fuga da história. Conta ou julga poder contar com possibilidades reais ou que interpreta como reais. Vê presentes na história algumas possíveis confirmações das suas esperanças, julga que ela procede — nem que seja nos tempos longos — segundo uma e não outra direção. Considera em todo caso que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança num futuro desejável, melhor que um presente cujos limites e insuficiências são visíveis (ROSSI, 2000, p. 52).

A forma como a técnica e a ciência se apresentam funciona como um alicerce prático e teórico que dá credibilidade ao progresso. Por ser reconhecido como um saber institucionalizado, cujo nascedouro está nas universidades, o conhecimento científico se coloca acima de todos, por oferecer experimento, comprovação e consequentemente, validade.

Técnica e ciência formam uma ideologia que se presta a fornecer racionalidade ao contínuo progresso. O conhecimento técnico-científico é acumulativo, uma tese é superada por outra que lhe sucede. O avanço parte do estágio inicial para o posterior aprimorado. Essa semelhança promove o encontro de duas ideologias que juntas se reforçam. Dessa forma o mito do progresso se transforma numa “verdade” capaz de solucionar todos os problemas. De acordo com Husserl,

Isto acontece na forma de uma práxis de novo tipo (...), que visa elevar a humanidade, mediante a razão científica universal, as normas de verdade de todas as formas e transformá-la de raiz numa nova humanidade – capacitada para uma auto-responsabilização absoluta, em virtude do seu discernimento teórico absoluto. (HUSSERL apud HABERMAS, 2013, p. 134)

Outra característica da ideologia do progresso - e da sua “marcha à frente” - está na convicção de que a história é previsível, ao ponto de enquadrá-la num roteiro onde a superação é o ator protagonista de mais um final feliz. Percebe-se que essa perspectiva otimista em relação ao porvir ignora que os problemas também evoluem. Além do mais, questões nunca solucionadas persistem, a exemplo da exclusão social, concentração de renda e subdesenvolvimento, considerados por Dupas (2006) como parte do mito.

Sobre os acasos da história e a impossibilidade de se traçar destinos, vale a pena citar a posição de Benjamin – “Não sou daqueles que pretendem que o progresso seja óbvio, que a humanidade não possa recuar. Não há fatalidade, caso contrário a história da humanidade, que se escreve de hora em hora, seria toda escrita antecipadamente”. (BENJAMIN apud LÖWY, 2006, p.64).

Outra definição digna de destaque sobre a história é a de Musil, dessa vez por meio de uma bela e poética metáfora:

O caminho da história não é o de uma bola de bilhar, que segue uma inflexível lei causal; assemelha-se mais ao de uma nuvem, a alguém que vai

perambulando pelas ruas e que é desviado aqui por uma sombra, ali por um grupo de pessoas ou pelo espetáculo de uma praça barroca, e por fim chega a um lugar que não conhecia e aonde não desejava ir (MUSIL apud ROSSI, 2000, p. 20).

A imprevisibilidade da história contrapõe o mito do progresso. Essa constatação fica evidente nos discursos que defendem grandes projetos de investimento. O futuro promissor de um bom negócio para todos geralmente não se realiza, privilegia seletivamente as grandes corporações e beneficia poucos. Nos momentos de crise, quando uma empresa tem sua capacidade de produção prejudicada, a primeira saída é demitir os trabalhadores para assegurar a margem de lucro ou diminuir os prejuízos.

1.1 A hegemonia do mito do progresso na imprensa de Ilhéus e Itabuna

O Porto Sul foi consolidado como discurso hegemônico a partir de 2008 quando a opinião pública do eixo Ilhéus-Itabuna – incluindo a maioria da imprensa – assumiu a defesa do empreendimento como se fosse de interesse geral.

A maioria da população julgou ser importante dar vazão ao estado de espírito dos empreendedores (governo do estado da Bahia e Bahia Mineração). A perspectiva empresarial da mineradora, após encontrar apoio do poder executivo estadual, conquistou a supremacia nos corações e mentes.

Nessa abordagem, utilizamos o conceito de hegemonia de Gramsci e Giovanni Arrighi, entendido como:

[...] a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, é ser assim percebido pelos outros. Portanto, nação ou elite hegemônica são aquelas que produzem discursos hegemônicos que têm a competência de conduzir um sistema (de nações ou culturas) a uma direção desejada; mas, ao assim fazer, ainda conseguem ser percebidas como se buscassem o interesse geral (GRAMSCI apud DUPAS, 2006, p. 16).

Analisamos neste subcapítulo a influência do mito do progresso – intrínseco ao Porto Sul – nos veículos de comunicação das principais cidades do Sul da Bahia.

Pedimos aos nossos entrevistados que expusessem como o progresso se manifesta ou pode se manifestar na vida de cada um. A nossa intenção era colher a compreensão pessoal.

E1 relacionou progresso com a chegada de investimentos e idealizou projetos pessoais:

Pelo simples fato de haver recursos investidos, normalmente nós teremos uma capacidade muito grande para novas empresas se instalarem nos municípios, na região como um todo. Aí haveria estudos socioeconômicos no sentido de saber onde aplicar os recursos. O progresso viria. [...] Esse progresso é inerente à chegada de capitais, de vultosos investimentos na economia. Por exemplo, quer ver uma coisa? Eu se acertasse na loteria aquele megaprêmio de 30 de dezembro, tentaria comprar todas as fazendas nesse percurso entre Ilhéus e Itabuna. Ali futuramente vão ser empreendimentos imobiliários de médio, baixo custo, como o Minha Casa, Minha Vida, mas de pessoas que viriam de fora, ficariam atraídos pela região porque realmente é uma região bonita, muito agradável e fariam seus condomínios de alto luxo nesse percurso Ilhéus-Itabuna. Isso significa, de certa forma, um índice de progresso. (E1, 2015)²⁸

Para E2, progresso diz respeito à quantidade de dinheiro que o seu negócio lhe rende:

Progresso para mim é você está hoje melhor do que ontem. Do ponto de vista pessoal, depende de um monte de coisas. Eu hoje, por exemplo, estou sem dinheiro. Então estou pior do que ontem. Essa recessão mexe muito com meu negócio, que depende do comércio, depende muito de serviços. Eu estou pior que ontem. Amanhã vou estar melhor. Progresso, para mim, é você não parar de ter um amanhã melhor. Se você está numa fase ruim, mas sabe que vai melhorar depois. Isso é progresso. (E2, 2015)²⁹

E3 expôs compreensão ampla e relacionou avanço com o uso da tecnologia no cotidiano:

Eu sinto em diversos campos: no ensino, eu passo na faculdade e vejo um menino com um *tablet*, com *notebook*, estudando. Não é *WhatsApp* brincando, nem face brincando, tem jovem que tem seu aparelho de comunicação com internet para estudar. Eu vejo professores ensinando na sala de aula, se dirigindo ao quadro negro com uma lanterninha de laser. Olha que coisa! [...] Eu vejo em todas as facetas até mesmo no meu trabalho. Quem diria que hoje eu iria apresentar um programa com um computador à minha frente, tudo à minha frente? Então a tecnologia hoje é algo irreversível. É um produto que não tem como acabar e é sempre mutável, com avanços melhores. (E3, 2015)³⁰

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

E4 citou a palavra “desenvolvimento”:

O progresso pode se manifestar de diversas formas. Comercialmente, ele se manifesta através do desenvolvimento. Se existe um foco de desenvolvimento, logicamente, ele vai atrair o progresso para aquela área, para aquele foco. Aí a tendência do desenvolvimento é gerar o progresso. O desenvolvimento vem com progresso, vem com trabalho, vem com a vontade, essas coisas todas juntas vêm para formar o progresso de uma área, de uma região. [...] O lugar-comum do dizer: andar pra frente, é ir sempre em frente, crescendo sempre. [...] Economicamente, financeiramente, culturalmente. Sempre indo pra frente você está progredindo na vida. (E4, 2015)

E5 falou sobre a influência do progresso na educação e na saúde.

Eu citei há pouco a questão dos cursos de engenharia da UESC. Imagina você que a nossa juventude, aquela que tinha vontade de fazer engenharia, tinha que sair daqui. Eu tenho um sobrinho que faz engenharia em Feira de Santana, podia tá fazendo aqui. Eu acho que isso é um progresso: você trazer esses cursos para aqui. Depois da notícia do Porto Sul, nós temos aqui, tem um hospital de olhos que surgiu, que é o CENOE, que tem equipamentos de altíssima geração, de ponta, de ponta, de ponta. Isso é progresso. Você poder trazer equipamentos dessa natureza pra servir à comunidade. E tantas outras coisas. Surgiu aqui em Ilhéus outra clínica, a clínica AMO. Rapaz, eu tive na clínica AMO e tem coisas que só via fora daqui. [...] Uma clínica de oncologia. Imagina só: muitas vezes você tinha que sair de Ilhéus para fazer um tratamento em Salvador, ou fora do estado. Então a notícia do crescimento de Ilhéus, a notícia desses empreendimentos trouxe essas novas tecnologias. Isso é o progresso de uma cidade. Entendeu? Eu avalio isso como progresso. (E5, 2015)³¹

E6 mencionou a palavra “planejamento” ao se referir à organização de sua empresa e também citou avanços nos serviços de saúde:

Progresso, de forma geral, a gente pode dizer que é avanço. Avanço com premissas (não é para repetir “ordem e progresso”, não), com premissas do que você pode obter. Assim, pra chegar ao que se quer – o alvo, a gente pode falar de planejamento mesmo, para chegar ao desejado partindo de premissas, partindo do planejamento, de ações planejadas. Acho que a gente pode definir um pouco de progresso dessa forma. [...] Profissionalmente, no sentido de empreender mesmo, no empreendimento do veículo, a partir do momento que eu consigo organizar minhas contas: como eu consigo planejar investimentos? Ou: como fazer pra que o veículo onde eu trabalho, o veículo que eu comando, consiga ter sucesso. Em suma, é planejar. [...] Tem que reconhecer as facilidades que você usufrui num tratamento. [...] Cada vez mais a medicina tem dependido dos avanços tecnológicos, do desenvolvimento tecnológico para o diagnóstico, senão para a cura. (E6, 2015)³²

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

Na resposta de E1, fica evidente a necessidade de um investidor externo salvar a economia regional. Ele acredita que a instalação de novas indústrias (e a injeção de novos capitais) poderá servir de mola propulsora do progresso, porém, de maneira contraditória adverte sobre a necessidade de se fazer estudos socioeconômicos para decidir aonde aplicar os recursos. Independente de qualquer vocação econômica já existente, ele acredita que a atividade industrial bastaria ao Sul da Bahia, a crença no mito “induz a buscar um agente privilegiado, vetor do progresso” (FURTADO, 2000, p. 09).

Essa fé em “linhas de montagem” como única forma de desenvolver a economia, por meio de radical mudança nos meios de produção, a despeito das potencialidades locais, é mais um componente do mito do progresso. Ela desconsidera possíveis vocações existentes em outros setores da economia, como o primário (agropecuária) e o terciário (comércio e serviços). O cacau, por exemplo, principal produto de exportação na balança comercial da Bahia no século XIX, foi totalmente desconsiderado (por E1) devido à queda em sua produção a partir dos anos 1991/92 (MIRA, 2015). O entrevistado não levou em consideração que a economia é cíclica – períodos de crise antecedem tempos de apogeu e vice-versa – e qualquer possibilidade de recuperação da lavoura. Ignorou a nova cadeia produtiva do cacau, alternativa já vislumbrada, cuja finalidade é a produção de chocolates finos.

Assim considerado, cabem observações de Furtado (2000) sobre o progresso não necessariamente originado da “lógica da história”, mas que “está inscrito no horizonte de possibilidades do homem”. O sentido comum indica o caminho para alcançá-lo. “Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades” (FURTADO, 2000, p.10), ou seja, no caso as sonhadas indústrias.

E1 disse que na possibilidade de ficar muito rico investiria em áreas à margem da Rodovia Ilhéus-Itabuna (BR-415) para fazer loteamentos. E2 relacionou progresso ao caixa de sua empresa, à disponibilidade de recursos. Para E6 aprimoramento diz respeito ao planejamento do seu negócio. As três opiniões remetem ao princípio clássico que move o empresário no sistema capitalista. Na visão discutível de Adam Smith - em A Riqueza das Nações - aqueles que detêm os

recursos, quando buscam a satisfação dos interesses individuais, originam a força capaz de desencadear o bem-estar coletivo.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p. 74).

Tal certeza não discorreu sobre a concentração de renda, característica do capitalismo que favorece a desigualdade.

O mito do progresso trata a tecnologia como a inevitável redenção da humanidade. Essa percepção está presente nas respostas de E4 e E6 e, sobretudo, nas considerações sobre o avanço de E3.

E2, cuja empresa passa por dificuldades financeiras, afirma que a tecnologia lhe concede avanços diariamente.

A tecnologia todo dia me dá um progresso, porque todo dia tem uma novidade e eu sou fanático por tecnologia. Eu adotei todas as tecnologias antes até de alguém ter coragem de adotar. Eu usava CD muito antes de qualquer pessoa ouvir falar em CD. Sempre fui assim. Sempre tive essa fome por tecnologia. E tecnologia sempre me dá uma sensação de progresso, porque cada dia você pega um *smartphone* desse, ele hoje substitui quase tudo. Você tem bússola, lanterna, calculadora. Eu sempre gostei de uma calculadora HP 12C. Amo aquela calculadora. A minha quebrou. Eu descobri um aplicativo que é exatamente igual e faz exatamente a mesma coisa no celular. Então a cada dia eu descubro um aplicativo novo, um videogame novo, porque eu gosto muito de videogame. Na área de música sempre tem alguém fazendo alguma coisa diferente, nova – para mim, é progresso. (E2, 2015)³³

No contexto da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), a tecnologia foi derivada da “cópula do capitalismo com a ciência experimental” (ORTEGA Y GASSET apud DUPAS, 2006, p. 103). Foi desenvolvida a partir da necessidade das indústrias aprimorarem seu aparato técnico voltado à produção. Dessa forma, a pesquisa industrial fundiu-se à pesquisa científica “até então fundamentalmente sob o comando do Estado, voltada sobretudo ao domínio militar e só depois refluindo para o setor civil” (DUPAS, 2006, p. 88).

A cultura ocidental tem como indicador de superação o desenvolvimento tecnológico, “o porrete é melhor do que o punho, o arco é melhor do que o porrete, a

³³ Ibidem.

bala é melhor do que o arco” (WRIGHT, 2007, p. 15). Como exemplo citamos também o depoimento do pedreiro Celso Silva, morador de Ilha Grande, distrito de Camamu (Bahia), local em que foi produzida parte deste trabalho.

Seo Moreno foi o primeiro dono de embarcação a usar barco com motor aqui em Ilha Grande. Antes dele, a gente ia para Camamu de canoa. A viagem rendia muito, às vezes até cinco horas, dependia do tempo. No barco de Seo Moreno durava uma hora e meia. Hoje, com as lanchas rápidas em 15 minutos a gente chega em Camamu.

No livro *Técnica e Ciência como Ideologia*, Habermas analisa um estudo de Herbert Marcuse sobre a instrumentalização da técnica. Considera que técnica e ciência se transformaram em instituições que promovem a “racionalização³⁴”, cujo sentido é o reverso da tradição cultural.

Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas <<posteriormente>> e a partir de fora — inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projecto histórico-social; nele se projecta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é 'material' e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica (HABERMAS, 2013, p. 46).

A palavra “desenvolvimento” dita por E4 remete a uma ideia que prolonga o mito do progresso. Trata-se de mais um olhar – não divergente – influenciado por pensadores da economia neoclássica³⁵, que trata da relação microeconômica entre a oferta gerada pela empresa e a demanda desencadeada pelos consumidores (CECHIN, 2010, p. 35).

³⁴ Racionalização significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional. A isto corresponde a industrialização do trabalho social com a consequência de que os critérios da ação instrumental penetram também noutros âmbitos (urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e da comunicação (HABERMAS, 2013, p. 45).

³⁵ Os primeiros conceitos da economia neoclássica começaram a se desenvolver a partir da Revolução Marginalista (1870 – 1890), que causou o distanciamento da economia clássica. Segundo Chechin (2010), Léon Walras, Stanley W. Jevons, Alfred Marshall, Lionel Robbins e John Maynard Keynes desenvolveram esse pensamento econômico entre os séculos XIX e XX. Só a partir dos neoclássicos, a economia passou a ser um conhecimento do campo matemático. Keynes ampliou o pensamento da micro para a macroeconomia. O interesse dos estudos econômicos, antes restrito à conexão entre oferta e demanda em uma empresa individual, passou a se voltar para o conjunto, ou seja, para “os determinantes das quantias totais de consumo, poupança, renda, produção e emprego” (CHECHIN, 2010, p.37).

O mito do desenvolvimento, de acordo com Furtado (1974), foi “elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”, em que ocorrem sucessivamente modificações sociais complexas. O progresso técnico ocasiona mudanças que dão origem a novos padrões de consumo, gerando acumulação de capitais (ou recursos) justamente para a classe mais interessada (os empresários). Dentre as alterações de intensa continuidade destacam-se: substituição de produtos consolidados no mercado por outros mais recentes; instalações que serviam à produção tornam-se obsoletas; distribuição de renda sem equidade e concentração do poder econômico.

Furtado cita três dimensões básicas da ideia de desenvolvimento:

a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (FURTADO, 2013, p. 22).

O mito do desenvolvimento falha ao definir que o aumento da produção vai satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas de uma sociedade. Os lucros da produção industrial ficam concentrados nas mãos de poucos, controlados pela classe empresarial diretamente envolvida na produção. O fortalecimento da atividade industrial e o destino dado aos excedentes da produção configura a linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (FURTADO, 1974, p. 24).

O incremento da produção e o aumento do consumo ocasionam processos irreversíveis no meio ambiente. A demanda crescente eleva a necessidade por matérias-primas e aumenta a extração de recursos da natureza. Alguns componentes imprescindíveis à fabricação, encontrados no meio natural e não renováveis, transformam-se em propriedade privada. A acumulação de capitais – movida pela ânsia desenfreada por crescimento e lucro – transforma parte da energia extraída em poluição. Porção considerável dos dejetos representa uma força energética que não pode ser reaproveitada. Segundo a Física, esse fenômeno chama-se entropia³⁶.

³⁶ “(1) Medida da desordem da quantidade de energia não disponível em um Sistema. (2) É uma quantidade relativa de energia perdida de modo natural e inevitável no sistema físico-químico, conforme a segunda lei da termodinâmica. Enquanto esta energia perdida vai aumentando, o sistema vai se aproximando cada vez mais do seu estado de equilíbrio. Deste modo, a entropia pode ser encarada como uma medida de degeneração termodinâmica. (3) Do grego *εντροπία*, entropia é uma grandeza termodinâmica, geralmente associada ao grau de desordem. Ela mede a parte da energia

Com a Física se aprende que toda transformação energética envolve produção de calor que tende a se dissipar. Considera-se calor a forma mais degradada de energia, pois, embora parte dele possa ser recuperada para algum propósito útil, não se pode aproveitá-lo totalmente por causa de sua tendência à dissipação. É isso que diz a segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia: a degradação energética tende a atingir o máximo em sistemas isolados e não é possível reverter esse processo. Isso quer dizer que o calor tende a se distribuir de maneira uniforme por todo sistema, e calor uniformemente distribuído não pode ser aproveitado para gerar trabalho (CHECHIN, 2010, p. 61).

Em 1974, Celso Furtado escreveu que a universalização dos padrões de consumo mais elevados, típico dos povos ricos e comuns nos países que logo adotaram os paradigmas da Revolução Industrial, desencadearia um ritmo insuportável de extração de recursos naturais. Conseqüentemente, a poluição no meio ambiente atingiria níveis alarmantes. O custo muito alto do controle e a degradação da natureza levariam o sistema econômico ao colapso.

Hoje podemos constatar que a profecia de Furtado (e de outros estudiosos) foi transformada numa realidade assustadora. A onda desenvolvimentista elevou os níveis de dióxido de carbono, metano e outros gases na atmosfera tornando o clima mais quente. Esses gases formam nuvens e aprisionam o calor que é refletido pela superfície da Terra. O espaço entre as nuvens e a parte sólida do planeta metaforicamente se transforma numa estufa. O aquecimento na proporção correta favorece o equilíbrio climático (e a vida), mas, caso esse lançamento de gases não seja controlado e os níveis diminuídos, o aumento da temperatura vai derreter as geleiras e elevará o nível da água dos mares. Com o tempo o avanço das marés vai destruir consideráveis áreas de regiões costeiras. O calor acima do normal também prejudica a biodiversidade, uma vez que inúmeras espécies não conseguem se adaptar às novas condições climáticas. Esse fenômeno destrutivo chamado “aquecimento global” é o sintoma mais nocivo do mito do desenvolvimento.

O avanço tecnológico sugere que determinadas áreas do conhecimento se desenvolvem sem freio, num fluxo contínuo capaz de superar as mais complexas dificuldades vividas pelos seres humanos. A medicina é um exemplo dessa tendência.

que não pode ser transformada em trabalho. É uma função de estado cujo valor cresce durante um processo natural em um sistema fechado” (PIZZATO; PIZZATTO, 2009, p. 129).

O saber médico no diagnóstico e no prognóstico do tratamento de doenças desenvolveu-se de maneira espetacular com base no método anátomo-clínico, ou seja, 'ser capaz de ler os sinais das paisagens clínicas e das lesões constatadas *post-mortem*, com o triunfo das teses a respeito da origem específica das doenças, indispensáveis às descobertas bacteriológicas de Pasteur e Kock' (GORI & VOLGO, 2005, p. 29). [...] As técnicas de exploração do corpo, especialidades cirúrgicas e tratamentos farmacológicos que surgiram não têm precedentes (DUPAS, 2006, p. 186).

E5 e E6 definiram a tecnologia usada na medicina como herança positiva do progresso.

Entretanto, a ciência médica atual está mergulhada numa crise ética. Os pacientes passaram a ser chamados de clientes, num tipo de tratamento comum na relação empresa consumidor. Longe de querermos simplificar, veremos que essa questão não está restrita à linguagem.

A imagem de uma pessoa sendo submetida a um exame de ressonância magnética dá uma noção do simbolismo desse aprimoramento. Ao entrar na cápsula que lembra um aparelho futurista, cujo formato remete a acomodações de naves espaciais (cenários de filmes de ficção científica), tem-se a impressão de estar mergulhado no suprassumo da tecnologia de ponta. "A razão técnica agora oferece a 'cura', originando uma lógica própria e um poder sem limites" (DUPAS, 2006, p. 172).

Acontece que o exame vai mapear uma parte do corpo, na busca de um sintoma. Caso seja constatado, a medicina atual empreenderá esforços no tratamento daquela parte específica onde está a doença. É compreensível que em casos graves, como de um câncer, os médicos tentem impedir o tumor de tomar conta de outras partes do organismo. O problema está no fato de que essa visão predominante na parte específica afetada, que ignora o conjunto do corpo humano, é uma prática limitadora da visão médica. Os avanços registrados indicam atenção especial com os sintomas, não correspondem a uma curiosidade mais ampla de se investigar as possíveis causas no conjunto. A mente e a psicologia do indivíduo não são consideradas na investigação e no tratamento. "Nenhuma palavra – no entanto – sobre prevenção, causas, atitudes para evitá-los. A estratégia é localizar o mais cedo possível e extirpar" (DUPAS, 2006, p. 184).

A medicina norteadada pela tecnologia está cada vez mais em busca do lucro. De difícil acesso, exclui as pessoas de baixo poder aquisitivo. Longe de uma postura humanista e ética, segue os parâmetros da relação comercial, movida pela conexão

entre oferta e demanda. Grande parte dos médicos não toca em seus pacientes. Normalmente as consultas cobertas por planos de saúde duram 20 minutos (no Sistema Único de Saúde são ainda mais curtas). Os “clientes” saem dos consultórios com várias requisições de exames. Muitas vezes o médico do consultório é sócio da clinica onde é possível fazer o procedimento. Máquinas garantem rentabilidade financeira e exercem parte das funções dos profissionais. “Durante o século XX, a multiplicação de “máquinas de diagnóstico e curar” industrializou e uniformizou as condutas médicas, quase não existe mais o clínico geral; e o especialista só sabe diagnosticar com máquinas.” (DUPAS, 2006, p. 184)

Por outro lado, a tecnologia tem diminuído os honorários dos médicos que não são proprietários das máquinas de diagnóstico. Em recente entrevista concedida ao médico Dráuzio Varella, cujo tema (e título) foi “A Saúde dos Planos de Saúde”, o também médico Mauricio Ceschin discorre sobre o problema.

À medida que o gasto com tecnologia, materiais e medicamentos aumenta, o ganho do médico é espremido, e essa compreensão desemboca no conflito entre médicos e operadoras.

Esse conflito terá mais chances de ser resolvido quando os dois lados — operadoras e médicos — entenderem que os recursos, que são finitos, estão sendo transferidos de maneira pouco racional para custear outros insumos (VARELLA; CESCHIN, 2014, p. 56).

A medicalização tem gerado outro conflito ético dentro da medicina. A influência da indústria farmacêutica se faz notar no *modus operandi* dos *homens de branco*. Todo e qualquer problema do cotidiano tende a ser considerado um problema médico. Dupas (2006) relaciona algumas “doenças” inusitadas consideradas tratáveis segundo os laboratórios. Timidez e paixão amorosa - antes tidas como questões existenciais - podem ser resolvidas com determinadas drogas. Crianças com problemas de conduta são tratadas devido à fobia noturna e por fazerem “xixi na cama”. São as chamadas doenças da semana, cujo tratamento vira objeto de desejo graças ao apelo da publicidade massiva.

O professor Louis Garrison, da Universidade de Washington, lembra que a grande carga de publicidade influencia a prescrição de um medicamento porque ‘os médicos querem dar a seus pacientes um diagnóstico sólido, mas também querem deixa-los felizes’ (DUPAS, 2006, 174).

Funcionários que representam laboratórios fazem visitas constantes aos médicos nos consultórios. Algumas empresas bonificam com passagens aéreas e hospedagens aqueles que mais prescrevem seus produtos. O ambulatório, recinto em que deveria prevalecer a perspectiva de bem-estar ao paciente, é transformado em mais um ambiente comercial.

Situação mais grave acontece quando as indústrias farmacêuticas escondem os efeitos colaterais, como no exemplo do anti-inflamatório Viox³⁷.

Dessa forma, o progresso técnico-científico se afasta do primordial à vida dos doentes e passa a privilegiar a doença, componente fundamental para a geração do lucro e o conseqüente desenvolvimento dos fabricantes de drogas “lícitas”. O avanço fica completamente distanciado da moral e se transforma em loucura, “patologia ideológica” (WRIGHT, 2007, p. 78).

Assim exposto, o progresso na medicina citado por E5 e E6 está mais para uma armadilha do que para a redenção de todos os seres humanos.

ARTIMANHAS NO DISCURSO DA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS

- O mito do progresso impõe a lógica do avanço como valor absoluto. Trata-se de um caminho de única direção, certa e esperada. O final já é por demais conhecido: a redenção da humanidade.

- Assim como a religião, o mito do progresso exige atos de fé. Haja vista que fala em nome do bem comum de uma coletividade, que é também uma ideologia.

- O progresso privilegia principalmente grupos restritos, mas propicia partes pequenas de suas conquistas à maioria. Por mais que sejam distribuídas por meio de critérios cujo cerne é a desigualdade, essas conquistas (empregos, capacidade de consumo e etc) são capazes de seduzir a maior parte. Dessa forma, o mito do progresso se transforma num discurso hegemônico.

- O progresso é mensurado quando se compara períodos históricos distintos. As tecnologias inventadas numa determinada época superam o modo de vida do

³⁷ Segundo Dupas (2006), o New England Journal of Medicine acusou a Merck (fabricante do Viox) de mudar dados de um teste clínico importante, que aferia possibilidade de risco ao sistema cardiológico.

passado (do menos bom para o melhor). As facilidades dos novos tempos geram convicção no futuro promissor e irrefreável. O aprimoramento é constante.

- Contudo, a história não pode ser prevista. Problemas particulares (do indivíduo) ou sociais nunca solucionados pelo progresso estabelecem contraposições. Os avanços estão restritos a determinadas áreas e o alcance da felicidade continua sendo uma utopia.

- O mito do progresso possui formas sedutoras que estimulam o consumo. A tecnologia utiliza o apelo visual da modernidade como prova inabalável, cuja influência acontece em todos os sentidos da vida humana. O equipamento recente é capaz de melhorar nossas vidas, de nos tornar felizes.

- O avanço não supera, porém, o drama humano. Os novos bens de consumo se restringem a poucos. Doenças antigas persistem ou novas surgem, a desigualdade e a pobreza continuam presentes em vários países e se intensificam mundo afora, o flagelo persiste nas guerras onde a tecnologia aperfeiçoa constantemente o ato de matar.

- Ciência e técnica emprestam sua ideologia ao mito do progresso. Ambos se reforçam por serem cumulativos e por seguirem a lógica da superação. Entretanto, as hipóteses do mito do progresso são falhas e não podem ser testadas.

- Projetos estruturantes ou de desenvolvimento econômico tornam-se hegemônicos quando a maioria assume o estado de espírito dos empreendedores. O grupo privilegiado busca mais acumulação de renda, e a maioria quer empregos e mais consumo.

- O mito do desenvolvimento econômico é um prolongamento do mito do progresso. Ele nasce como ideal da burguesia que promoveu a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX.

- O mito do desenvolvimento falha ao prever que o aumento da produção vai suprir as necessidades básicas de todos os indivíduos de uma sociedade.

- Com o desenvolvimento econômico e o aumento do consumo verifica-se mais concentração de renda para os empresários. A maioria consegue saciar desejos efêmeros ao ter acesso a mais bens de consumo.

- A extração predatória e desenfreada de recursos naturais e o conseqüente aumento de dejetos das residências e das fábricas jogados no meio ambiente são efeitos nocivos do desenvolvimento econômico. Esses efeitos acontecem a partir da

universalização dos padrões de consumo mais elevados, comuns em países de alto padrão econômico e aqueles que primeiro desenvolveram seus parques industriais.

- O aquecimento global e as mudanças climáticas, com todos os efeitos inesperados e imprevisíveis são sintomas nocivos do mito do desenvolvimento.

- Os avanços da medicina são símbolos do mito do progresso, porém, não chegam a todas as pessoas e também não impedem o surgimento de novas doenças e o retorno das antigas.

- A medicina tem sido aperfeiçoada por avanços tecnológicos significativos que ajudaram a aumentar a expectativa de vida dos seres humanos. Contudo, há uma tendência em focar o tratamento dos sintomas das doenças e não suas causas. Além disso, não é dada a mesma atenção ao conjunto que forma o organismo humano.

- A lógica do capitalismo transforma tudo em mercadoria. A medicina atual passou a chamar pacientes de clientes, tipo de tratamento comum na relação empresa/consumidor.

- A indústria farmacêutica é outro fenômeno do mito do progresso. Ao oferecer drogas lícitas para todo e qualquer problema de saúde, até mesmo para os de natureza psicológica e comportamental, prova que também está obedecendo à lógica do mito do desenvolvimento econômico, cujo objetivo central é acumulação de lucros. Os fabricantes de remédios influenciam o modo de agir dos médicos nos atendimentos aos pacientes.

2. ABORDAGENS SOBRE A ECONOMIA REGIONAL NA IMPRENSA

As primeiras mudas de *theobroma cacao*³⁸ foram plantadas no Sul da Bahia em 1746, na fazenda Cubículo, no município de Canavieiras. Em meados do século XIX, a rentabilidade da cacauicultura gerava, em média, 15 toneladas por ano. De acordo com Chiapetti (2009, p. 32), “quantidade essa que possibilitou estabelecer um fluxo de exportação contínua e, ao ritmo crescente das cotações e da demanda internacional, alcançou uma produção média de 50 mil toneladas/ano em 1920”.

É possível afirmar que ao longo do século XX, sobretudo a partir de 1930, o Sul da Bahia se manteve economicamente por meio da produção e exportação de amêndoas de cacau utilizadas na fabricação de chocolate.

O cacau era colhido na selva em seu vale nativo amazonense quando Alexandre Rodrigues Ferreira constatou essa prática extremamente trabalhosa. Além do mais, o cacau, cultivado em seu hábitat nativo, era vulnerável a parasitas coevoluídos. Sua transferência e cultivo, oficialmente estimulados, na floresta litorânea do Sul da Bahia nos anos de 1780 podem ser contabilizados como uma conquista do período. Mesmo assim, ainda levaria mais um século e meio até se tornar produto de exportação significativa (DEAN, 2013, p.148).

O cacau caracteriza fortemente a “civilização cacauera”³⁹ em todas as suas dimensões culturais. Inspirado em Max Weber, Clifford Geertz acredita que “o homem está amarrado a teias de significados que ele próprio teceu” (GEERTZ, 1989, p.4).

As “teias” produtivas, do que ufanisticamente convencionou-se chamar de civilização cacauera, não focaram na criação de fábricas para a produção de chocolate. Esse setor poderia se configurar em indústria motriz, capaz de impulsionar toda a economia, conforme a teoria dos polos de desenvolvimento, elaborada pelo francês François Perroux. Esse conceito, hoje refutado e tido como neocolonialista, não influenciou o Sul da Bahia. Os produtores rurais direcionaram suas atenções à exportação de uma *commodity* oriunda de uma planta plenamente adaptável às características do solo e às condições climáticas da região.

Com base nos estudos de Cardoso & Faletto, observa-se características de um enclave agrícola no Sul da Bahia, uma vez que as plantações de cacau

³⁸ Nome científico do cacau.

³⁹ Termo criado por Adonias Filho, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras (Rodrigues, 2011, p.1).

utilizavam numerosa mão de obra e propiciavam baixa distribuição de renda. Entretanto, outra característica merece ser destacada: a alta concentração de capital.

2.1 Imprensa regional e desigualdade

"Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer explicação serve".

Luís Fernando Veríssimo

Imersos na lógica do capitalismo, que transforma tudo em mercadoria, os veículos de imprensa, com poucas exceções, dispensam a qualidade, a pesquisa bem fundamentada, em nome do *publicar primeiro* e da instantaneidade do exclusivo. Sair na frente com a notícia significa o alcance da credibilidade e o reconhecimento perante o público.

Essa imposição da máquina de informar, cujo tempo real é fluído e alucinante, dada a quantidade de informação que nos chega (sobretudo com a popularização da internet), coloca a palavra "informar" quase como sinônimo de deturpar.

No tempo real o "campo midiático" é o principal agente e o jornalismo pode ser considerado "uma atividade alienada como qualquer outra sob o capitalismo, embora apareça, ao contrário, como referencial de esclarecimento" (MORETZSOHN, 2007, p. 32).

A partir dos depoimentos dos nossos entrevistados e do material coletado, podemos afirmar que a discussão travada na mídia do eixo Ilhéus-Itabuna, a partir de 2007, sobre a economia regional, foi dominada por um apagão informativo, traço típico do que pode ser chamado de hiperinformação, que segundo Miquel Alsina,

pressupõe um infraconhecimento, pois nem sempre a informação é sinônimo de conhecimento. Quando a informação que é transmitida passa do fazer saber para o fazer acreditar (a persuasão), e para o fazer sentir (o sensacionalismo emocional), se pode esconder o que acontece mostrando uma parte do que ocorre, embora seja a parte mais importante. (ALSINA, 2009, p. 246),

Como você analisa a situação econômica de Ilhéus e região nos últimos 30 anos? Ao responderem essa pergunta, os entrevistados E1, E2, E3 e E4 afirmaram que, antes da praga vassoura-de-bruxa tomar conta da lavoura cacaeira, no final dos anos 1980, o Sul da Bahia transbordava riquezas.

E2 lembra com entusiasmo:

Nos anos 80, ainda nos anos 80, quem chegasse a Itabuna não ia acreditar no que estava vendo. A cidade só tinha carro zero. Carro com um ano de uso era vendido imediatamente. Ninguém ficava com um carro com um ano de uso. (E2, 2015)⁴⁰

E3 ressalta os abastados e as altas cotações do cacau:

Ilhéus e a região sul do estado passaram por um período excelente até a chegada da vassoura-de-bruxa. Uma região de monocultura, porém, uma monocultura forte: cacau. Nós tínhamos aqui riquezas. Riquezas e os ricos. O município de Ilhéus se dava ao luxo de patrocinar qualquer evento, qualquer tipo de movimento fora do município, para o estado. Contribuía de forma espetacular com o ICMS do estado. O cacau era um produto comparado hoje a diamante. E era uma região rica, especialmente o município de Ilhéus, esse era detentor de riqueza mesmo. (E3, 2015)⁴¹

E1 fala sobre a importância do cacau para o Estado da Bahia e reclama: “O cacau, até então, era o grande segmento econômico, chegou a sustentar a Bahia durante longos anos, mas nós nunca tivemos uma reciprocidade por parte dos governos estadual e federal”. (E1, 2015)⁴²

Em 1957, o governo federal criou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão encarregado de promover o refinanciamento da lavoura cacaeira e salvar os fazendeiros das dívidas que estagnaram a economia regional desde a década de 1930, com a quebra da Bolsa de Nova York. Com a CEPLAC, o governo assumiu parte substancial das dívidas, enquanto recebia dos fazendeiros em prazos longos. Com essa política, aos poucos a lavoura saiu da crise (MIRA, 2015, p. 118 e 119). E4 cita a efervescência do mercado de trabalho nos anos 1960:

...convivi com a fase áurea do cacau, onde existia pleno emprego e, se você quisesse acreditar, funcionários eram disputados de uma empresa pela outra. Se alguém se destacava numa empresa, a outra queria roubar o funcionário [...]. Isso na década de 60, porque eu comecei a trabalhar em 59 no

⁴⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de setembro de 2015, em Itabuna-BA.

⁴¹ Entrevista concedida ao autor no dia 10 de setembro de 2015, em Ilhéus-BA.

⁴² Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2015, em Itabuna-BA.

comércio, com onze anos de idade. Naquele tempo você podia trabalhar meio expediente, estudar o outro meio expediente. Você tinha carteira de profissional de menor assinada, tenho até hoje, ganhava meio salário mínimo inclusive até com meio décimo terceiro salário. Trabalhava de manhã e estudava de tarde. (E4, 2015)⁴³

As afirmações de E1, E2, E3 e E4 demonstram desconhecimento sobre uma das características mais comuns da economia regida pela lavoura cacauífera: a desigualdade social. Tem-se a impressão de que a maioria tinha acesso às riquezas do *fruto de ouro*.

Dados da CEPLAC, de 1976, revelam que a abundância de recursos era privilégio da minoria. A expressiva produção e comercialização de amêndoas de cacau não resultou em distribuição de renda, pois as desigualdades sociais eram tão marcantes “a ponto de 80% das famílias deterem apenas 31% da renda regional, enquanto 20% das famílias detinham 69% da renda produzida na região” (Baiardi apud Chiapetti, 2009, p. 68).

Essa economia de opulência e predileção por gastos supérfluos, como a troca de carro após um ano de uso, permitia que a maior parte da renda proveniente do cacau fosse concentrada. Sua pujança convivia com características discrepantes que condenavam a maior parte da população a permanecer à margem, desprovida de meios para atingir o desenvolvimento humano, pois, segundo Sauer,

...a contradição básica se localiza entre o valor substancial das rendas geradas pelo cacau, em contrapartida com os poucos benefícios regionais, em termos de indicadores de desenvolvimento social, como infraestrutura em educação, saúde, habitação, comunicação e outras necessidades da população (SAUER apud MIRA, 2015, p. 218).

De acordo com Chiapetti (2009), em 1943, apenas 4,8% dos cacauicultores vendia mais da metade (54,20%) das amêndoas de cacau produzidas no Sul da Bahia. (Ver Tab. 2)

⁴³ Entrevista concedida ao autor no dia 10 de setembro de 2015, em Ilhéus-BA.

Tabela 2: Distribuição da produção de amêndoas de cacau entre diferentes extratos de produtores no ano de 1943.

Quantidade produzida	Número de produtores	% de produtores	% do total anual produzido
Até 500 @	20.091	87,0	23,32
500 a 1.500@	1.906	8,2	22,48
Acima de 1.500@	1.097	4,8	54,20
Total	23.094	100	100

Fonte: CHIAPETTI, 2009, p. 48.

Dessa forma, apesar de não ter criado um mercado interno, o setor produtivo regional, voltado para a exportação, propiciou riqueza para uma minoria de produtores por meio de alta concentração de renda.

Chiapetti também nos mostra que o salário mínimo prevalecia como renda máxima para a maior parte da classe trabalhadora de Ilhéus e Itabuna (principais cidades da região cacauera), tanto em momentos de baixa, como de alta da cotação do cacau. (Ver Tab. 3)

Em 1980, um dos “períodos áureos do cacau”, 58,2% das pessoas economicamente ativas recebiam até 1 (um) salário mínimo (SM) e em 2000, em plena “crise do cacau”, a situação dos trabalhadores não mudou, pois 57% das pessoas continuavam ganhando até 1 (um) salário mínimo, o que nos mostra que a atividade cacauera não conseguiu internalizar e nem distribuir as riquezas geradas (CHIAPETTI, 2009, p. 95 e 96).

Tabela 3: Valor do investimento médio mensal das pessoas economicamente ativas residentes na microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000).

Valor do rendimento	1980		2000	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
Até ¼ SM	11.101	3,9	11.489	2,7
Mais de ¼ SM a ½ SM	41.036	14,3	27.618	6,4
Mais de ½ a 1 SM	114.074	40,0	206.570	47,8
Mais de 1 a 2 SM	65.523	22,9	96.881	22,4
Mais de 2 a 3 SM	21.269	7,4	28.934	6,7
Mais de 3 a 5 SM	15.284	5,3	28.870	6,7
Mais de 5 a 10 SM	8.810	3,1	20.714	4,8
Mais de 10 a 15 SM	4.381	1,5	5.185	1,2
Mais de 15 a 20 SM	2.450	0,8	2.596	0,6
Mais de 20 a 30 SM	-	-	1.536	0,3
Mais de 30 SM	-	-	1.998	0,4
Total	283.928	100	432.365	100

Fonte: CHIAPETTI, 2009, p. 96.

Outro traço característico do cacau foi a miséria disseminada entre os trabalhadores rurais que labutavam na lavoura. No romance *Os Magros*, obra

literária do escritor Euclides Neto, o agregado Adão sofre para pagar uma ferramenta de trabalho adquirida no armazém da fazenda. O dinheiro que sobra, depois de abatido o valor das prestações do facão, é irrisório, suficiente apenas para comprar poucos quilos de farinha e algumas tripas de boi. Os filhos de Adão comem barro. Quando morre uma criança, a família fica feliz, pois terá uma barriga a menos para matar a fome.

Enquanto isso, a esposa estéril e neurótica de Dr. Jorge, o rico patrão fazendeiro, ameniza seus dramas cuidando de uma boneca como se fosse filha. Hábitos supérfluos e muito dinheiro lhe estimulam a levar sua “descendente” para fazer caro tratamento com um pediatra desonesto (TEIXEIRA NETO, 2014).

Na literatura regionalista inspirada na civilização cacaueteira, a desigualdade é um componente simbólico presente em obras, tanto de Euclides Neto, como de outros autores, a exemplo de Jorge Amado e Adonias Filho, ambos imortais da Academia Brasileira de Letras.

A história corrobora a literatura em *A Ferro e Fogo*, que narra a trajetória da devastação da Mata Atlântica brasileira. Segundo Dean (2006, p. 263), ao se referir ao cacau:

Não foi, contudo, acompanhado de um regime de trabalho mais brando. Embora houvesse muitas propriedades de pequeno e médio portes, a maior parte da safra era produzida em grandes fazendas. Quase todos os seus trabalhadores eram migrantes, porque o cacau não exigia trato durante o ano inteiro. Recrutados de um Nordeste ainda mais empobrecido, suas condições de vida eram miseráveis. Raramente voltariam para a mesma fazenda e era escassa a poupança que levavam de volta a suas terras natais.

Dessa forma, a desigualdade surge como um traço marcante e ponderável na história da civilização cacaueteira, cujas marcas contribuíram para a fruição artística e literária por meio de personagens miseráveis e pungentes.

Celso Furtado ao tratar sobre o mito do desenvolvimento econômico, que delega aos países subdesenvolvidos a tarefa de suprir as necessidades das potências econômicas por matérias-primas, identifica disparidade relacionada ao consumo, comum em Estados secundários⁴⁴ dentro da lógica econômica capitalista.

⁴⁴ Estados que reúnem condições periféricas dentro do sistema capitalista. Suprem as grandes potências industriais com insumos e matérias primas e recebem de volta produtos fabricados com os componentes naturais por eles fornecidos. Esses países não possuem o mesmo nível de consumo das nações classificadas como potências econômicas.

A observação se encaixa no perfil do Sul da Bahia, cuja exportação de cacau abastecia o mercado consumidor de chocolate da Europa.

Uma pequena parte da população periférica, localizada em uns poucos países, terá acesso às formas mais avançadas de consumo, e alguns Estados poderão ascender à um papel hegemônico em certas subáreas. Contudo, as modificações no conjunto da periferia serão pouco perceptíveis (FURTADO, 1974, p. 64).

Se por um lado E1, E2, E3 e E4 ignoraram a pobreza, E2 não economizou palavras ao citar a gastança dos ricos (mencionou o costume de trocar de carro a cada ano). O esbanjamento dos produtores de cacau também se faz presente tanto nos registros históricos e sociológicos, como no universo ficcional da literatura (não distanciado do verossímil).

Em suas pesquisas, o historiador Antônio Guerreiro descobriu que o jantar oferecido ao então novo bispo de Ilhéus, na década de 30 do século passado, dispunha de um menu (ou cardápio) impresso com ouro no lugar da tinta.

Em São Jorge dos Ilhéus, romance de Jorge Amado, filhos de coronéis do cacau fumam maconha enrolada em cédulas de 100 dólares.

Por mais caro que fosse o produto desejado, dinheiro escasso não era problema. O produtor que colhesse 5.000 arrobas de cacau, recebia o título de “coronel” (outorga consuetudinária⁴⁵). A possibilidade de gastar desenfreadamente se consolidou como valor moral, que revestia o título⁴⁶ e o *status*.

Não importava o custo de vida, pois se consumia champanha francesa nos bares como aperitivo. Os cafés e confeitarias eram procurados de maneira intensa e os hotéis e pensões estavam sempre lotados.

Ilhéus passou a ser confundida com o Rio de Janeiro, e Copacabana com todas as inovações. A empresa de excursões “Transoceânica”, do Rio de Janeiro, certamente para dar vazão à ‘fartura de dinheiro no Sul do Estado’, organizou uma excursão de Ilhéus ao Rio na época do carnaval de 1916, em vapor de primeira classe do Lloyd.

Aparecem os supérfluos de importação do Porto de Ilhéus, começa-se a esbanjar com o sentido de afirmar uma posição privilegiada dentro do Estado (FREITAS apud MIRA, 2015, p. 213).

⁴⁵ Outorga concedida pelo povo, por meio do direito consuetudinário.

⁴⁶ O título de Coronel era concedido (ou comprado) pela Guarda Nacional até a revolução de 1930. Mesmo com o fim, a influência dos coronéis não cessou. Eles passaram a dividir os poderes com os profissionais liberais (muitas vezes seus parentes), mas as instituições criadas por eles carregavam suas ideologias.

Em relação à atividade portuária, até mesmo os estivadores copiavam o esbanjamento dos produtores de cacau. Corre entre esses trabalhadores de Ilhéus o caso bairrista e anedótico do estivador Nelson Muquirana, que na década de 1960, ao visitar Itabuna e não ficar satisfeito com a temperatura da cerveja servida num bar famoso, mandou um jipe (táxi) buscar “*Brahmas em Ilhéus*”. (GUSMÃO, 2015)⁴⁷

Ainda sobre os estivadores, na mesma época, o sindicato da categoria comemorava a data de São Sebastião (20 de janeiro) com um grande almoço onde eram servidos 500 quilos de bacalhau cob, um dos tipos mais caros.

2.2 Imprensa e a economia regional pós-crise

Dos seis profissionais entrevistados, apenas um não descreveu o suposto quadro caótico da economia do Sul da Bahia após a crise do cacau. Cinco análises foram bem negativas e tentam detalhar uma trajetória de estagnação econômica a partir do final da década de 1980, quando a lavoura cacauzeira foi quase dizimada pela vassoura-de-bruxa.

E1 fala sobre o êxodo rural a partir da crise na monocultura, quando os trabalhadores das fazendas foram obrigados a procurar alternativas nas cidades. E1 não mencionou a desigualdade no campo antes da crise, mas notou a iniquidade na zona urbana a partir do declínio do cacau.

Eu entendo que 250 mil trabalhadores saíram das fazendas para ocupar, sobretudo, Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro e Eunápolis. Algumas das maiores cidades foram invadidas. [...] Isso de certa forma onerou bastante as prefeituras que não tinham condições, com a queda do ICMS, de fazer novas escolas, novas ruas, novos investimentos, e ficaram reféns. E temos hoje, na maioria dessas cidades, prostituição infantil, um grande volume de drogas sendo vendido, muito aviãozinho (criança) e temos uma mortandade da população negra e pobre que chega a assustar. Você pode pegar o noticiário, os jornais, emissoras, blogs, a quantidade de gente que tá morrendo é assustadora. E não há uma providência por parte do governo do estado. (E1, 2015)⁴⁸

⁴⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2015, em Ilhéus-BA.

⁴⁸ Ibidem.

E2, ao ser perguntado sobre a situação econômica de Ilhéus e Região nos últimos 30 anos, respondeu rapidamente: “Muito ruim!”. A resposta de E3 foi a mais desalentadora:

[...] os ricos de Ilhéus nunca imaginavam na vida que um dia ficariam pobres, o município pobre e a região, mais pobre ainda. Ilhéus foi o município que se deu ao luxo de ser produtor de cacau, industrializador de cacau e exportador de cacau. Hoje, no ano de 2015, Ilhéus não é mais tão produtor de cacau, não é mais industrializador, comercializador de cacau e nem tampouco exportador, muito pelo contrário. Ele está vivendo da inversão. Ao invés de exportar, importa. Mas, os nossos antepassados nunca se preocuparam de que deveriam diversificar a atividade cultural do município: viveram sempre na base da monocultura. [...] E hoje Ilhéus, como o município maior da região (maior em linhas geográfica e territorial), passa por um momento extremamente difícil. Aliás, não é difícil, não, é vergonhoso! (E2, 2015)⁴⁹

E4 permaneceu no referencial do passado e deu a entender que a crise eliminou a *moeda* da economia regional:

O cacau era a mola mestra, era a moeda que circulava na região. Você não falava em fulano... Fulano colhe cinco mil, fulano colhe 10 mil, fulano colhe 15 mil, fulano já tá perto de 80 mil arrobas de cacau. E era assim: a moeda era o cacau. (E4, 2015)⁵⁰

E6 fala em declínio e cita com muita brevidade novas pesquisas sobre um novo quadro econômico:

A gente percebe um declínio provocado justamente pelo declínio da lavoura cacauzeira, essa expulsão (a gente fala êxodo, mas é expulsão mesmo) do campo para a cidade; e ao mesmo tempo, o que pode parecer contraditório, houve um rearranjo – não sei dizer em que nível porque não tenho pesquisa, não tenho algo para dizer, mas existem já teses nessa área, trabalhos de doutorado apontando isso: há uma menor dependência, tanto de Ilhéus quanto Itabuna e até da região sul, da monocultura do cacau. Mais do comércio, do serviço, da indústria. O que nesse sentido foi um avanço, mas a região não conseguiu aproveitar esse momento por conta da baixa formação mesmo, da baixa educação, da qualidade da educação. (E6, 2015)⁵¹

Entretanto, a estagnação econômica do Sul da Bahia não é corroborada na recente tese de doutorado elaborada por Elson Cedro Mira (2015). Ao ler essa pesquisa, é possível afirmar que o quadro caótico atual delineado pela maioria dos

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Entrevista concedida ao autor no dia 22 de setembro de 2015, em Itabuna-BA.

entrevistados é um componente puramente imaginário. Essa descrição negativa surge quando o cacau deixa de ser a principal referência. Não foi possível substituí-lo por outra fonte de recurso, que sozinha fosse capaz de ter a mesma importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

O autor não nega os impactos negativos da crise iniciada no final dos anos 1980, a partir da queda na produção, mas, explica que uma saída foi encontrada:

A crise cacaeira trouxe fortes impactos à economia regional, dependente desta monocultura, e à estrutura social, gerando altos níveis de desemprego e êxodo rural. A migração para as cidades, em especial para os centros regionais, cidades de médio porte como Itabuna e Ilhéus, ocupou áreas marginais das mesmas. Para reverter esse quadro, municípios buscaram alternativas fora do setor primário, uma novidade para a região conhecida como “chão de cacau”, como cunhado por Adonias Filho (MIRA, 2015, p. 132).

Segundo Mira (2015), houve uma reconversão produtiva. A economia da região antes baseada no setor primário (monocultura de cacau) passou por um processo de dinamização. O setor terciário (comércio e serviços) assumiu a dianteira como principal vetor econômico.

A hipótese do segmento de comércio e serviços ter sido impulsionado pelos efeitos multiplicadores do cacau é refutada pelo autor: “O setor terciário é o desencadeador do crescimento econômico: é ele que dinamiza a economia. Os efeitos desencadeadores dos setores primário e secundário respondem em pequena parte pelo seu desenvolvimento”. (MIRA, 2015, p. 134)

A partir de dados coletados na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a pesquisa traz à tona o PIB de Ilhéus e o de Itabuna, de 2009, divididos por setores da economia.

Como tratamos nesse trabalho da imprensa no eixo Ilhéus-Itabuna, usaremos os índices desses municípios – Ilhéus: setor primário 3,5%; secundário 34,6%; terciário 61,9%. Itabuna: setor primário 0,7%; secundário 20,7%; terciário 78,6%.

O autor traça uma comparação da trajetória do IPCA (índice que define a meta de inflação, usado pelo governo federal) com a evolução do PIB ao longo de dez anos (de 1999 a 2009). Nessa década, o IPCA teve uma variação acumulada de 90%. Já o PIB de Itabuna cresceu 227% e o de Ilhéus 140%.

Numa lista de 41 municípios que compõem a microrregião Ilhéus-Itabuna⁵², Ilhéus surpreende negativamente por aparecer na 37ª posição. Itabuna ficou na 12ª. Mesmo assim, apesar do crescimento não se equiparar ao de outras cidades da região, nos municípios mais populosos do Sul da Bahia⁵³, o crescimento aferido no PIB total de cada um prova que não há estagnação econômica.

Dos nossos entrevistados, apenas E5 admitiu ter notado mudanças na economia de Ilhéus.

Olha, existe uma crise do cacau, da vassoura de bruxa, mas eu acho que nós aqui dessa região... A gente soube muito bem lidar com essa crise. A gente lidou com essa crise com o trabalho, porque o dinheiro... Eu costumo dizer que o dinheiro mudou de mão. Hoje muita gente tem alguma coisa. Muita gente tem alguma coisa. Antes da crise do cacau, pouca gente tinha muita coisa. Era uma região extremamente agrícola mesmo, do trabalhador rural, que o cara tinha a casinha dele na fazenda, na roça. Hoje não, essa turma tá aqui, morando no Nelson Costa, morando no Teotônio Vilela. Vá lá ver a casa dele. Ele melhorou de vida. Ele passou, ele conseguiu superar um período ruim que teve realmente do cacau. E essas pessoas que conseguiram superar isso... Eu não tô falando dos fazendeiros, não. Eu tô falando do trabalhador! Eu tô falando do pai de família, da mãe de família, que foi para o comércio, foi trabalhar no comércio, alguns não conseguiram porque não tinham, absolutamente, formação nenhuma. Mas até aqueles que tinham alguma coisinha de conhecimento conseguiram entrar no mercado de trabalho. Tem trabalhador que conseguiu constituir família, tocar a família, e tá aí hoje. Eu tenho observado que tem muita gente que conquistou muita coisa nos últimos vinte anos. (E5, 2015)⁵⁴

ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS

- O referencial histórico sobre a economia cacauceira presente no discurso da mídia regional foi construído a partir de uma identidade determinada: a dos cacauicultores.

⁵² 1º: Itapebi, 468%; 2º: Itacaré, 401%; 3º: Itagibá, 366%; 4º: Belmonte, 354%; 5º: Ubatã, 297%; 6º: Ibirapitanga, 287%; 7º: Itajuípe, 279%; 8º: Arataca, 265%; 9º: Itamari, 248%; 10º: Ipiaú, 240%; 11º: Ubaitaba, 227%; 12º: Itabuna, 227%; 13º: Canavieiras, 219%; 14º: Mascote, 219%; 15º: Camacan, 215%; 16º: Barro Preto, 213%; 17º: Uruçuca, 209%; 18º: Itapitanga, 206%; 19º: Wenceslau Guimarães, 202%; 20º: Ibicaraí, 198%; 21º: Aurelino Leal, 192%; 22º: Santa Luzia, 191%; 23º: Barra do Rocha, 185%; 24º: Jussari, 184%; 25º: Itapé, 184%; 26º: Gandu, 183%; 27º: Coaraci, 183%; 28º: Ibirataia, 176%; 29º: Itaju do Colônia, 175; 30º: Teolândia, 172%; 31º: Floresta Azul, 172%; 32º: Buerarema, 167%; 33º: São José da Vitória, 164%; 34º: Almadina, 152%; 35º: Gongogi, 149%; 36º: Pau Brasil, 147%; 37º: Ilhéus, 140%; 38º: Firmino Alves, 138%; 39º: Santa Cruz da Vitória, 135%; 40º: Nova Ibiá, 127%; 41º: Una, 103%. Média dos municípios 214%. Soma dos municípios 185%. IPCA acumulado no período: 90%. (SEI 2012). (MIRA, 2015, p. 150 e 151).

⁵³ Em 2015 a população estimada de Itabuna era de 219.680 habitantes, Ilhéus 180.213. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/>.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de setembro de 2015, em Ilhéus-BA.

- Por ter sido um sistema cultural que favorecia uma minoria, intencionou passar despercebido pela desigualdade. A discussão sobre essa característica colocaria em “xeque” os privilégios e a hegemonia dos abastados.
- “O poder político tem a capacidade de influenciar a informação através de acontecimentos que têm sentido e através de uma nova definição da realidade” (ALSINA, 2009, p. 164). Dessa forma, é óbvio que os cacauicultores tenham construído um mundo paralelo nos discursos da imprensa. Eles tinham poder econômico, e ela, por questão de sobrevivência, tinha (e tem) como objetivo aumentar a publicidade. Essa visão ideológica é um produto de interesses particulares, que se fantasia de interesse geral. Ela se perpetuou nos dias atuais, sendo que a maioria dos nossos entrevistados de alguma forma percebeu a riqueza proveniente do cacau.
- As vítimas da desigualdade não foram citadas no que sobrou das reminiscências da cacauicultura. Dominada ou influenciada pelos que concentravam a riqueza, colocava à margem, inclusive na maior parte da mídia, os que não foram beneficiados.
- O modo particular como os jornalistas veem o mundo é um dos problemas do jornalismo como forma de conhecimento. As influências que norteiam a produção das notícias não possuem a transparência exigida pelas condicionantes dos métodos científicos. (MORETSZON, 2007)
- Desde o século XX, a teoria da responsabilidade social da imprensa, desenvolvida em nações democráticas e liberais, influencia a produção de notícias. Ela prega a interferência dos meios de comunicação em nome do interesse público, como forma de contribuir com a sociedade. No caso em análise, o público estava restrito aos interesses dos cacauicultores.
- A iniquidade não deve ser ignorada pelo jornalismo e os profissionais dispostos a considerar a sustentabilidade devem ter em mente que a “equidade social” é um de seus princípios.
- Não se deixe levar pelo sentimento geral. Recorra às pesquisas e números antes de emitir considerações sobre a economia de um lugar. No caso que apresentamos, as opiniões negativas sobre a economia regional, expressadas pela maioria dos entrevistados, estão distantes dos números e índices definidos pelas academias e governos.

3 IMPRENSA E COMPREENSÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE

A culpa pela degradação do meio ambiente não pode ser atribuída à espécie humana como um todo. A responsabilidade pela destruição é de alguns seres humanos (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 39).

Em nossas entrevistas e no material coletado, constatamos que quatro profissionais apoiam a degradação em nome da atividade econômica, com justificativas fundamentadas no mito do progresso, que tem o *desenvolvimento* como um de seus braços ideológicos.

O fluxo de capitais e a geração de renda (benefícios do livre comércio) aquecem o consumo e, conseqüentemente, o mercado publicitário. Já que publicidade e veículos de imprensa dependem um do outro, essa pode ser a justificativa para o interesse dos profissionais (e empreendedores entrevistados) em torno do crescimento da economia.

Para aprofundar essa discussão, é necessário comparar o significado do termo meio ambiente com as definições ditas por nossos entrevistados.

Meio ambiente é o “conjunto de todas as condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que cerca e afeta a existência, o desenvolvimento e o bem-estar de um ser vivo ou de uma comunidade. Ou seja, o conjunto de todos os aspectos que permitem, abrigam, e regem a vida em todas as suas formas” (TASSARA, 2008, p. 128).

E1 relaciona meio ambiente e habitação humana:

Possibilita melhores condições de vida para quem mora na região. O condomínio de alto luxo nesse trecho Itabuna-Ilhéus preservaria muitas árvores; seria de certa forma positivo. Mas do jeito que está sendo feito, com algumas fazendas sendo compradas para implantar o Minha Casa, Minha Vida, elas terão um efeito muito ruim para o meio ambiente. (E1, 2015)⁵⁵

Para E2, é uma causa que gera divisão e acirramento:

Hoje em dia, quando ouço meio ambiente, o que vem na minha mente é xiita, é a primeira palavra que vem na minha mente, porque se exagerou, se

⁵⁵ Ibidem.

exacerbou tanto o assunto que hoje virou uma luta quase religiosa entre ambientalistas e não ambientalistas. (E2, 2015)⁵⁶

E3 relaciona com progresso:

Como eu sou um progressista, eu tenho o meio ambiente com os mesmos termos do progresso moderado, progresso cuidadoso. O meio ambiente para mim é tudo aquilo que me cerca em termos de vida. Algo como o progresso não tem tanta importância em minha vida, como tem o meio ambiente. Por isso quando eu ouço alguém falar: “Ah, você tem que defender o meio ambiente”. É verdade! Sem o meio ambiente não tenho vida. Eu posso viver debaixo de uma árvore com vida, e a casa, às vezes, não me dá vida [...]. Já o meio ambiente sustentável não dá só vida, dá a sobrevivência plena. Por isso eu tenho muito respeito para com a palavra meio ambiente. (E3, 2015)⁵⁷

Para E4 e E5, é a casa do homem:

O nome mesmo já diz: é o ambiente, meio, em que todos nós vivemos. Então ele é composto de todos componentes: água, luz, sol, nuvem, terra, mar, ar, plantas. Tudo isso forma aquele meio ambiente onde o ser humano vive, convive e se desenvolve. Esse é meu conceito de meio ambiente: é o meio onde nós vivemos. (E4, 2015)⁵⁸

É o nosso espaço. É onde a gente vive, é onde a gente precisa preservar. Eu acho que a consciência ambiental que se tem hoje é muito mais presente. As pessoas falam de meio ambiente hoje com mais facilidade. As pessoas falam de preservar o meio ambiente. Tem muita gente que fala em preservar o meio ambiente sem, muitas vezes, ter muito conhecimento, mas já tem a noção de que precisa preservar. Entendeu? O meio ambiente é exatamente isso. Eu acho bacana ouvir um taxista, ouvir um lavador de carro falar de meio ambiente. Essa consciência ambiental é interessante. (E5, 2015)⁵⁹

Com E6, o homem não é citado na definição: “Em resumo, é o lugar, é o espaço onde os seres habitam, onde vivem e de onde tiram ou podem tirar seu sustento, de uma forma mais simples, a grosso modo.” (E6, 2015)⁶⁰

Nas respostas de E1, E3, E4 e E5, o uso de determinados termos indica que essas pessoas sofrem influência do antropocentrismo⁶¹. Nas considerações que fizeram sobre a importância do meio ambiente, os valores dos seres humanos prevalecem e estão no centro. Não houve qualquer menção a supostos direitos dos outros seres vivos. Apenas E6 usou a palavra “seres” num sentido mais amplo.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Doutrina que considera a espécie humana o centro do universo, fazendo com que todas as questões, incluindo a administração ambiental, sejam equacionadas em função do atendimento exclusivo dos valores humanos (PIZZATO; PIZZATTO, 2009, p. 28).

A maioria não expôs compreensão sobre o conceito “interdependência entre as espécies”, ou seja, de que elas “interagem de modo complexo como parte de comunidades naturais. A perda de uma espécie pode ter consequências de longo alcance para outros membros da comunidade” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 64). Dessa forma, se os nossos instintos nos levam a buscar a perpetuação da nossa espécie, a sobrevivência das outras (ou da biodiversidade) é fundamental para esse objetivo. Não é apenas a espécie humana que está no centro.

Essa é a base conceitual para a teoria ou hipótese de Gaia⁶², de James Lovelock, que trata o planeta Terra como o único superorganismo, dependente da interação entre seres vivos, ar, águas, minerais e processos.

Além da hipótese de Gaia, a Ecologia Profunda⁶³ atribui valor intrínseco a cada espécie (um valor fechado em si mesmo), já que todo conjunto de indivíduos semelhantes é um fio particular que compõe a rede da vida.

Quando comparamos as falas dos entrevistados com essas teorias, não queremos que prevaleça um novo discurso hegemônico, dessa vez fundamentado em correntes do ambientalismo. A nossa intenção é mostrar que a maior parte da imprensa do Sul da Bahia sequer faz mediações com outras teses não intrínsecas ao mito do progresso.

Outro fator que influencia os entrevistados é a faculdade do pensamento e do raciocínio dos seres humanos, características que geram hierarquia.

O próprio surgimento na terra de criaturas que possam esboçar um tal pensamento sugere que o progresso é uma lei da natureza: o mamífero é

⁶² Apresentada nos anos 1970 por James Lovelock, essa teoria supõe a visão da Terra como um ser vivo e uno, um superorganismo (o maior organismo vivo do Sistema Solar) dotado de um sistema auto-regulador e auto-organizador. Por essa teoria, Gaia seria, então, constituída por componentes físicos, químicos e biológicos mantidos pela energia da luz do Sol; comporia um sistema que se mantém em equilíbrio e se transforma toda vez que uma contradição interna ou uma força exterior provocar um abalo levando-a a uma nova situação estável, e assim por diante. Mas Gaia – onde a vida e o meio ambiente não se separam, interagindo em processo evolutivo indivisível – já teria chegado à meia idade. Sem a força que tinha em eras passadas, a Mãe Terra teria se tornado sensível às perturbações provocadas pela ação humana e agora estaria em busca de um novo ponto de equilíbrio, que pode ou não ser atingido. Embora imagine que a humanidade vá encontrar soluções para os problemas ambientais globais, Lovelock acredita que, no início do século 21, Gaia se encontra em estado “terminal” (TASSARA, 2008, p. 186 e 187).

⁶³ A escola filosófica fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess, em 1973, faz uma distinção entre o que ele determinou de “ecologia rasa” e “ecologia profunda”. A ecologia profunda não dissocia os seres humanos do ambiente natural, ele considera o mundo como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes (TASSARA, 2008, p. 76). Preconiza uma redução da população humana para que o planeta seja sustentável para todas as espécies naturais (PIZZATO; PIZZATTO, 2009, p. 118).

mais veloz do que o réptil, o macaco é mais astuto que o touro e o homem é o mais inteligente de todos (WRIGHT, 2004, p. 15).

O único que defendeu a conservação do meio ambiente com ênfase foi E1, que chegou a dizer: “vem sendo agredido de maneira brutal e até, de certa forma, burra”. Citou o exemplo do moribundo Rio Cachoeira que, ao passar por dentro de Itabuna, recebe 80% do seu esgoto doméstico sem qualquer tratamento. O Rio Cachoeira é o principal símbolo da paisagem desse município, componente marcante de sua identidade visual (e fotográfica). Atravessa vias movimentadas e está ao lado do Jequitibá Plaza Shopping, o único *shopping* do eixo Ilhéus-Itabuna. No início da Avenida Beira Rio, importante logradouro do centro comercial, é impossível não sentir o mau-cheiro que exala de suas águas.

Mesmo diferindo dos demais, E1 foi contraditório ao acreditar que condomínios habitacionais podem salvar parte da Mata Atlântica que margeia a Rodovia Ilhéus-Itabuna (BR-415), elo em processo de conurbação – desde que sejam de alto luxo.

Por exemplo, essa Mata Atlântica que resta nesse trecho Itabuna-Ilhéus, fatalmente, será destruída, porque os empreendimentos virão a qualquer custo e a gente vai sentir os efeitos disso com certa presunção de prejuízo. Uma grande presunção de prejuízo. [...] Um condomínio de alto luxo nesse trecho da Itabuna-Ilhéus preservaria muitas árvores. Seria de certa forma positivo. Mas do jeito que está sendo feito, com algumas fazendas sendo compradas para implantar o Minha Casa, Minha Vida, elas terão um efeito muito ruim para o meio ambiente. (E1, 2015)⁶⁴

O curioso é que esses condomínios são típicos de grandes cidades com escassez de áreas verdes, o acesso só é permitido aos ricos, sendo a natureza um componente que agrega valor monetário aos imóveis (HENRIQUE, 2006, p. 01).

Nas conversas que tivemos com colegas de trabalho e subordinados de E1, ouvimos elogios sobre a atuação dele como chefe: “É o melhor dono de..., o mais democrático e aberto para o contraditório”. As referências batem com o material publicado, pois o veículo chefiado por E1 foi o que mais ouviu as vozes contrárias ao Porto Sul.

Entretanto, de uma maneira geral a atuação dos ambientalistas gerou animosidade na imprensa. Os adjetivos usados são, na maioria das vezes,

⁶⁴ Ibidem.

pejorativos e convivem com acusações de que representam interesses de grandes grupos econômicos contrários à construção do Porto Sul.

Pedimos que nossos entrevistados analisassem os discursos que defendem a conservação do meio ambiente.

Segundo E2, primam pelo sectarismo:

São todos religiosos. São coisas de seita de igreja. Não vejo um discurso sensato, um discurso no meio-termo, um discurso realista. E aí quanto mais religioso é esse discurso para um lado, mais reação você gera do outro lado. [...] O discurso ficou tão radical, tão ideológico, tão xiita, que criou do outro lado uma reação de gente que detesta ambientalista. Hoje, se você falar que é ambientalista, metade de quem estiver por perto vai te detestar, mesmo que você seja um cara sensato. (E2, 2015)⁶⁵

E3 corrobora:

[...] quando há radicalismo não serve nem pra quem é progressista nem pra quem é meio-ambientalista, porque a vida é de ponderações, é de equilíbrio. Quando eu ouço o discurso radical, eu já frisei anteriormente: “não, não, não, não”. Vamos voltar ao Complexo Porto Sul? “Não, não, não, não”. Eu fico olhando quem é a pessoa que está dizendo não. Eu analiso muito quem está falando não, o seu discurso: “aqui não, aqui não”. (E3, 2015)⁶⁶

E4 sugere outros interesses escondidos no discurso da conservação:

Têm viés que são palatáveis e outros discursos são induzidos. Tem que ter muito cuidado ao ler, ao analisar, esses discursos de meio ambiente, sobre meio ambiente, sobre sustentabilidade, mas tem que ter muito cuidado mesmo para tentar enxergar nas entrelinhas se o discurso traz uma ideia própria ou se ele está ali a serviço de algum interesse que exista por trás do discurso. (E4, 2015)

E5 ressalta alertas que ele considerou exagerados e também menciona outros interesses:

Em algumas situações, eu acho que essa turma exagera. Tem uma turma que exagera, exagera demais. Eu acho que você pode falar de meio ambiente e ao mesmo tempo falar de desenvolvimento. Não dá para entender que a gente só precisa falar de meio ambiente. A gente precisa de formas de sobrevivência. Eu acho que os empreendimentos são necessários. E aqueles que defendem o meio ambiente com unhas e dentes, eu acho que têm uma visão um pouco cega. [...] ...quando se falava da construção da ferrovia, do Porto Sul, e falava do pó de ferro, que o vento

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

poderia trazer esse pó de ferro até trinta quilômetros e as pessoas iam morrer de câncer. Esse terrorismo. Eu achei que foi um grande terrorismo o que fizeram na época. Em nenhum momento se tinha um discurso em defesa do meio ambiente, mas também em defesa do desenvolvimento ou até mesmo a favor do empreendimento. Era uma coisa muito direcionada, era um “não, não, não, não, não, que isso não vai ser interessante pra cidade”. Esse direcionamento de discursos só exclusivamente pro meio ambiente, eu acho que isso foi extremamente prejudicial. [...] Então aquele pensamento muito direcionado para a questão ambiental, eu espero que o pensamento seja exatamente esse, não quero aqui dizer de maneira nenhuma que tenham outros interesses. (E5, 2015)⁶⁷

E6 considerou a mensagem ambientalista inacessível à compreensão da maioria das pessoas:

Eles ficam um pouco distantes da realidade de cada cidadão e depende muito da formação, e aí não é de cada cidadão, da formação geral mesmo. Como é que o discurso do ambientalista chega pra cada cidadão? Ele vai depender muito das necessidades de cada um. De como esses ambientalistas falam, de como essas pessoas que defendem o meio ambiente conseguem se comunicar com cada um do seu entorno ou pra quem ele está falando. Eu acho que ainda há uma dificuldade de estabelecer um diálogo interessante, até por conta da simplicidade. Por exemplo, você citar o sul da Bahia, o cidadão vai precisar muito mais de uma linguagem muito mais simples de exemplos pra assimilar o discurso do ambientalista, pra entender e compreender esse discurso e até aplicar isso no dia-a-dia. (E6, 2015)⁶⁸

As opiniões de E3, E4, e principalmente de E2, uniformizam os discursos dos ambientalistas com estereótipos (religioso, xiita e radical). Dispensa complexidades, motivação e diferenças entre um e outro. Não citou possíveis equívocos técnicos ou científicos, ao invés disso, usou um recurso comum no jornalismo: a opinião pré-concebida. Ideal para lidar com a pressão do tempo escasso, fator que impede apurações rigorosas no dia-a-dia, o estereótipo é o encaixe usual para definir um tipo polêmico, com base numa impressão, na matéria que deve ser publicada logo.

Vale ressaltar que o uso de preconceitos e estereótipos não é exclusivo dos profissionais de imprensa. Esses moldes são traços culturais que permitem a um grupo classificar superficialmente o outro. São adquiridos nas vivências, na língua e na troca comunicativa.

Miquel Alsina (2009) sugere a compreensão dos estereótipos como prática habitual. Levado pelas diferenças que incriminam alguns, e a outros nem tanto, recomenda e encontra função:

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem.

A autoflagelação não é a melhor atitude que deve ser adotada, principalmente se levarmos em conta que nem todos os preconceitos e estereótipos são os mesmos. [...] ...os preconceitos e os estereótipos tranquilizam a nossa ansiedade e a nossa incerteza diante da falta de sentido de uma situação. [...]. O conceito de estereótipo foi perdendo, aos poucos, sua conotação inicial de irracionalidade e preconceito; é por isso que o processo de estereotipar é considerado na atualidade como um processo de cognição normal, através da qual, as pessoas constroem esquemas para categorizar as pessoas e as instituições e dessa forma, evitar a “sobrecarga de informação”. (ALSINA, 2009, p. 274)

Os exageros apontados por E5 nos discursos dos ambientalistas, relacionados à dispersão de minério de ferro no ar, foram classificados no Estudo de Impacto Ambiental do Porto Sul (alternativa locacional Aritaguá) como:

impacto negativo, de alta intensidade, permanente, reversível, local, direto, mitigável, com ocorrência considerada certa. O contexto de potencialização foi considerado alto, já que pode ocorrer interferência localizada com a atividade pesqueira e extrativista artesanal praticada no baixo curso do rio Almada e a possibilidade de interferência com residentes próximos ao porto (EIA, Tomo III, p. 77).

Entretanto, o estudo encomendado pelos empreendedores (governo do estado da Bahia e Bahia Mineração) não afirma que o alcance da dispersão será de 30 KM, e não faz qualquer previsão sobre distância. Também não menciona possíveis doenças que podem afetar as pessoas prejudicadas pelas partículas do minério de ferro. Mas há de se ressaltar que, as observações sobre esse impacto negativo não se resumem à propagação de um único componente prejudicial.

A alteração da qualidade do ar se dará a partir da execução de uma série de atividades vinculadas com as instalações industriais do Porto, que apresentam o potencial de gerar emissões gasosas e emissões de material particulado para a atmosfera. No conjunto, as emissões de material particulado serão as mais relevantes, dados os grandes volumes de granéis sólidos que serão manuseados nas instalações. As emissões estão vinculadas ao processo de queima de combustíveis fósseis de equipamentos (caminhões, ônibus, veículos automotores, geradores e outros) e as emissões de material particulado decorrerão das operações de carga e descarga de granéis, pilhas de minério, soja, clínquer, fertilizantes e outros granéis, transporte de granéis em correias e TCLDs, operação de torres de transferência, empilhadeiras e retomadoras, operações de carga e recuperação de granéis em silos de estocagem, operação de equipamentos de carregamento e descarregamento de navios (shiploader e shipunloader) dentre outros. No conjunto, haverá uma multiplicidade de fontes potenciais de emissão de material particulado para a atmosfera, o que coloca este impacto como uma das prioridades no processo de gestão ambiental do empreendimento (EIA, p. 10-77).

E6 destacou a falta de sintonia entre as mensagens dos ambientalistas e a realidade do cidadão comum.

Um dos fatores para que as pessoas, em sua maioria, não aceitem as opiniões daqueles se opõem aos projetos de desenvolvimento é a questão do emprego. A expectativa gerada por esses empreendimentos, normalmente difundida na mídia, afirma que no futuro muitas pessoas terão seus postos de trabalho. Com o emprego garantido, as pessoas participam mais ativamente do mercado, ou seja, passam a consumir mais. E essa condição conquistada também significa o alcance da dignidade, de uma vida mais confortável para a família, do carro novo, da casa, da educação para os filhos, do conforto e do bem-estar. Todos nós de alguma forma buscamos isso. Não há como negar.

O consumo muda a concepção de cidadania, inclusive na mídia: “que se esvazia de seu sentido político para vincular-se ao consumo, isto é, à capacidade de participar do mercado. Nesses termos, já não haveria cidadãos a esclarecer, e sim consumidores a satisfazer” (MORETSZON, 2007, p. 142).

Ao se referir aos ambientalistas, mais uma vez E1 diferiu dos demais:

Eu acho positivo, altamente positivo, muito embora eles se contrastem com os avanços da economia no sentido de construir estradas de ferro, estradas de rodagem, enfim, uma siderúrgica implantada aqui vai causar efeitos naturais de prejuízo para o meio ambiente. A gente vai ter que conviver no futuro com essa coisa do progresso invadindo o meio ambiente de forma, até certo ponto, catastrófica. Você vê na Amazônia quantos mil quilômetros são destruídos de mata, floresta virgem, e que terão um preço alto num futuro relativamente próximo. A região vai sentir isso aqui. A Mata Atlântica já foi destruída lá pelo lado de Porto Seguro, Eunápolis. Me lembro que em 72 fui tirar minha carteira de motorista lá em Eunápolis e o efeito da construção da BR-101 já se fazia sentir. Naquela época o trecho até Eunápolis era todo cheio de árvores. Hoje é de eucalipto que, apesar de ser árvore, não tem a biodiversidade que tinha a floresta da Mata Atlântica. Certamente vai causar problemas graves. (E1, 2015)⁶⁹

E1 trata progresso e meio ambiente como fatores positivos que geram benefícios às sociedades, mas que se chocam. Isso fica caracterizado por ele concordar com o desenvolvimento, ressaltar a importância do meio ambiente e afirmar que um invade o outro (como exposto acima).

As compensações ambientais foram enfatizadas por nossos entrevistados como a maneira efetiva de corrigir os prejuízos à natureza. Destacaram que a partir

⁶⁹ Ibidem.

dos órgãos ambientais e rígida fiscalização, será possível repor as perdas. Para ilustrar o sentido que passaram, serve a analogia do objeto valioso perdido e posteriormente achado, ou seja, não haverá prejuízo.

Segundo E2, o projeto prevê condicionantes para uma área já desmatada:

[...] o Porto Sul tem uma série de condicionantes, coisas que ele vai ter que fazer para compensar a área que ele vai ocupar. A área que ele vai ocupar, que vai ser desmatada (digamos assim), é uma área que já é desmatada. Se você pegar foto aérea, boa parte dela já foi há muito tempo desmatada. (E2, 2015)⁷⁰

E3 fez uma operação aritmética simples e falou em mudança de viveiro:

Se vamos derrubar duas mil árvores para passar a linha, eu preciso dar em compensação no mínimo o dobro. [...] Vamos matar todos os crustáceos que tem por ali e acabou e fim de papo? Não, seria um absurdo, uma ignorância. Como vamos compensar? Será que dá para tirar esse viveiro daqui e colocar no outro lado, daqui a mais dois quilômetros, três quilômetros? (E3, 2015)⁷¹

E5 está certo dos impactos negativos do Porto Sul e ressalta a importância da fiscalização ambiental, desde que os empreendedores não sejam perseguidos.

Que essas compensações ambientais sejam exigidas e que sejam cumpridas posteriormente. Tem que ter condições, meios de fiscalizar essas compensações ambientais, para que realmente o Porto Sul não traga só o que é ruim. Não dá para imaginar que um empreendimento como esse, dessa magnitude, não vá trazer prejuízo ambiental. Óbvio que vai! Se você constrói uma casa, você cria um impacto ambiental, imagine um empreendimento dessa magnitude. [...] Acho que os órgãos ambientais, os órgãos de fiscalização precisam estar melhor equipados, com profissionais extremamente qualificados para fazer a fiscalização dos grandes empreendimentos, para que eles cumpram tudo aquilo que foi acordado numa compensação ambiental, tudo aquilo. Mas eu acho que dá para caminhar juntos, desde que seja monitorado. Não dá pra permitir que o empresário fique à vontade, sem uma fiscalização. Ele não pode ser perseguido. Discordo dessa perseguição para inviabilizar o projeto, mas a fiscalização dos órgãos responsáveis precisa existir, é necessária. (E5, 2015)⁷²

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

A questão que exige um olhar mais apurado nessas expectativas relacionadas às compensações ambientais está no fato delas passarem distante do conceito de ecossistema⁷³.

Normalmente as compensações não podem repor a integridade do conjunto (ou do ecossistema). Não compensam a relação das diversas espécies de seres vivos com o seu ambiente natural específico (no caso, a área afetada pelo empreendimento), bem como, as trocas que as comunidades estabelecem entre si naquela área específica.

Não é simplesmente derrubar duas mil árvores e plantar quatro mil em outro local, copiar ou reproduzir. No meio ambiente natural desmatado havia convivência entre indivíduos da mesma espécie (fauna ou flora), com indivíduos de outras. Essas comunidades eram interdependentes e se retroalimentavam. Essa cadeia de relações é complexa e dificilmente será reestabelecida em outro local, a depender do ecossistema, será impossível.

Também não passa pela preservação de uma única espécie, pois a sua continuidade depende da relação com outras distintas. Primack e Rodrigues ressaltam a importância de se preservar o conjunto:

Alguns conservacionistas argumentam que as comunidades e ecossistemas, muito mais que as espécies, deveriam ser o alvo dos esforços de conservação. A conservação das comunidades pode preservar grande quantidade de espécies em uma unidade auto-sustentável [...] (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 209).

Um determinado tipo de compensação ambiental, que repercute muito bem na mídia é o resgate de animais. O procedimento é caro e não tem eficácia, pois em relação à Mata Atlântica, por exemplo, a biodiversidade desse bioma confere números expressivos de espécies em áreas preservadas. A captura é difícil, haja a vista o trabalho descomunal que é prender determinados animais, sobretudo os de grande porte.

Primack e Rodrigues citam outros motivos relevantes para a preservação dos ecossistemas e compara o uso de quantia expressiva de dinheiro utilizada na captura e na preservação do habitat:

⁷³ É o conjunto constituído por um grupo de seres vivos de diversas espécies e por seu meio ambiente natural, conjunto que é estruturado por interações que esses seres vivos exercem uns sobre os outros e que existem entre eles e seu meio (PIZZATO; PIZZATO, 2009, p. 118).

Comunidades biológicas encontradas em desertos, pastagens, pântanos e florestas dão continuidade ao funcionamento apropriado de ecossistemas, fornecendo serviços benéficos tais como controle de enchentes, proteção do solo contra erosão, e filtragem do ar e da água. [...] O uso de US\$ 1 milhão na proteção e manejo de um habitat pode preservar mais espécies a longo prazo do que se conseguiria com a mesma quantia sendo gasta no esforço de salvar apenas uma única espécie notável. (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p.11)

Marcos Rodrigues (2006), em artigo sobre captura de animais em áreas que serão inundadas por hidrelétricas, afirma que a maior parte dos indivíduos capturados (normalmente vertebrados) está condenada à morte. Para o autor esse tipo de compensação é uma medida falaciosa, não científica, onera os contribuintes e é realizada por jovens biólogos e veterinários (mão de obra barata), que por ainda não terem cursado pós-graduação, não estudaram ecologia comportamental.

Fora dos seus habitats de origem, os animais capturados são obrigados a passar por um processo de adaptação num ambiente hostil. A “nova casa” estará ocupada por membros da mesma espécie com territorialidade⁷⁴ e funções estabelecidas. Dessa forma, o animal que sofreu mudança de habitat estará sujeito a disputas e brigas por territórios, recursos e parceiros sexuais, podendo sair machucado ou até mesmo morto. Também correrá o risco de ser predado por outras espécies. Aqueles que conseguirem sobreviver irão desestabilizar a vizinhança, já que usarão os mesmos recursos disponíveis no habitat já ocupado.

Rodrigues recomenda que os animais capturados sejam entregues a instituições de pesquisa:

Esse dinheiro e toda a energia para se implementar projetos de resgate de fauna poderiam ser usados mais inteligentemente. Uma das minhas sugestões é que todos os animais apreendidos em projetos de resgate de fauna sejam coletados e depositados em instituições de pesquisa. Um animal coletado, e devidamente preparado e tombado numa coleção zoológica, é muito mais útil e importante para a sociedade do que um animal morto num combate territorial artificial, como visto acima. Coleções científicas são a base do estudo da biodiversidade e suas numerosas

⁷⁴ Território é um termo em ecologia que designa qualquer área defendida por um indivíduo (NOBLE, 1930). Outras definições também são usadas, como a ‘de uma área exclusiva’ ocupada por um indivíduo (SCHOENER, 1968). A territorialidade é observada quando o espaçamento entre indivíduos ou grupos de indivíduos de uma mesma espécie é maior do que aquele que seria esperado se a ocupação se desse de forma aleatória em habitats propícios (DAVIES, 1978). A maioria dos animais vertebrados tetrápodos (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) apresenta um grau de territorialidade em pelo menos uma fase do ciclo de vida (veja exemplos em Pough et al., 1999) (RODRIGUES, 2006, p. 30).

facetas, como a ecologia, genética, biogeografia, anatomia e evolução, para citar apenas algumas (veja uma excelente revisão do tema em Remsen, 1995). Esse procedimento seria possivelmente mais barato e traria maior retorno à sociedade. (RODRIGUES, 2006, p.36)

Crítico contundente, o autor afirma que esse tipo de compensação serve apenas para melhorar a imagem das empresas “ecologicamente corretas”, uma vez que a mídia mostra os animais capturados sendo soltos na natureza. “O que poucos sabem é que os animais estão sendo libertados para a morte”. (RODRIGUES, 2006, p. 36)

Dentre as condicionantes estabelecidas pelos empreendedores do Porto Sul (governo do estado da Bahia e Bahia Mineração) e o IBAMA, está prevista como medida compensatória um programa de resgate de fauna:

O Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna Terrestre envolve avaliações sobre a fauna local, estabelecendo procedimentos e grupos alvo do resgate ou afugentamento.

O programa em questão tem por objetivo principal acompanhar as atividades de supressão da vegetação na área de implantação do empreendimento, providenciando o resgate ou afugentamento adequado dos espécimes da fauna alvo do programa, buscando manter, sempre que possível, a integridade física dos animais capturados ou afugentados.

São destacados para este Programa os seguintes objetivos específicos:

Direcionar o planejamento das ações de desmatamento a serem previstas no Plano de Supressão Vegetal; Favorecer a fuga passiva de indivíduos da fauna local (entomofauna, herpetofauna, mastofauna e avifauna) para áreas adjacentes à afetada; Evitar a captura de qualquer tipo de animal, em função do estresse e do sofrimento que são submetidos durante a captura e transporte; Exceto quando identificado fragilidade/debilidade do organismo, sendo encaminhado para centro de triagem e tratamento e posterior soltura; Priorizar as ações de resgate ou afugentamento com foco em espécies ameaçadas de extinção, bioindicadoras e aquelas com baixa capacidade de dispersão/locomotoção.

A implementação do referido programa se justifica devido às alterações físicas e biológicas que serão realizadas no ambiente, referentes às ações de supressão da vegetação em algumas áreas do empreendimento, assim como os impactos decorrentes da implantação e operação deste, uma vez que tais eventos afetam diretamente os ambientes naturais utilizados pela fauna silvestre local, provocando a fuga e/ou a morte acidental de componentes desta biota. (EIA, Tomo III, p. 60).

A imprensa tratou o estudo de impacto ambiental (EIA) do Porto Sul como a última palavra, acima de qualquer questionamento. Desconsiderou que essa análise foi encomendada pelos empreendedores, e não a submeteu diante de um olhar crítico que outros estudiosos poderiam ter. No caso aqui exposto, os comunicadores acreditam que todas as compensações serão realizadas. As promessas são tidas como fatos consumados. Esse tipo de tratamento não é dado aos compromissos

assumidos pelos governantes, normalmente recebidos com dúvida e ceticismo. A imprensa também demonstrou desconhecer casos de obras estruturantes cujos empreendedores não cumpriram as exigências ambientais assumidas. É o caso da Usina de Belo Monte, cuja licença de operação foi negada pelo IBAMA em 22 de setembro de 2015.

No decorrer desse trabalho, veremos que o EIA apresentou falhas e omissões, e que a imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna ao invés de questionar os erros, corroborou com muitos deles.

ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS

- O mito do progresso coloca o meio ambiente como algo secundário, uma barreira. Nessa ideologia a natureza não interessa, pois o que vale mesmo é o desenvolvimento, a instalação de novas empresas, empreendimentos estruturantes e a consequente geração de empregos. O importante é que a região cresça e desenvolva economicamente.
- O mito do progresso gera expectativa de empregos. Qualquer discussão que possa questionar o novo empreendimento é um entrave que merece ser criticado de qualquer jeito.
- Quando analisamos cientificamente a importância do meio ambiente para a continuidade da espécie humana, percebemos que somos apenas uma parte. O mito do progresso coloca o homem como o principal ser vivo, devido à capacidade de pensamento e raciocínio.
- Meio ambiente não é apenas o local onde o homem vive. É principalmente o conjunto das relações entre todos os seres vivos com os agentes químicos, físicos, biológicos e sociais do meio natural.
- O homem não está no centro e como ser biológico mantém relação de interdependência com as outras espécies e ecossistemas.
- O uso de estereótipos no jornalismo favorece o superficialismo. Cada pessoa tem a sua particularidade e o uso de moldes pode gerar injustiça e reportagens sem fundamentação.

- O mito do progresso transforma ambientalistas em inimigos do desenvolvimento, mesmo que na maioria dos casos esses atores sociais usem justificativas científicas em seus questionamentos.
- Captura de animais como compensação ambiental serve como propaganda positiva às empresas ecologicamente corretas. A medida é falaciosa, pois os animais dependem do seu habitat familiar, do seu território para sobreviver.
- Os Estudos de Impacto Ambiental dos grandes empreendimentos, normalmente são documentos parciais, elaborados pelos empreendedores para facilitar a instalação do que se propõe. Para não ser enganado e não enganar seu público, o profissional de imprensa deve cruzar as informações contidas neles, com o conhecimento de especialistas das universidades.
- Em nome de um suposto interesse geral e talvez influenciados pela aceitação da maioria, os profissionais de comunicação social podem omitir informações capazes de revelar efeitos negativos dos empreendimentos. Notícias que desagradam o público podem ser retiradas das pautas.

4 TRAJETÓRIA DO MITO DO PROGRESSO NO SUL DA BAHIA

4.1 Porto do Malhado: desenvolvimento econômico nos anos 1970

Em julho de 1973, a Revista Manchete⁷⁵ publicou reportagem sobre um pacote de obras de infraestrutura inaugurado no sul da Bahia pelo general Emilio Garrastazu Médici, terceiro ditador do regime militar que governou o Brasil de abril de 1964 a março de 1985. A visita do presidente Médici ocorreu durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência da Bahia, festa cívica estadual comemorada no dia 02 de julho de cada ano.

Figura 5: Reportagem da Revista Manchete, de julho de 1973, sobre o Porto do Malhado.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Socorro Mendonça, 2015.

Com destaque para a BR- 01 em Porto Seguro e o Porto do Malhado em Ilhéus, a Revista Manchete afirmou que os novos empreendimentos do governo federal deflagrariam “irreversível processo de desenvolvimento” no sul da Bahia. A

⁷⁵ MARTINS, João. No litoral do descobrimento: portas abertas para o futuro. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, n. 1109, s/n., 21 de julho de 1973.

nova rodovia já havia desencadeado o fomento do turismo na “Terra do Descobrimento” e o porto em fase de conclusão significava um caminho mais curto e melhor para a “circulação de riquezas”, sobretudo a exportação de cacau.

Durante a solenidade de inauguração do Porto do Malhado, o então ministro dos transportes, Mario Andreazza, previu um futuro grandioso para a economia brasileira:

As diretrizes e os esforços desenvolvidos pelo governo de Vossa Excelência, na área econômica, e em particular nos estímulos às exportações, têm permitido alcançar valores altamente significativos na produção de bens e serviços e, mais que isso, configuram tendência que, a se manter, colocará o Brasil, muito em breve, de modo definitivo, entre as nações mais desenvolvidas do mundo (MARTINS, 1973)⁷⁶

Passados 42 anos após a previsão de Andreazza, ainda não é possível afirmar que o Brasil está entre os países líderes do capitalismo. Pode-se dizer que a economia brasileira tornou-se emergente e que se encontra ao lado de outros países em situação parecida, a exemplo de Rússia, Índia, China e África do Sul. Essas nações junto com o Brasil formam o grupo chamado “BRICS”, de quadro econômico intermediário quando comparado às sete potências mundiais (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido).

Distante de previsões otimistas de igualdade e sempre disposto a refutá-las, o capitalismo fomenta disparidades internas dentro dos países (desigualdade social), assim como distingue uma nação da outra economicamente, criando hierarquias de riqueza e pobreza.

As perspectivas enganosas de prosperidade dentro dessa lógica de exploração são traços do mito do desenvolvimento econômico. Neste capítulo veremos que por meio da imprensa, governantes do presente insistem em repetir declarações “de fé” como as de Mario Andreazza. Tratam-se de falácias, pois a dinâmica do sistema econômico mundial gera desequilíbrios. O subdesenvolvimento é consequência e segundo Furtado (1974, p. 95), “é mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento”.

⁷⁶ Idem.

As ações da maioria dos governantes por mais que sugiram a defesa do bem comum, estão comprometidas com a lógica da desigualdade, seja por má-fé, ganância, por desconhecimento ou falta de uma visão crítica. A política rompe com o interesse geral e conforme Habermas (2013, p. 108) aponta: “o agir político não se pode fundamentar racionalmente, mas antes leva a efeito uma decisão entre ordens de valores e convicções de fé, que se subtraem a argumentos concludentes e permanecem inacessíveis a uma discussão vinculante”.

A Revista Manchete caracterizou o novo porto como exemplo de modernidade, citando-o como o primeiro trabalho de engenharia nacional em mar aberto, no qual teria sido aplicado a mais moderna técnica de engenharia portuária.

Nos tempos atuais, grandes construções continuam sendo um indicativo de progresso. Muitos anos depois da citada edição da Revista Manchete, mais precisamente no dia 29 de outubro de 2015, podemos constatar a permanência desse discurso. Nessa data, durante reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada ocorrida na Universidade Estadual de Santa Cruz, Cosette Xavier Costa, gestora de ações ambientais, disse convicta: “A engenharia pode tudo!”.

Nessa reunião, a Sul Americana de Metais S/A apresentou o projeto de construção de um mineroduto de 482 Km que pretende ligar Grão Mogol, município ao norte de Minas Gerais, a Ilhéus no Sul da Bahia. O empreendimento é divulgado pelo Governo da Bahia como parte do complexo Porto Sul. Na APA da Lagoa Encantada o mineroduto pretende encravar seus tubos por 18 km. A promessa de investimento na construção é de U\$ 3,8 bilhões. Os empreendedores prometem gerar empregos para 9 mil pessoas nos 21 municípios que o mineroduto pretende passar. Presume-se que os olhos de um governante comprometido com esse modelo de desenvolvimento brilhem diante de um projeto como esse. Investimentos e muitos empregos, o mito do progresso vive!

O discurso que classifica a engenharia como a ferramenta capaz de superar qualquer tipo de obstáculo gera uma espécie de transe, uma idolatria pelos grandes empreendimentos.

Ele vem de longe e de muito tempo. Está presente também na grandiloquência da arquitetura. Em nosso recorte histórico vem da Ilha de Páscoa, onde os sacerdotes (a elite local) usavam a arquitetura impressionante para

reafirmar prestígio e interferência junto aos deuses. Conquistavam o apoio das massas com promessas de prosperidade e colheitas fartas, mas foram derrubados do poder por volta de 1680 devido à incapacidade de cumprir o acordado já que os recursos naturais haviam exaurido (DIAMOND, 2005, p. 140). Passa pelo Coliseu de Roma (monumento do espetáculo e das tragédias humanas), pelas construções gigantescas de Albert Speer (o arquiteto do Terceiro Reich) até as linhas inconfundíveis do concreto armado contemporâneo de Oscar Niemayer.

O progresso gera encantamento, legitima a transformação do espaço em benefício de todos, supõe que o homem é capaz de tudo e coloca à margem o direito dos que se opõem ao imperativo da mudança. Dessa forma surge a concepção de uma variável independente e necessária à organização da vida humana, conforme Habermas:

[...] aparece então um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, do qual depende de facto a outra variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento económico. Cria-se assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico. A legalidade imanente de tal progresso parece produzir as coacções materiais pelas quais se deve pautar uma política que se submete às necessidades funcionais (HABERMAS, 2013, p. 73).

Para mostrar um pouco do que a beleza do progresso é capaz, citamos trecho de um depoimento de José Maria Costa Gusmão (77 anos), pai do autor deste trabalho, sobre uma visita ao porto do Malhado em 1973.

Nessa época seu avô Josino [Oliveira Santos], tinha mais de 70 anos. Ele sempre foi de conversar pouco, era muito pensativo e evitava abusar as pessoas. Era um homem muito calado. Certa vez ele me disse: “Seo Gusmão, tenho uma vontade grande de conhecer o Porto de Ilhéus. Já pedi aos meus filhos homens que me levem lá. Ninguém teve tempo. Será que o senhor como genro pode realizar essa minha vontade?”. Decidi atender o pedido do velho. Saímos de Itabuna de manhã cedo, numa Rural fretada, sete horas por aí. Quando chegamos na portaria do Porto, acho que duas horas depois, quase não entramos. Senti que o velho ficou triste. A sorte é que estava na portaria um conhecido meu da época da policia [militar da Bahia]. Entramos e fomos até a ponta do espigão. Quando viu aquele marzão na sua frente, seu avô ficou muito alegre, conversador. Achamos um menino vendendo picolé dentro do porto, empurrando um carrinho. Acho que durante o tempo que ficamos lá, chupamos mais de 15 picolés. Nunca vi seu avô tão alegre. Ele era um homem seguro no dinheiro, mas nesse dia não me deixou pagar nada. Depois que saímos de lá, até um copinho de cerveja ele tomou comigo no Vesúvio. Nunca esqueci esse dia. (GUSMÃO, 2015)

Em 1973 o Porto do Malhado estava entre as obras de infraestrutura que colocariam o Brasil entre as principais economias do mundo. Se nessa época ele exportava cacau, principal produto agrícola do Sul da Bahia, em 1999 ele passou a receber amêndoas do mesmo fruto provenientes de outros países. A profecia de Mario Andreazza falhou. A história não oferece fórmulas prontas.

Sem condições de financiamento e tomada pela praga vassoura-de-bruxa, a partir dos anos 1990 a lavoura cacauzeira diminuiu consideravelmente sua produção. A quantidade de amêndoas produzidas não era suficiente para abastecer as indústrias moageiras da Bahia, daí a necessidade de importação (CHIAPETTI, 2009).

Vale ressaltar que a industrialização do cacau produzido em outros países, sobretudo na África, só foi possível graças à eliminação de tributos que normalmente incidem na importação. De acordo com Chiapetti, o regime aduaneiro utilizado foi o *drawback*⁷⁷, justificado pela necessidade de não paralisar as indústrias moageiras, que por meio da exportação de derivados de cacau⁷⁸ contribuía para equilibrar a balança comercial⁷⁹ do país.

Nota-se que a política econômica do Estado priorizou o lucro e a competitividade das indústrias e preteriu os agricultores. Essa tendência é comum nos processos de desenvolvimento econômico, cenário em que “a atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo” (FURTADO, 1974, p. 24). Em 1989/90, as cinco maiores indústrias de chocolate do mundo renderam U\$ 35,9 bilhões, já os cinco países maiores produtores de amêndoas acumularam U\$ 1,78 bilhão (CHIAPETTI, 2009, p. 57).

Se em 1973 o Porto do Malhado foi considerado mola do progresso, em 2015 percebe-se o agravamento de um problema gerado por ele que afeta comunidades de baixa renda de Ilhéus. O mar tem invadido áreas residenciais e comerciais dos bairros São Miguel e São Domingos, situados ao norte do Porto, principalmente nos meses de março e agosto.

⁷⁷ Instituído por meio do Decreto Lei nº 37, de 21/11/1966.

⁷⁸ Massa, licor ou pó de cacau e seus derivados manteiga e torta (CHIAPETTI, 2009).

⁷⁹ Relação entre as exportações e importações de um determinado país.

Figura 6: Imagem aérea do bairro São Miguel.



Fonte: José Nazal, 2015.

De acordo com Teixeira, Almeida e Lavenère-Wanderley (2011, p. 111):

Com a construção do Porto Internacional de Ilhéus no final da década de 60 e início da década de 70, e sua ampliação na década de 80, a praia de São Miguel passou a sofrer com a erosão que se intensificou pela interferência do porto na dinâmica costeira.

Esses efeitos foram previstos em 1963 pelo Instituto de Pesquisas Hidroviárias (INPH), por meio de um relatório realizado antes da construção do porto. Contudo, os impactos foram considerados aceitáveis já que a área do bairro São Miguel foi considerada desabitada. Segundo Andrade (apud Teixeira; Almeida; Lavenère-Wanderley, 2009), desde 1896 famílias de pescadores moram no São Miguel. Após a construção do Porto do Malhado surgiram também casas de veraneio.

O bairro São Domingos, vizinho ao São Miguel, também sofre as consequências da erosão costeira. O avanço da maré destruiu o trecho inicial da BA 001, que liga Ilhéus a Itacaré, e trouxe prejuízos a proprietários de cabanas de praia. Em agosto de 2015, a prefeitura de Ilhéus decretou estado de emergência na zona norte do município com o objetivo de melhor atender as vítimas. Até setembro do mesmo ano, a medida não surtiu efeito, pois vários moradores fizeram protesto e

bloquearam duas rodovias, a BA 262 (Ilhéus-Uruçuca) e a BA 001 (BLOG PIMENTA, 2015).

Figura 7: Imagem da Praia do Norte, área das cabanas de praia próximas ao Bairro São Domingos.



Fonte: Gidelzo Silva.

A “mais moderna técnica de engenharia portuária” de 1973 trouxe sérios problemas para duas comunidades de não ricos. É certo que o Porto do Malhado trouxe desenvolvimento econômico para produtores de cacau e acionistas (ou proprietários) das indústrias moageiras. Também é obvio que a atividade portuária e a exportação de cacau tenham aquecido a economia de Ilhéus e região.

Contudo, o progresso é excludente. No caso em análise, trouxe sérios infortúnios a moradores e comerciantes dos bairros São Miguel e São Domingos. Às mensagens apologéticas de progresso e aos “milagres” da engenharia cabe essa reflexão de Furtado (1974, p. 18), contemporânea à inauguração do Porto do Malhado: “A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los”. O ser humano está impotente diante do seu próprio aparelho e a técnica (assim como a engenharia) tanto pode aumentar como enfraquecer o seu poder (MARCUSE apud HABERMAS, 2013, p. 54).

Figura 8: Protesto de moradores dos bairros São Miguel e São Domingos, em 16/09/2015.



Fonte: Blog Pimenta, 2015.

4.2 ZPE: A zona do progresso dos anos 1980

Em meados da década de oitenta do século passado, autoridades municipais difundiram a informação de que Ilhéus seria transformada num polo de desenvolvimento. Para isso, seria instalada no município uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio:

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributário, cambiais e administrativos específicos. Para o Brasil, além do esperado impacto positivo sobre o balanço de pagamentos decorrente da exportação de bens e da atração de investimentos estrangeiros diretos, há benefícios como a difusão tecnológica, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico e social.⁸⁰

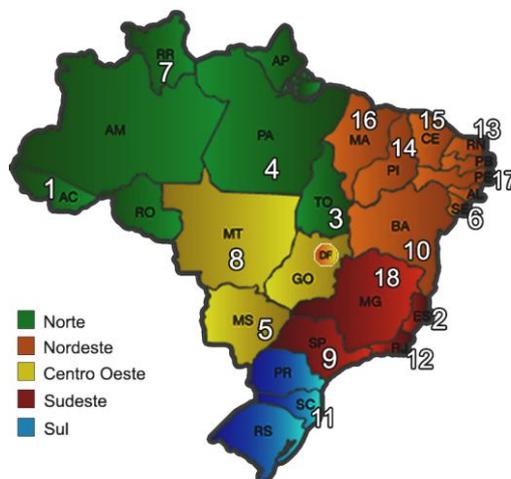
⁸⁰ Disponível em www.mdic.gov.br. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

A prefeitura municipal criou a Companhia de Administração da Zona de Exportação de Ilhéus (CIMAZE) e a propaganda oficial anunciava com exacerbado otimismo que, enfim, o progresso havia chegado⁸¹.

Na verdade, a ZPE de Ilhéus serviu para promover grupos e lideranças da política partidária local. Com a massificação da propaganda e a perspectiva de geração de empregos, os arautos do desenvolvimento econômico permaneceram mais tempo no poder.

Com o passar do tempo, o discurso da ZPE virou um embuste e a opinião pública caiu na descrença. As personalidades que a utilizaram em seus palanques, hoje se justificam por meio de um boicote promovido pelo governo “tucano”⁸² do Ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, cuja política econômica era influenciada por grandes empresários da região Sudeste, principalmente do estado de São Paulo. Os grupos empresariais paulistas não estariam dispostos a aceitar o desenvolvimento econômico das demais regiões do Brasil, que juntas receberiam 18 ZPEs⁸³.

Figura 9: Os dezoito estados brasileiros que receberiam Zonas de Processamento de Exportação.



Fonte: O autor, 2016.

⁸¹ A ZPE de Ilhéus foi criada pelo Decreto número 97.703, de 28.04.1989, publicado no Diário Oficial da União de 02.05.1989, páginas 6.666/67 (site Costa do Cacau).

⁸² Ave que simboliza o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

⁸³ O site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio informa que, no total, seriam implantadas 22 zonas exportadoras, com a seguinte distribuição geográfica: Zpe do Acre (AC), ZPE de Aracruz e Vila Velha (ES), ZPE de Araguaína (TO), ZPE de Barcarena (PA), ZPE de Bataguassú e Corumbá (MS), ZPE de Barra dos Coqueiros (SE), ZPE de Boa Vista (RR), ZPE de Cáceres (MT), ZPE de Fernandópolis (SP), ZPE de Ilhéus (BA), ZPE de Imituba (SC), ZPE de Itaguaí (RJ), ZPE de Macaíba e Sertão (RN), ZPE de Paranaíba (PI), ZPE de Pecém (CE), ZPE de São Luís (MA), ZPE de Suape (PE), ZPE de Teófilo Otoni e Uberaba (MG).

Vale ressaltar que essa compreensão da economia está fundamentada no paradigma do crescimento, onde o Produto Interno Bruto (PIB) per capita⁸⁴ é o indicador mais importante. Essa visão clássica possui fragilidades conceituais e práticas. Segundo Enriquez,

O mais relevante, entretanto, é a compreensão de que desenvolvimento é multidimensional e que receitas simplórias e unidisciplinares não têm alcance para abarcar a extensão dos problemas que a superação da condição de subdesenvolvimento requer. (ENRIQUEZ, 2008, p. 08)

4.3 PRODETUR: O turismo como promessa de desenvolvimento nos anos 1990

Entre 1991 e 1994, no terceiro mandato do então governador Antonio Carlos Magalhães, a Bahia decidiu promover o seu desenvolvimento econômico por meio do turismo. Inspirado no Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), o governo estadual criou o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA). A ideia central teve como diretriz o fomento do turismo nos setores público e privado. Os empresários interessados receberiam subsídios do governo estadual para planejamento e execução de atividades. Já o setor público inserido nas sete zonas turísticas definidas pelo programa (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina) teriam equipamentos turísticos remodelados ou reconstruídos com objetivo de atrair investidores (CHIAPETTI, 2009).

Antonio Carlos Magalhães (ACM) desejava voar mais alto na política, e para isso, tinha projetos em longo prazo. Pretendia tentar chegar à presidência da república ou eleger o filho e herdeiro Luís Eduardo Magalhães⁸⁵. Após o fracasso dos adversários Waldir Pires e Nilo Coelho⁸⁶ no governo estadual, ACM pretendia dar um choque de investimentos e para tal empreitada precisava de financiamento

⁸⁴ “O PIB de um país é a soma de todos os bens e serviços finais que este produz em um determinado período. Se dividirmos o valor do PIB pela população de um país, temos a renda per capita bruta do país no período. A renda per capita é um indicador básico, amplamente empregado para refletir o bem-estar médio dos habitantes do país.” (MULLER, 2012, p. 425 e 426).

⁸⁵ Luís Eduardo Magalhães faleceu em 21 de março de 1998, aos 43 anos, quando se preparava para disputar eleição ao governo da Bahia. A causa da morte foi um infarto fulminante.

⁸⁶ Waldir Pires governou a Bahia de 15 de março de 1987 a 14 de maio de 1989. Deixou o governo do estado para ser candidato a vice-presidente na chapa de Ulisses Guimarães, do PMDB, em 1989. Com a renúncia de Waldir, Nilo Coelho rompeu politicamente com o antecessor e comandou o estado de 15 de maio de 1989 a 15 de março de 1991.

externo. A opção escolhida foi a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que impôs determinadas condições: investir no turismo ecológico tendo o meio ambiente conservado como fator de atração e diferenciação (CHIAPETTI, 2009).

No que diz respeito ao Sul da Bahia, especificamente ao eixo Ilhéus-Itabuna (cidades que abrangem o objeto desse trabalho), a Costa do Cacau foi o produto criado pelo governo do estado da Bahia que incorporou essa região. Essa zona turística inclui os municípios de Itacaré, Ilhéus, Uruçuca, Una e Canavieiras. No litoral dessas cidades restaram áreas bem preservadas de Mata Atlântica, uma vez que o solo arenoso impediu que fossem tomadas pela cacauicultura. Restaram também manguezais, praias limpas, belas paisagens naturais e casarios antigos.

Para cumprir as contrapartidas exigidas pelo BID, na Costa do Cacau o governo estadual criou duas áreas de proteção ambiental⁸⁷ (as APAs Lagoa Encantada e Rio Almada, e, Itacaré-Serra Grande) e uma unidade de proteção integral, o Parque da Serra do Conduru. As obras de infraestrutura construídas foram: rodovia Ilhéus-Itacaré-Camamu (concluída em 2009) parte da BA 001 que liga a região cacauzeira (Costa do Cacau) ao baixo sul do estado (Costa do Dendê); e o sistema de esgotamento sanitário de Itacaré.

Entretanto, todo o cuidado é necessário na análise dos investimentos feitos no turismo da Costa do Cacau⁸⁸. Apesar de Ilhéus e Itacaré terem sido beneficiadas com o asfaltamento da estrada de terra que ligava as duas cidades (BA-001), e parte de suas populações terem sido favorecidas com saneamento básico, vale ressaltar que os investimentos privados tiveram orientações exógenas, contrárias à tese de Ignacy Sachs. Surgiram resorts, hotéis e pousadas para atender turistas nacionais ou estrangeiros, contudo, as comunidades locais raramente fazem uso dos espaços.

⁸⁷ De acordo com Chiapetti (2009, p. 153): “A APA é uma unidade de conservação de domínio público ou privado, em que o sistema natural é normatizado através de um Plano de Manejo Sustentado que regula a sua exploração econômica. O Plano de Manejo é composto pelo Diagnóstico Ambiental, pelo Zoneamento Ecológico-Econômico e pelo Plano de Gestão da Área. Ao contrário do que ocorre nos Parques Estaduais, nas APAs não há alteração no regime de propriedade – sua criação não requer a desapropriação de terras – apenas uma limitação do direito de propriedade relativo à ocupação, exploração e uso do solo¹¹⁶. As APAs são definidas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCS), (Lei nº 9.985 de 18/07/2000) e, segundo seus objetivos, são áreas destinadas a conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas locais. São instituídas pelos poderes municipais, estaduais e federais e assim, em termos político-administrativos podem abranger vários municípios e aglomerações urbanas.

⁸⁸ Formada por 5 municípios litorâneos do Sul da Bahia: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras

A composição desses empreendimentos é caracterizada pelo hibridismo cultural⁸⁹, ou seja, foram construídos com o luxo e o requinte dos equipamentos das grandes redes de hotéis, mas, estão inseridos no meio da vegetação ou de áreas litorâneas típicas do Sul da Bahia. A imagem de um turista europeu protegido do sol por uma cabana de piaçava⁹⁰ e bebendo um autêntico vinho de Bordeaux⁹¹ serve como ilustração.

Figura 10: Txai Resort Itacaré. Hotel no qual, em dezembro de 2008, o então presidente francês Nicolás Sarkozy e a primeira-dama Carla Bruni ficaram hospedados.



Fonte: Site Alô Alô Bahia.

Com o passar do tempo, os cinco municípios da Costa do Cacau registraram significativo crescimento populacional e o surgimento de novas favelas. Essas localidades são desprovidas dos serviços públicos tidos como mínimos ao bem-estar (CHIAPETTI, 2009, p.167).

⁸⁹ [...] processos socioculturais nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras (CANCLINI, 2003, p XIX).

⁹⁰ A palmeira *Attalea funifera Martius*, conhecida por piaçava ou piaçaba, é espécie nativa e endêmica do sul do Estado da Bahia. O nome vulgar piaçava é de origem tupi, traduzido como “planta fibrosa” com a qual se faz utensílios caseiros. Essa palmeira foi citada na carta de Pero Vaz de Caminha quando do descobrimento do Brasil sem que tenha sido, entretanto, tratado do seu uso. Durante o período colonial as fibras eram procuradas por navegadores de várias nacionalidades para fabricação de cordas utilizadas como amarra de navios, por oferecerem mais segurança às embarcações. O resíduo obtido de sua limpeza, o qual é conhecido como bagaço, fita ou borra, serve para cobertura de casas nos meios rural e urbano (<http://www.ceplac.gov.br/radar/piacava.htm>).

⁹¹ Vinhos antigos e caros produzidos na região de Bordeaux, na França.

4.3.1 A imprensa não reconhece o turismo como fator de desenvolvimento

Podemos afirmar que a imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna não reconhece que o turismo gerou desenvolvimento econômico em sua área de atuação. A responsabilidade pela ineficácia do investimento é atribuída à falta de organização dos governos municipais, à ausência de aptidão e interesse do “povo de Ilhéus” e até mesmo à inexistência de tradição turística.

Perguntamos aos nossos entrevistados: Na década de 90 do século passado, o Sul da Bahia recebeu investimentos para o fomento do turismo. Que avaliação você faz desses investimentos? Eles mudaram a região?

Antes mesmo de fazermos a pergunta, ao justificar a importância do Porto Sul, E2 afirmou de maneira categórica: “o turismo não existe como fonte de renda para Ilhéus”. Após a indagação, disse que os investimentos não mudaram o panorama regional.

A maioria desses investimentos foi privado. A maioria foi de gente que morava em cidades grandes, tinha vontade de morar numa cidade menor e gosta de turismo. O cara vem e montou uma pousada, montou um hotel. Desse tipo de cara: ele quer viver mais tranquilo. “Ah, vou viver aonde? Vou construir um hotel, uma pousada, em Ilhéus, Itacaré”. O investimento no turismo que você teve oficial foi mínimo, porque estrada não conta, estrada tinha que ser feita de qualquer jeito. O que teve foi uma sinalização pequena de ruas e monumentos. [...]

Primeiro, a população não gosta de turista. A população de Ilhéus é igual a parisiense: não gosta de turista. É uma coisa da população, é uma característica da população. Não gosta. Não gosta de atender. Não gosta de orientar. Não gosta de receber. É um traço de cultura, é um traço que veio da época colonial. Ilhéus era uma cidade que era uma corte. Era a capitania e sempre foi corte. O que acontece? O povo de Ilhéus tem por cultura (vindo lá de trás), o costume de ser servido, e não de servir. Você vê isso na população até hoje. Ao contrário de Itabuna que começou como um entreposto comercial. Itabuna é comerciante desde que nasceu. (E2, 2015)⁹²

E3 reconheceu os investimentos que Ilhéus recebeu no ramo de hospedagem, mas lamentou a ausência de crescimento na “estrutura” de Ilhéus. Da mesma forma que E2, afirmou que o “ilheense não tem cultura turística”.

A cidade de Ilhéus fora beneficiada. Nós temos aqui alguns empreendimentos interessantes, bonitos, em termos de hospedagem, mas, nós não crescemos na estrutura, nós não tivemos investimentos estruturais.

⁹² Ibidem.

Ilhéus continua carente de viadutos, de ampliação das nossas vias públicas como avenidas, ruas. Ilhéus não criou uma rua, Ilhéus não criou uma passarela, Ilhéus não criou um empreendimento turístico de relevância, a não ser pequenos hotéis, pequenas pousadas. Eu chamo esse tipo de turismo de quarto. Mas Ilhéus não tem. Olha, eu estou falando de recursos que vieram, mas que não foram aplicados de forma real. (E3, 2015)⁹³

E4 não vê diferença entre passado e presente: “A região, turisticamente, continua a mesma coisa que era há quarenta anos atrás”.

E5 culpou os agentes de Ilhéus diretamente relacionados com o turismo.

Profissionalismo, falta profissionalismo. [...] Aonde nós atraímos mais turistas? Você chega em Ilhéus, o turista vem, ele continua passando dois dias, no máximo três. O turismo de Ilhéus não está formatado. Você chega em Ilhéus, passa dois, três dias em Ilhéus, no quarto dia você não tem absolutamente mais nada pra fazer, porque não tá formatado. Se ele tivesse formatado, o turista vinha pra Ilhéus sabendo o que ia fazer no primeiro, no segundo, terceiro, quarto e quinto dia. (E5, 2015)⁹⁴

E6 (assim como E5) teve dificuldade para identificar a aplicação dos recursos: “Quais foram os investimentos no turismo?” Após lembrarmos o PRODETUR, ressaltou apenas a BA-001. Perguntamos se ele lembrava dos investimentos privados. Recordou alguns, porém teve dificuldades para identificar aspectos positivos.

Se você inclui Costa do Descobrimento, você vai ter o investimento massivo em Porto Seguro por conta dos quinhentos anos do Brasil. Aí sim! Eu não tenho dados, eu não tenho números. [...] Do Prodetur só lembro da Ilhéus-Itacaré. [...] Dos investimentos privados, não há como negar que houve um crescimento. Ilhéus já tinha uma rede, um número de leitos razoável, houve uma expansão. Posso estar enganado, mas nesse período você tem o Opaba, Canabrava [hotéis]. Tem mais alguns investimentos ou perspectiva de investimentos já caminhando pro norte, na zona norte de Ilhéus. Acho que os impactos foram muito mais dos investimentos do setor privado do que do setor público. De alguma forma esses investimentos do PRODETUR atraíram, mas acho que foi muito mais pela divulgação, pela mídia espontânea que a região tinha nos grandes veículos ou fora daqui. Sinceramente, eu não lembro dos investimentos do PRODETUR, além disso aí. [...] Do privado sim. Você tem a geração de emprego, a qualificação da rede hoteleira. E quanto mais você eleva o nível da qualidade da recepção, de hospedagem, você também vai atrair um público diferente. Um público que gere mais renda e que, durante sua permanência, deixe mais dinheiro na região. [...] Mudar, não. Tanto não mudou que... Qual é o impacto do turismo? Houve uma evolução em percentuais do turismo, do negócio turismo, pra Ilhéus, da década de 90 pra cá? Qual seria esse

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem.

percentual ou a dependência de Ilhéus em relação ao setor de serviços turísticos? Eu não tenho números. (E6, 2015)⁹⁵

Apesar dos investimentos em infraestrutura, o PRODETUR foi direcionado à iniciativa privada. Com o asfaltamento da rodovia Ilhéus-Itacaré (BA 001), surgiram investimentos em hospedagem voltados a uma clientela de alto poder aquisitivo. As terras localizadas no litoral norte de Ilhéus e em Itacaré ficaram muito valorizadas. Acomodações de luxo foram construídas, a exemplo dos *condo-resorts* e *condo-hotéis*, que segundo Chiapetti:

[...] são empreendimentos de uso misto (residência e hospedagem) que contam com serviços de hotelaria, equipamentos de lazer e entretenimento, desobrigando o proprietário de uma residência quanto às responsabilidades de manutenção, segurança e ocupação permanente do bem, pois isto fica a cargo da empresa administradora, que se encarrega de todos os serviços de manutenção e hospedagem. Como estratégia na condução do empreendimento, a empresa reúne possíveis sócios para um “pool empresarial” coordenado por uma empresa hoteleira, que adquire uma área, geralmente com acesso à praia, vendendo parte dela para o setor privado, mas permanecendo na administração do *condo-resort*. (CHIAPETTI, 2009, p. 158)

Em paralelo aos leitos de luxo, o bairro do Pontal na zona sul de Ilhéus – local onde estão muitas pousadas para o turista de classe média – não possui esgotamento sanitário. Em Itabuna, principal centro comercial e de serviços do Sul da Bahia, apenas 14% das residências tem esgoto domiciliar tratado⁹⁶. O serviço de abastecimento de água da cidade não satisfaz toda a população. Nos períodos de seca, protestos ocorrem, ruas são interditadas com pneus velhos em chamas. A promessa de desenvolvimento feito pelo governo do estado da Bahia, por meio do turismo, falhou (assim como a promessa do mesmo tipo feita pelo governo federal em relação ao Porto do Malhado). Poucos foram favorecidos, sobretudo, os visitantes de outras regiões ou estrangeiros que passaram a desfrutar de praias paradisíacas. O PRODETUR foi bom para o turista, mas não foi para a maioria dos grapiúnas de Ilhéus e Itabuna.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Números oficiais da Emasa.

Figura 11: Moradores do bairro Pedro Fontes, em Itabuna (BA), em protesto devido à falta de água em suas residências. Fato ocorrido no dia 09/12/2015.



Fonte: Blog Pimenta, 2015.

Os entrevistados direcionaram suas críticas à forma com o turismo foi incentivado em Ilhéus. Daí a necessidade de uma breve análise sobre essa atividade econômica no município.

Percebe-se que a atividade turística atende à vocação imanente da cidade, que possui extenso litoral de praias de areia fina excelentes para o banho de mar e é referência no universo literário do escritor baiano Jorge Amado. Na base do improvisado, passa ao largo e bem distante de qualquer estratégia de planejamento. Sem acompanhamento e revisões dos rumos, a falta de profissionalismo é uma marca do turismo ilheense. De acordo com o consultor Ariel Figueroa⁹⁷, apenas dois planos municipais de turismo foram realizados, um em 2004, outro em 2005. Ambos foram “parar na lixeira”. Gomez (apud IGNARRA, 2003, p.82) ressalta a importância do planejamento como medida para traçar metas e evitar surpresas indesejáveis:

o planejamento como previsão ou antecipação do que vai acontecer, consiste em um amplo estudo do mercado sobre todos os aspectos da atividade turística e suas relações com o resto da economia mundial. Por este caráter de previsão, o plano foi definido como um antiazar.

Os secretários de turismo quase sempre chegam ao posto apenas por indicação partidária. O currículo não é peça fundamental. Esse desapego à competência faz surgir casos muito curiosos de projetos *mirabolantes*. Em julho de 2010, o secretário municipal de turismo da época anunciou que planejava “fatiar”

⁹⁷ Em entrevista concedida ao autor, via Facebook, no dia 10 de dezembro de 2015.

uma estátua antiga do Cristo Redentor (um dos principais símbolos da cidade) para colocá-la em outro lugar⁹⁸. Em novembro de 2013, outro secretário afirmou ter sido pego de surpresa ao saber que transatlânticos repletos de turistas não poderiam atracar no Porto do Malhado, devido à insuficiência de calado⁹⁹.

Em Ilhéus o turismo está desvencilhado de qualquer principio da sustentabilidade. A cultura e a história local poderiam ser fatores de diferenciação, de atrativo, uma vez que foi sede de capitania hereditária, local de revoltas indígenas e invasões francesas, núcleo da civilização do cacau, possui casas e igrejas antigas, paisagens naturais e belos mirantes na zona urbana. Ilhéus foi cenário marcante na literatura de Jorge Amado, cujos romances “Gabriela, Cravo e Canela” e “Terras do Sem Fim” ganharam adaptações para telenovelas e cinema. Longe de querer transformar a cultura em mercadoria, sua valorização poderia impulsionar o turismo de Ilhéus, pois conforme Roncayolo “o elemento cultural fornece as melhores referências e uma apropriação mais profunda que a lógica aparente do plano e das massas. [...] O aprendizado da cidade é outra coisa que a leitura neutra de um plano ou de uma paisagem” (apud Carlos, 2002, pag. 34).

Contudo, o que se vê é a degradação de áreas de manguezais, proliferação de loteamentos no litoral sul da cidade (com supressão de vegetação), invasões de áreas conservadas de Mata Atlântica e um turismo cujo maior apelo de propaganda são ilustrações de um velhinho de camisa listrada e cabeça branca que representa Jorge Amado.

⁹⁸ Notícia de 27 de julho de 2010. O “incrível” projeto do Cristo “fatiado”. Durante uma reunião ocorrida no Colégio Estadual de Ilhéus, no bairro do Malhado, na última sexta-feira (23), o secretário municipal de turismo, Paulo Moreira, apresentou uma ideia surpreendente, completamente inusitada. Falando para professores e alunos, Moreira disse que planeja tirar a estátua do Cristo Redentor das proximidades da Avenida 2 de Julho, para colocá-la em cima do Morro de Pernambuco. Afirmou que há uma técnica capaz de “fatiar” a representação de Jesus em várias partes, sem destruí-la. O secretário deixou alunos, professores e demais pessoas que assistiam estupefatas. Após a saída de Moreira, que não esperou o final do encontro, o professor e doutor em história, André Rosa, teria feito uma advertência aos estudantes, mais ou menos assim: “Tá vendo vocês! Ele deseja fatiar o Cristo! Veio aqui sem saber a importância do monumento, em que contexto foi erguido, ignorando as pessoas que idealizaram a estátua naquele local. Isso deve servir de aviso. Estudem!” Caso contrário vocês poderão comandar a secretaria de turismo de Ilhéus. (Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2010/07/27/o-incrivel-projeto-do-cristo-fatiado/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016).

⁹⁹ Notícia de 26 de novembro de 2013. Recentemente, foi divulgada a notícia de que alguns transatlânticos não poderão atracar no Porto do Malhado devido à altura insuficiente do calado. Uma dragagem que resolveria o problema foi paralisada pelo IBAMA. No rádio, durante entrevista, o secretário de turismo Alcides Kruschewsky demonstrou ter sido pego de surpresa. Tornou evidente a ausência de planejamento, de estudos que propiciassem medidas “antiazar”. (Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2013/11/26/jabes-colocou-o-turismo-em-ultimo-plano/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016).

Figura 12: Loteamento Brisa do Mar, zona sul de Ilhéus.



Fonte: José Nazal, 2015.

Figura 13: Ocupação irregular de área desapropriada pelo governo do estado da Bahia, na zona norte de Ilhéus, próxima do pretense Parque Estadual da Ponta da Tulha. Essa localidade possui remanescentes de Mata Atlântica em bom estado de conservação, segundo o IBAMA.



Fonte: José Nazal, 2015.

A imagem de Jorge Amado está muito presente na cidade por meio de estátuas, nomes de personagens, ilustrações ou prédios que têm relação com a vida

ou com a obra do romancista, mas sua literatura pouco é debatida. Essa falta de interesse dá margem a comentários preconceituosos.¹⁰⁰

Figura 14: Áreas de manguezais com habitações irregulares.



Fonte: José Nazal, 2015.

Figura 15: José Martins, sócia de Jorge Amado que circula pelas ruas e calçadas do centro histórico de Ilhéus.



Fonte: Portal Sul da Bahia, 2012.

¹⁰⁰ O obreiro e a estátua. O vereador Ivo Evangelista (PRB) é mais um típico cidadão ilheense que fala sobre a obra de Jorge Amado sem nunca ter lido um livro. Na última quarta-feira de cinzas, ao passar diante da estátua de Jorge Amado, em frente à casa onde o escritor viveu os primeiros anos de sua infância, Ivo, em tom jocoso, disse a certo blogueiro que a homenagem não era justa. “Ele afirmou nos livros dele que Ilhéus só tem puta e ladrão”. De bate-pronto ouviu a resposta: “só fala essa besteira quem nunca leu nada escrito por ele”. “Obreiro” da Igreja Universal do Reino de Deus e fã de Edir Macedo, Ivo saiu dando risada como se tivesse ouvido um elogio. (Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2015/02/27/o-obreiro-e-a-estatu/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016)

Por outro lado, a população de Ilhéus carece de uma interpretação¹⁰¹ dos seus patrimônios histórico, cultural e natural. Quando as pessoas se reconhecem na cultura e valorizam aquilo que a cidade tem de melhor, a autoestima local se consolida. Governantes e população não reconhecem o potencial do turismo como atividade econômica, e por isso aguardam ansiosamente investimentos em projetos desconectados das potencialidades locais.

Apesar dos pesares, contudo, o turismo não deve ser ignorado como atividade econômica. Segundo Mira (2015, p. 252), Ilhéus abriga 398 “empreendimentos formais contidos nas atividades características do turismo”. Inventário turístico realizado em 2011 (o único realizado que se tem registro), afirma que as empresas relacionadas com esse segmento empregam 2663 funcionários. Segundo Chiapetti (2009, p. 166), entre 2000 a 2004 a atividade turística em Ilhéus gerou US\$ 339,44 milhões, conforme números do governo estadual.

Mira (2015) revela que muitos cacauicultores transformaram suas grandes casas em pousadas, porém, essa migração entre atividades econômicas trouxe dificuldades. Na época do cacau o dinheiro adquirido com a venda do produto poderia ser obtido antes da entrega da safra. No turismo a renda só aparece com os clientes. As entidades que representavam os produtores de cacau tinham mais força política, já as organizações locais que representam o segmento turístico não gozam do mesmo prestígio. Muitos cacauicultores convertidos a empresários do turismo deixam de participar dos grupos, movidos pela expectativa de recuperação da lavoura. Como exemplo, Mira (2015) cita o Conselho Municipal de Turismo de Ilhéus (COMTUR) que registra longos períodos de inércia. Esses problemas geram fragilidades institucionais.

Chiapetti (2009) faz uma crítica ampla direcionada ao modelo de investimento realizado pelo PRODETUR - a partir de 1991. Os recursos foram aplicados em obras de engenharia e equipamentos turísticos visando atrair grandes investidores. Os interesses da população não foram priorizados. Segundo o autor, o turismo nesses

¹⁰¹ Interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural. E o que é interpretar o patrimônio? É processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar (MURTA; ALBANO, 2005, p. 13).

moldes promoveu “modernização conservadora”, cujo favorecimento se deu para as oligarquias.

Ressaltamos que a promessa de desenvolvimento econômico por meio do turismo foi um compromisso assumido pelo governo estadual. Não constatamos críticas aos governantes feitas pelos entrevistados a esse respeito. Foi dito que os investimentos saíram do setor privado, mas esqueceram que parte da infraestrutura construída pelo setor público, a exemplo da rodovia Ilhéus-Itacaré, atraiu os empresários.

Como veremos a seguir, esse esquecimento (ou falta de esclarecimento) criou condições para a aceitação de novas promessas de prosperidade que repetem o princípio do PRODETUR, cujo objetivo é atrair investidores do setor privado.

O mito do progresso vai se ajustar aos interesses de um novo grupo político que passou a governar a Bahia em 2007. O turismo será um vetor do passado. O avanço vai se atrelar à exportação de minério de ferro.

4.4 Porto Sul: a nova face do mito do progresso

A primeira alternativa locacional escolhida por governo da Bahia e Bahia Mineração para o Porto Sul foi uma área de 1771 hectares próxima ao povoado de Ponta da Tulha, zona norte de Ilhéus. O primeiro texto informativo da Secretaria Estadual de Comunicação (SECOM-BA), com informações sobre o local previsto para receber o empreendimento, foi distribuído à imprensa no dia 18 de março de 2008. A manchete trouxe um apelo sedutor: “Complexo portuário vai criar 10 mil empregos no sul da Bahia”. Sem citar dados ou pesquisas, o texto dá certeza de que a região está em crise, promete geração de emprego, renda, desenvolvimento local e garante mínimos impactos ambientais. Afirma que os ecossistemas aquáticos não sofrerão danos e promete recuperar áreas já degradadas no entorno.

A região sul da Bahia, famosa pela áurea época do cacau, quando foi responsável por grande parte da economia estadual e até nacional, há anos vive em crise por causa da decadência na produção do fruto, atacado pela vassoura-de-bruxa e outras pragas. Mas agora a região novamente desponta como um importante polo de desenvolvimento econômico e social,

não só para o estado, como para todo o Brasil, por meio da implantação do Complexo Portuário Porto Sul. (REVISTA PORTUÁRIA, 2008)¹⁰²

O complexo intermodal envolverá porto, ferrovia, hidrovía, rodovia e aeroporto, tornando-se a solução para o gargalo existente nos principais portos baianos para o escoamento da produção do estado.

Além do desenvolvimento nacional, ele vai garantir principalmente o desenvolvimento local, com a geração de emprego e renda, que nesta primeira fase de implantação está estimada na abertura de 8 a 10 mil empregos. A ferrovia também será responsável pelo crescimento socioeconômico das cidades pelas quais cruzar, por meio da agricultura familiar.

Iniciativa do governo da Bahia, via secretarias da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), do Planejamento (Seplan), de Infra-estrutura (Seinfra) e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), o Porto Sul será construído numa área de 1.771 hectares, na localidade de Ponta da Tulha, no sentido Ilhéus/Itacaré.

O empreendimento, que movimentará recursos estimados em R\$ 4 bilhões, deve reforçar a dinâmica local de produtividade e eficiência, agilizando o escoamento de minérios e grãos e cargas containerizadas.

O complexo prevê a construção da Ferrovia de Integração Oeste/Leste, que fará a ligação dos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Distrito Federal com o litoral, transformando a Bahia no novo corredor de comércio exterior (exportações e importações), agregado a novos polos industriais, comerciais e de serviços.

Projeto-âncora

Além da ferrovia, o Porto Sul é a alavanca para outro empreendimento de máxima urgência no estado, que é a exploração e o escoamento do minério de ferro de Caetitê.

Este é o projeto-âncora do complexo, que vai garantir, só com sua atividade de exportação – avaliada em 25 milhões de toneladas por ano –, o destaque de segundo maior porto do Nordeste, posicionando a Bahia como uma das principais portas de desenvolvimento do país.

O Porto Sul se tornará ainda ponto de apoio para os estados do Sudeste que também já estão com seus portos comprometidos, a exemplo de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

Preocupação ambiental

O complexo tem também a preocupação com a questão ambiental. Fizeram parte dos processos de pesquisa e avaliação da escolha do lugar a serem implantadas equipes da Semarh e do Centro de Recursos Ambientais (CRA), que levaram em conta todos os limites de distanciamento a serem respeitados, devido à preservação de sensíveis áreas de proteção ambiental.

Faz parte do projeto a formação de cinturões verdes onde serão cultivadas espécies nativas para contribuir com a preservação dos ecossistemas. O Porto Sul é caracterizado como um porto *off shore*. Como as embarcações atracam a grande distância da praia – no caso específico, a três quilômetros –, não há danos para o ecossistema local. O sul da Bahia foi escolhido justamente por apresentar as melhores condições naturais para esse tipo de porto.

Está prevista ainda a reciclagem da água e da betonita que serão utilizadas na moagem do minério de ferro a ser transportado pelo minério-duto. Assim sendo, o complexo garante o desenvolvimento de um polo industrial, comercial e de serviços integrado à região, será uma referência quanto à minimização dos impactos ambientais, além de ser essencial para a recuperação do ecossistema local, degradado em vários pontos. (SECOM, 2008)

As primeiras reações da imprensa foram de total aceitação sem qualquer crítica ou dúvida. Sendo parte do senso comum que acredita no mito do progresso, ávida por crescimento econômico (e o conseqüente aumento da publicidade) passou a defender o projeto e atacar os que se opuseram. Além dos ataques aos ambientalistas, houve afirmação de que o Porto Sul causaria apenas impacto visual. Os governantes e a política mais uma vez submeteram a maior parte da imprensa da região.

[...] o único impacto será a visão dos navios que farão o transporte de minérios, no cais *off shore*, localizado a quatro quilômetros da praia. Quanto aos ambientalistas, existe sim muita gente bem intencionada, algumas delas com certa dose de ingenuidade, fácil de ser manipulada. Gente que está sim, preocupada com a conservação da natureza e que vê o porto como ameaça. Mas existe também gente que faz da causa ambientalista um negócio altamente rentável, que se alia aos hoteleiros e donos de mansões em nome dos próprios interesses, pouco se importando com os impactos positivos que o Porto Sul terá numa economia combatida pela vassoura-de-bruxa (BLOG DO THAME, 2010)¹⁰³

O jornalismo trata a verdade como aquilo que é, ou seja, a certeza capaz de atravessar a subjetividade e de se impor no discurso. O texto jornalístico deve estar subordinado à verdade independente das preferências de quem escreve o texto ou de quem vai ler, “a despeito de meus desejos, paixões, interesses ou mentalidades e que teria uma força própria, uma ‘luminância’ autônoma, que ao mesmo tempo nos atrai e ofusca, seduz e queima” (SERRA apud CHICO NELSON et al., 1989, p. 11).

Acontece que os impulsos da política e da verdade quando se cruzam impõem dificuldades de harmonização. A política expressa e dá relevância aos discursos dos sujeitos. Está imbricada nas paixões, percepções ou interesses próprios. O que parece ser de interesse comum muitas vezes está forjado por opiniões particulares que obedecem à lógica da sobrevivência ou do jogo eleitoral. Hannah Arendt trata essa ambiguidade de maneira taxativa: “jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade” (ARENDR, 2014, p. 283).

¹⁰³ Disponível em <http://danielthame.blogspot.com/2010/05/quando-o-interesse-do-patrao-esta-acima.html>. Acesso em 18 de abril de 2016.

No dia 08 de novembro de 2010, o parecer técnico nº 186/2010 do IBAMA recomendou que a licença prévia não fosse concedida, haja vista a quantidade de impactos negativos irreversíveis que causaria na área de Ponta da Tulha. A construção do empreendimento exigiria a supressão de florestas remanescentes de Mata Atlântica em bom estado de conservação. Outro impacto considerável seria a destruição de recifes de corais presentes na ADA (área diretamente afetada). A existência desses organismos marinhos não constou no Estudo de Impacto Ambiental. Sobre a importância desse ecossistema aquático, Primack e Rodrigues (2001, p. 31) definem:

Os recifes de corais constituem um outro ponto focal de concentração de espécies. Colônias de pequenos corais constroem os grandes ecossistemas de recifes de corais que são os equivalentes marítimos das florestas tropicais em sua riqueza e complexidade de espécies.

Ao contrário do que fora afirmado na imprensa, os impactos não seriam apenas visuais, conforme pode ser lido nas conclusões do parecer.

Diante da análise exposta neste parecer, e considerando:

- que a análise de alternativas locais apresentada no EIA não apresentou metodologia adequada e com a profundidade necessária, desconsiderando aspectos relevantes relacionados ao meio biótico;
- que a instalação do Terminal Portuário da Ponta da Tulha no local proposto acarretará na supressão de 70 ha de Floresta Atlântica em estágios médio e avançado de regeneração;
- que esta área de mata apresenta uma rica e preservada fauna associada, dependente dos recursos florestais, com altos índices de espécies ameaçadas e de endemismo, além de espécies não descritas para a região;
- que a avaliação de impactos detectou todos os impactos negativos para fauna como “muito significativos”;
- que a instalação do empreendimento no local proposto causará impactos de grande monta e não avaliados na sua totalidade sobre a sub-bacia do Rio do Mangue e de sua planície de inundação.
- que existem recifes com a presença de corais classificados como importantes e com boas condições de vitalidade na ADA (área diretamente afetada) e AID (área de influência direta) do empreendimento e que os impactos identificados não são mitigáveis;
- que a instalação do Terminal Portuário da Ponta da Tulha no local proposto deverá preceder a instalação do Porto Sul, cujos impactos não foram avaliados e que necessitaria supressão de uma área ainda maior de Floresta Atlântica;
- que podem existir na região, alternativas locais menos impactantes do ponto de vista ambiental, sem a necessidade de supressão de um importante remanescente preservado de Floresta Atlântica e sem a presença de recifes de corais na ADA (área diretamente afetada) e na AID (área de influência direta) do empreendimento;
- que a ADA é composta em 94,68% de sua área por Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas em estágio médio e avançado de regeneração, e que, de acordo com a lei nº11.428/06:

Artigo 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do bioma Mata Atlântica ficam vedados quando: I - a vegetação: a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco sobrevivência dessas espécies;

Artigo 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto inciso I do art. 30 e nos 1º e 2º art. 31 desta Lei.

De acordo com os documentos apresentados, esta equipe entende que não deve ser concedida licença prévia para o empreendimento no local proposto e sugere que a área de Floresta Atlântica sob foco, por sua relevância ambiental, seja transformada em Unidade de Conservação.

Ressalta-se, ainda, que esta equipe entende que o empreendimento traria benefícios socioeconômicos para o município de Ilhéus, não sendo contrária a instalação do empreendimento no município, mas sim na área atualmente proposta. Diante disto, deve haver uma melhor avaliação de alternativas locacionais para a instalação do empreendimento.

À consideração superior,

Daniel Santos Pinho, Elizabeth Eriko Uema, Fabiola Nunes Derossi,
Fernando Dantas Campello, Leandro Hartleben Cordeiro.

O parecer desmentiu veículos de imprensa que garantiram apenas grandes navios na bela paisagem. Parte da mídia sem conhecimento da questão ambiental tentou induzir a opinião pública a aceitar um projeto, cujos efeitos nocivos não foram mensurados. Trata-se de um erro crasso de jornalismo. O governo estadual e a Bahia Mineração praticariam crimes, caso os técnicos concursados do IBAMA não tivessem independência na elaboração do parecer. A área que seria diretamente afetada possui remanescentes de Mata Atlântica em considerável estado de conservação. Essa floresta, os recifes de corais e a fauna - que seriam destruídas pelo empreendimento – justificaram a criação do Parque Estadual da Ponta da Tulha. A unidade de conservação integral foi criada cinco anos depois por meio do Decreto n. 16.487, de 22 de dezembro de 2015¹⁰⁴, assinado pelo governador Rui Costa.

Descartada a Ponta da Tulha como alternativa locacional, os empreendedores escolheram uma área próxima ao distrito de Aritaguá para receber o terminal portuário. O projeto sofreu alterações. Ao invés de um porto, a proposta prevê a

¹⁰⁴ Ver Anexo A.

construção de dois: um privado para a Bahia Mineração exportar minério de ferro e outro público para o governo do estado da Bahia escoar os demais produtos.

Se pudermos atribuir um grande feito ao Porto Sul, na mídia, com certeza foi a simpatia que o projeto causou em Antonio Risério, respeitado intelectual baiano, antropólogo, ensaísta, crítico e poeta. Dentre a sua vasta obra, destacamos o estudo¹⁰⁵ definitivo e importante que ele fez sobre a obra de Dorival Caymmi, cuja frase “E Caymmi é a claridade do belo” (RISÉRIO, 2011, p. 37) resume com inigualável perfeição o primor estético presente nas canções do grande compositor da Bahia.

No dia 05 de fevereiro de 2011, o Jornal A Tarde publicou um artigo de Antonio Risério sobre o Porto Sul. Podemos afirmar que o texto não é digno do seu autor, pois está carregado de conceitos equivocados e, de certa forma, desconsidera tradições culturais e econômicas do sul da Bahia.

Em “Bahia, cidade e integração”¹⁰⁶, Risério defende a ideia de que Ilhéus e Itabuna “precisam ser repaginadas em termos urbanísticos e culturais”.

¹⁰⁵ Nome do estudo, Caymmi: uma utopia do lugar.

¹⁰⁶ Bahia, cidade e integração. Por Antonio Risério. É coisa relativamente rara, mas parece que estamos mesmo caminhando para um consenso. Nossa questão maior, hoje, é intensificar a integração espacial, econômica, social e cultural da Bahia. Outro dia, aqui neste jornal, Armando Avena escreveu sobre integração espacial, do ponto de vista econômico. É por aí. Para a Bahia se projetar em direção ao futuro, será necessário articular, no território estadual, uma nova rede infraestrutural e uma rede de cidades estratégicas, capazes de mobilizar e dinamizar a vida baiana, a partir de suas regiões.

No plano da logística, os projetos centrais do governo já estão devidamente definidos.

Quanto ao plano das cidades, o que se impõe é a qualificação de núcleos urbanos vitais para o sucesso no enfrentamento das novas realidades e de seus desafios. Ou seja: as realizações no campo da logística exigem a realização simultânea de uma ampla e criativa ação urbanística, operando sobre polos urbanos previamente definidos, dentro de critérios claros de desenvolvimento.

É na convergência de uma nova infraestrutura e de uma rede urbana renovada (em termos físicos e culturais) que está a chave para o êxito baiano.

A Ferrovia Oeste-Leste tem de acontecer já.

Assim como é indispensável dar outra vida ao Porto de Aratu (o Porto de Salvador – deixando de parte a ficção burocrática de que as unidades de Aratu e da capital formam um só complexo portuário – deve se voltar para cruzeiros e passageiros, em tempos de democratização do turismo e com vistas à Copa do Mundo). Construir o Porto Sul. Impulsionar o estaleiro do Paraguaçu, retomando, em outro patamar tecnológico, a tradição baiana de construção naval etc..

Mas os entraves ao desenvolvimento não estão somente aí. Estão, em grande parte, nos núcleos sociais dinamizadores, que são as cidades. A começar por Salvador. Mas se estendendo a todas as regiões baianas. Daí que o governo estadual esteja na obrigação de formular e executar uma política de intervenções urbanístico-culturais estratégicas, definindo polos articuladores regionais, a partir de suas condições atuais de existência.

Para dar um exemplo, o eixo Ilhéus-Itabuna tem de ser reativado. Precisa do porto, de equipamentos culturais, de novos estímulos, de novas direções. Tanto Ilhéus quanto Itabuna precisam ser repaginadas, em termos urbanísticos e culturais.

Não só Ilhéus e Itabuna, é claro. Precisamos definir aí por volta de umas nove cidades estratégicas (uma no semiárido, obviamente) e fazer com que elas funcionem bem e de forma articulada, na sua

Discretamente influenciado pelo mito do progresso, afirma que “para a Bahia se projetar em direção ao futuro, será necessário articular, no território estadual, uma nova rede infraestrutural e uma rede de cidades estratégicas, capazes de mobilizar e dinamizar a vida baiana, a partir de suas regiões”. Estabelece que novos empreendimentos logísticos exigem que se desenvolva, simultaneamente, ação urbanística “ampla e criativa” sobre “polos urbanos”.

Quando citou “polos urbanos”, a nosso entender Risério fez menção indireta ao conceito de polos de desenvolvimento de François Perroux¹⁰⁷. Os equipamentos de logística (no caso o Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste) funcionariam como um tipo de “indústria motriz”¹⁰⁸.

Uma questão importante - que gera dúvidas sobre o argumento de Risério – é como se dará a conexão entre o novo porto e a nova ferrovia com as atividades econômicas existentes nas áreas que serão afetadas pelos empreendimentos, a exemplo do turismo, pesca e agricultura familiar.

Construído no litoral norte de Ilhéus, o Porto Sul afetará o turismo da região. Isso tem preocupado empresários do setor, segundo o relatório de vistoria nº13/2012, do IBAMA. Vale lembrar que essa área, passando por Serra Grande (Uruçuca) indo até Itacaré, recebeu investimentos do PRODETUR haja vista a sua predisposição para o turismo ecológico.

região e entre regiões. Estas cidades necessitam de realizações na educação, na saúde, na segurança, etc. Mas é necessário ir além disso.

Elas precisam de uma ação reconfiguradora para sacudir a poeira e ativar energias criadoras.

De uma investida assentada, sempre que possível, num tripé: urbanismo, cultura e turismo.

Com isso, teremos uma intervenção que se vai dar, de forma simultânea e complementar, tanto no corpo físico quanto na dimensão simbólica da cidade. Ela será repensada, em seus aspectos mais fundamentais, de uma perspectiva urbanística. Mas será encarada, acima de tudo, pelo que é: um fato de cultura, no sentido antropológico da expressão. Terá ampliado o seu acesso aos bens culturais e viabilizada sua própria produção nesse campo. Coma perspectiva turística se abrindo para a tornar mais visível, no espectro de suas realidades e manifestações.

Mas vamos, enfim, atar os fios dessa meada.

Falei que é necessário articular a implantação de uma nova malha infraestrutural e a energização urbanístico-cultural de um elenco de cidades estratégicas, cuja definição se impõe de modo lógico (Salvador, Feira, Conquista, Ilhéus-Itabuna, Juazeiro, etc.). Por esse caminho, poderemos ter novidade logística, novidade cidadina e novidade cultural, convergindo, em ações exemplares, para situar a Bahia na linha de frente do avanço brasileiro. Mas, para isso, é preciso romper com a rotina, a timidez e o provincianismo. É preciso não ter medo de fazer. É preciso ousar.

(<http://www.pimenta.blog.br/2011/02/05/bahia-cidade-e-integracao/>)

¹⁰⁷ Perroux parte da “amarga verdade” que o crescimento não aparece em todas as partes ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidade variável, se difunde por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia (ENRÍQUEZ, 2008, p. 20).

¹⁰⁸ “a aparição de uma ou de várias indústrias muda a atmosfera de um período e cria um clima conducente ao crescimento e ao progresso” (PERROUX apud ENRIQUEZ, 2008, p. 20).

O mesmo relatório identifica impactos negativos na agricultura familiar praticada nas comunidades de Aritaguá e Vila Juerana. A construção do Porto Sul demandará desapropriações em pequenas propriedades rurais que cultivam cacau, laranja, cajá, banana, aipim, coco e mangaba. Cento e setenta famílias deverão ser desapropriadas ou perderão seus empregos, segundo declarações da Bahia Mineração durante audiência pública realizada em Uruçuca no dia 28 de maio de 2012, conforme o relatório.

O documento elaborado pelo IBAMA traz dúvidas de pescadores de Ilhéus, Serra Grande (Uruçuca) e Itacaré relacionadas à rota dos navios de grande porte que atracarão no Porto Sul. Barcos pesqueiros costumam navegar próximos a outros municípios, em viagens que duram até 7 horas. Com os navios de grande porte, há forte temor de que dificultem a navegação de pequenas embarcações.

Os prejuízos que o Porto Sul causará em outras atividades econômicas praticadas nas áreas afetadas vão prejudicar o sul da Bahia. Segundo Enríquez, a região que recebeu a indústria motriz “apenas se transforma em um polo de desenvolvimento se a resultante de efeitos for benéfica, demonstrado pelo crescimento de indicadores específicos; porém se a resultante de efeitos for negativa, trata-se de um enclave ou polo de subdesenvolvimento” (ENRÍQUEZ, 2008, p. 21).

Antonio Risério considera que as realizações no campo da logística exigem simultaneamente uma nova rede urbana. Resta saber se um porto exportador de commodities reúne condições para tal empreitada.

O imperativo de uma economia cada vez mais globalizada exige comportamentos e espaços portuários mais homogêneos, que obedeçam a uma lógica que suprime as distinções geradas pelo local. Apesar dessa tendência, há exemplos de portos que se diferenciam devido às dinâmicas culturais próprias das cidades em que foram construídos (MONIÉ ET VASCONCELOS, 2012). Em seu artigo, Risério deixa a entender que essas características (no caso as de Ilhéus e Itabuna) merecem ser “repaginadas”. Propõe alterações nos fatores que poderiam diferenciar Ilhéus e o “seu Porto Sul” dos outros espaços que possuem empreendimentos similares.

Enfim, o texto de Risério é confuso, tem forte apelo publicitário e surpreende que tenha sido escrito por ele. Além do mais, não se tem notícia de nenhuma visita de Risério ao eixo Ilhéus-Itabuna nos últimos 15 anos.

Nas entrevistas que fizemos com seis membros da imprensa regional, percebemos que o Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste geram expectativas que vão além do que os projetos prometem. Qualquer olhar atento sobre a crença desenfreada identifica incertezas.

O projeto da ferrovia prevê que Ilhéus será o seu ponto final. E1 extrapola essa previsão. Acredita também que trens e vagões não ficarão restritos apenas ao transporte de minério de ferro e que outros produtos poderão ser escoados pelo Porto Sul: “Você tem uma ferrovia trazendo produtos do centro do país, de Tocantins, de Goiás, e certamente ela se interligaria num futuro mais adiante com São Paulo e outros grandes estados”.

A perspectiva de variação de cargas é corroborada por E2 que acrescenta a possibilidade das locomotivas transportarem turistas.

Só que o Porto Sul, apesar do pessoal ter concentrado em falar de ferro, ferro, ferro, mas, na verdade, ferro é só um item que ele vai exportar. O Porto Sul é uma saída para o mar, para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins. Tudo isso vai escoar por Ilhéus. Você tem algodão, você tem soja, você tem tudo. Fora a possibilidade de você montar trem para turismo, porque esse povo do centro-oeste se tiver um caminho de trem para a praia, ele vem. (E2, 2015)¹⁰⁹

Em entrevista, o Ministério Público do Estado da Bahia por meio da promotora Aline Salvador (diretamente envolvida no acompanhamento legal do projeto) não deu certeza sobre o transporte de outros produtos. Disse não ter conhecimento e explicou que o assunto não diz respeito à instituição que representa. Vinculou essa expectativa a publicações difundidas na mídia.

Não é de nosso conhecimento e esfera de atribuição, considerando-se tratar de aspectos políticos e econômicos, afeito ao elemento volitivo dos empreendedores. No entanto, a mídia relata mobilizações de setores empresariais vinculados ao agronegócio em Barreiras, interessados em escoar a produção, sobretudo quando aventada a possibilidade de reduzir-se o tamanho da FIOI, limitando-a ao trecho Caetitê-Ilhéus. (SALVADOR, 2015)¹¹⁰

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor, por email, com resposta enviada no dia 20 de outubro de 2015.

O professor Rui Rocha¹¹¹, da Universidade Estadual de Santa Cruz, afirma não haver disposição das empresas Cargill e Bunge (líderes de logística e no agronegócio da soja) de exportar seus grãos via Porto Sul. As duas firmas atuam no oeste da Bahia e exportam via Porto de Cotegipe localizado na Baía de Aratu, em Salvador. Nesse terminal de uso privado (TUP), a capacidade total de armazenagem estática atinge 396.000 mil toneladas¹¹². Rui Rocha afirma ter ouvido em 2009, de um representante da Cargill e da Bunge, que metade desse potencial sequer foi explorada. Outro motivo que impedia a exportação de soja via Porto Sul é a incompatibilidade de escoar minério de ferro e grãos pelo mesmo terminal. A declaração do representante das empresas aconteceu quando se discutia a construção de um único porto (em Ponta da Tulha) classificado como múltiplo, haja vista que exportaria mais de um produto. Depois que o IBAMA negou a licença prévia (em 08 de novembro de 2010), os empreendedores propuseram a construção de dois portos, sendo um exclusivo para minério de ferro, conforme o relatório de vistoria nº13/2012 do IBAMA:

O denominado “Porto Sul” é um complexo logístico-portuário, idealizado para localizar-se na região de Ponta da Tulha, mas atualmente em estudos de viabilidade ambiental na região de Aritaguá (Ilhéus/BA). Constitui-se da união de dois processos: o do Terminal de Uso Privativo (TUP), sob responsabilidade da empresa Bahia Mineração (BAMIN); e o do complexo intermodal do Terminal Portuário Público, sob responsabilidade do Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA). Ambos os empreendimentos são inter-relacionados pela utilização conjunta de uma mesma estrutura de acesso marítimo (ponte de acesso *off shore*) e pela integração do modal ferroviário aos terminais portuários privado e público. Planeja-se em sua operação o recebimento e escoamento de minérios, clínquer, etanol, soja, fertilizantes e outros produtos. Integrado a este projeto, para o escoamento de minério de ferro, encontra-se em licenciamento no Ibama o projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL. O layout do projeto prevê a ocupação uma área em terra (“retroporto”) e outra sobre o mar (píer e quebra-mar).

O terminal público, pensado para ser gerido pelo governo estadual e por onde escoariam os demais produtos, sequer foi modelado. Também não se percebe capacidade de investimento do erário estadual em projetos tão caros. O sul da Bahia possui outras iniciativas de obras estruturantes que não saíram do papel, mas já foram anunciadas, a exemplo da duplicação da BR-415 (Rodovia Ilhéus-Itabuna), a

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor, por telefone, no dia 17 de outubro de 2015.

¹¹² Dados encontrados no site oficial do Porto de Cotegipe. Disponível em <http://www.portocotegipe.com.br/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

construção da segunda ponte Ilhéus-Pontal e a barragem do Rio Colônia (para abastecimento de água em Itabuna).

Sobre a possibilidade citada por E2 da Ferrovia Oeste-Leste fazer o transporte de turistas, o Ministério Público Estadual foi objetivo: “Não há essa informação no RIMA ou no Projeto Básico”. Segundo Rui Rocha, essa ideia foi proposta por centrais sindicais durante a audiência pública da FIOLE ocorrida em Ilhéus no dia 27 de fevereiro de 2010. O professor afirma que a VALEC¹¹³, responsável pela construção, não comentou a ideia.

A geração de empregos também é alvo de especulação por parte da imprensa, muito influenciada pelos discursos dos governantes.

E1 relaciona a geração de empregos com a possibilidade de diminuição da violência que mata jovens. Esse problema destaca Itabuna negativamente no cenário nacional¹¹⁴.

Muitas empresas viriam se instalar também em Itabuna, assim como em Ilhéus. Isso geraria empregos e talvez diminuísse consideravelmente essa criminalidade que eu acho extraordinariamente grande. Itabuna e Ilhéus se destacam hoje no cenário nacional, não pela economia, o cacau, sua cultura, sua grandeza econômica, mas pela mortandade de jovens. (E1, 2015)¹¹⁵

E4 afirma que o Porto Sul vai estimular a geração de empregos em outros setores diretamente envolvidos com o setor.

Veja bem: muito se falou que o porto iria gerar quatrocentos empregos [número sustentado por ambientalistas e imprensa contrária]. Meu Deus do céu! Um porto é um vetor de desenvolvimento! Um porto vai atrair “N” empresas que vão precisar importar e exportar, estocar, manusear mercadorias. Esse vetor vai puxar o desenvolvimento. Não é o porto em si. O porto será o lugar onde vai haver o embarque e desembarque das mercadorias. E ele tem que trabalhar, na minha concepção, 24 horas por

¹¹³ A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, nos termos previstos na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008 (<http://www.valec.gov.br/ConhecaQuemSomos.php>).

¹¹⁴ “Itabuna foi considerado o município mais violento para adolescentes em 2012, conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O município de Itabuna liderou o ranking de homicídios na adolescência em 2012 entre as cidades brasileiras acima de 200 mil habitantes. O município sul-baiano registrou, naquele ano, 17,11 assassinatos de jovens para cada 1 mil habitantes, segundo o estudo elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ)” (<http://www.pimenta.blog.br/2015/01/28/itabuna-liderou-indice-de-homicidios-na-adolescencia-em-2012/>).

¹¹⁵ Ibidem.

dia, todos os dias do ano. Isso é o que vai puxar os exportadores, os importadores, as malhas ferroviárias, rodoviárias para o escoamento da mercadoria. Isso aí é o que vai gerar o desenvolvimento. Isso aí é o que vai dar emprego. Não é o porto em si, a operação do porto, a construção do porto. (E4, 2015)¹¹⁶

E5 afirmou ter ficado feliz com a expectativa de muitos empregos, mesmo tendo ciência dos prejuízos ao meio ambiente.

Fiquei feliz, porque a notícia chegou como geração de emprego, como geração de renda pra cidade. Qual a cidade que não quer mais empregos? Qual a cidade que não quer mais renda? Toda e qualquer cidade quer. Não tenha dúvida que toda e qualquer cidade quer mais empregos para dar uma vida melhor à população e àquelas pessoas que ainda não têm uma renda. A notícia da geração de emprego me animou e me animou muito. A partir daí, eu passei, no meu programa, a fazer, a dar depoimentos de que era bom, de que era bom pra cidade, por mais que tivesse a informação de que iria trazer um prejuízo ambiental grande para o município, grande para região. A minha avaliação é a seguinte: olha, vai trazer um prejuízo ambiental, mas vai trazer também um resultado positivo pra população. (E5, 2015)¹¹⁷

Em 2009 – quando se idealizava construir o Porto Sul em Ponta da Tulha – a BAMIN e o governo estadual prometeram gerar 40 mil empregos¹¹⁸.

Ao analisarmos os projetos, constatamos que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da FIOLE afirma: “A expectativa da VALEC é de que a construção da FIOLE irá gerar cerca de 9.850 empregos diretos, de nível médio e fundamental, e cerca de 29.500 indiretos” (2009, p. 41). O vídeo institucional de apresentação da ferrovia¹¹⁹, disponibilizado no *Youtube* pela Presidência da República, vai mais além: “em toda a sua extensão, a Oeste-Leste vai dinamizar as economias locais, alavancando novos empreendimentos e gerando cerca de 23 mil empregos diretos e quase 70 mil indiretos”. Vale lembrar que esses números de empregos, caso fossem reais, seriam divididos por 71 municípios que compõem a área de influência direta da FIOLE. Nessa área de abrangência, a população total somou 2.040.533 habitantes, conforme dados do IBGE de 2007 (RIMA, 2009, p. 24).

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ “Apenas a Ferrovia Oeste/Leste e o Porto Sul são empreendimentos que ultrapassam o investimento de R\$ 7,5 bilhões e devem gerar mais de 40 mil empregos”, disse o diretor da Seplan (Disponível em <http://www.secom.ba.gov.br/2009/12/93732/Bahia-e-destaque-em-Forum-de-Infraestrutura-nos-EUA.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016).

¹¹⁹ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_ULCpzZS4uo. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

O Estudo de Impacto Ambiental do Porto Sul (alternativa locacional Aritaguá) acrescenta na fase de implantação 2.000 empregos diretos e na fase de operação 1.700. O documento estima 7.400 de empregos indiretos nas duas fases (EIA TOMO III, 2011, p 125, 126, 143, 144).

As promessas de postos de trabalho funcionam bem como peças publicitárias. Quando os projetos ficam prontos, a mão de obra é reduzida de maneira drástica. Quantos empregos a Ferrovia Oeste-Leste vai oferecer quando estiver concluída? O RIMA não traz essa informação dada a sua insignificância. Neste mesmo capítulo, quando discutimos o texto de Antonio Risério, vimos que o Porto Sul causará prejuízos em outras atividades econômicas (agricultura familiar, pesca e turismo). Por outro lado, a mina de Caetité – local de onde sairá o minério de ferro – ficará exaurida no prazo de 15 a 25 anos.

No parecer técnico 186/2010, sobre a alternativa locacional Ponta da Tulha, o IBAMA adverte que a expectativa de empregos causada pelo Porto Sul vai além das reais possibilidades do empreendimento. O órgão federal recomenda que a população seja esclarecida e identifica efeitos negativos.

O EIA aponta para a criação de cerca de 1900 empregos (no pico das obras de implantação) e para 450 novos postos de trabalho (a maioria, para mão de obra especializada) na etapa de operação [em Aritaguá subiu para 1700]. Como se vê, a geração de empregos em função da implantação de empreendimento é relativamente modesta se considerarmos a demanda existente. Da mesma maneira, o número de postos abertos na etapa de operação do terminal apresenta-se bem aquém das expectativas levantadas.

Por outro lado, a expectativa de geração de empregos vem influenciando, sobremaneira, o grau de aceitação do empreendimento por parte da população. Neste sentido, torna-se necessário que a população local seja informada sobre as reais possibilidades de contratação de mão de obra (quantitativo, qualificação necessária, duração da obra, postos temporários e permanentes, etc).

Ainda como consequência desta expectativa de empregos, considera-se a possibilidade de ocorrência de um processo de ocupação desordenada do solo (favelização, pressão sobre equipamentos urbanos, etc). Apresenta-se como mitigação, a contratação de mão de obra local e o Programa de Comunicação Social. É de se esperar que o empreendimento venha gerar um processo de migração interna e conseqüente favelização das periferias urbanas, na medida em que o desemprego na região é um dado concreto de realidade. Além do mais, mesmo que busque contratar pessoas da região, não se tem garantia de existência, na região, do tipo (e quantidade) de mão de obra que será demandado pelo empreendimento. Nesta perspectiva é que se avalia que as medidas propostas são insuficientes para fazer frente a esta situação, podendo, quando muito, minimizá-la. Neste sentido é importante que sejam definidas medidas concretas – além do Programa de Comunicação Social e da contratação de locais - sugeridas no EIA – que, em conjunto com as diferentes instituições envolvidas com a

questão do uso e ocupação do solo urbano, busquem a prevenção e equacionamento desta questão. (IBAMA, 2010)

As obras da Ferrovia Oeste-Leste foram iniciadas em 2011. Passados quatro anos, alguns trechos estão abandonados. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia (SINTEPAV), até março de 2015 foram demitidos 1.150 trabalhadores¹²⁰. Posteriormente, em agosto do mesmo ano, o próprio sindicato afirmou que 900 pessoas foram demitidas.

A dança dos números é outra característica singular do mito do progresso. Quando os projetos são anunciados, as vagas de emprego são superestimadas. Em momentos de crise¹²¹, o número de demissões é subestimado de acordo com as conveniências políticas.

Eracy Lafuentes, coordenador executivo de Infraestrutura e Logística da Casa Civil da Bahia, explicou as demissões com argumentos que nos remetem a Celso Furtado, quando discute o dualismo modernização-marginalidade. O executivo do governo estadual afirmou que: “Uma obra de infraestrutura tem diversas etapas e trabalhadores diferentes para cada uma. A informação que tenho é que o que está ocorrendo são ajustes nesse sentido. Sai um trabalhador e entra outro”¹²². Furtado explica a forma como os projetos de desenvolvimento dispõem dos trabalhadores (objetos) menos qualificados.

As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão de obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização (FURTADO, 2000, p. 28)

¹²⁰ Informações do site Correio. Disponível em: <http://migre.me/tFOlf>. Acesso em 20 de abril de 2016.

¹²¹ Em agosto de 2015, a VALEC informou ao site G1 que as demissões ocorreram “por causa da redução dos repasses do Governo Federal, por conta da crise financeira no país”. Disponível em: <http://migre.me/tFOIW>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

¹²² Declaração publicada no site Correio. Disponível em: <http://migre.me/tFONZ>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Figura 16: Trecho da FIOL, com obra paralisada.



Fonte: Portal G1, 2015.

Dentre os nossos entrevistados, apenas um profissional de imprensa admitiu incredulidade em relação ao Porto Sul desde o início. Questionou a divulgação de cifras grandiosas e pôs em dúvida a promessa de crescimento econômico. Todavia, E6 afirmou que o projeto daria oportunidades para “uma mão de obra não qualificada”, apesar dos impactos ambientais. Culpou a morosidade dos executores e demonstrou indignação pela chance perdida. Em suma, E6 lamentou o fato do progresso não ter conseguido a receptividade necessária.

Ao ser perguntado se o Porto Sul é um empreendimento sustentável, E6 disse que não. De maneira sincera admitiu que assim como ele, a maior parte da imprensa regional não reúne condições para discutir o assunto.

A minha visão de jornalista é prejudicada por alguns fatores. Eu acho que poucos profissionais se aprofundaram no tema Porto Sul. Essa visão acaba sendo prejudicada. Mas, ao mesmo tempo, se você for observar as experiências de outras regiões e o que poderia ser vislumbrado do projeto, você pode dizer que não é algo factível: Porto Sul e sustentabilidade.

Até aqui constatamos que a imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna carece de conhecimento sobre o projeto (mesmo assim sobram opiniões favoráveis). Esse resultado corrobora a opinião de E6. Tal condição torna o debate superficial, pois se desenvolve em torno de crenças, expectativas irrealizáveis e falta de informação básica.

Dessa forma, surge a dúvida se o jornalismo assim praticado degrada o saber. Meditsch (apud MORETZSOHN, 2007) responde: “tanto pode servir para reproduzir outros saberes como para degradá-los”. A realidade de quem redigiu o enunciado (ou produziu o texto), sua forma de pensar o mundo e de abordar o tema central são fatores que podem definir essa questão.

Outra opinião de E2 reforça a tese do despreparo. Ele afirma que o Porto Sul vai aumentar consideravelmente a arrecadação tributária de Ilhéus.

O ICMS da exportação de vários estados vai ficar todo em Ilhéus. Toda a produção do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins e do oeste da Bahia, esse dinheiro vai ficar em Ilhéus, o ICMS que varia de 15 a 27%. É muito dinheiro. É uma montanha de dinheiro: é um Himalaia de dinheiro. (E2, 2015)

A projeção de E2 seria perfeita caso não existisse a Lei Kandir¹²³. Em vigor desde 1997, essa norma livrou empresas exportadoras de matérias-primas e produtos semielaborados da cobrança de ICMS¹²⁴.

Para ter noção das perdas sofridas pelos estados, citamos trecho de um dossiê elaborado por Lúcio Flávio Pinto. Nascido no Pará, esse jornalista revela lucros e dividendos que a Companhia Vale do Rio Doce (a Vale) conquistou com a mineração em Carajás (PA), no ano de 2010. Para o estado ficou pouco.

Somadas as duas contas, só o minério de ferro de Carajás representou, em 2010, 13 bilhões de dólares. Quanto desse valor ficou para o Estado do Pará? Se forem incluídos na avaliação itens como a massa de salários, a compensação financeira, o royalty e compras locais, a porcentagem pode ir a algo próximo de 10%, se tanto (PINTO, 2012, p. 14 e 15).

O índice podia crescer significativamente se a Vale pagasse ICMS, do qual foi poupada pela nefanda lei Kandir (por coincidência, entrou em vigor no ano da privatização da CVRD). [...] E subiria muito mais se, no estabelecimento de algum equilíbrio entre a empresa e o Estado, fosse considerado como parâmetro o PIB do minério de ferro.

O que a Vale está deixando em território paraense é uma pequeníssima parte da riqueza que o Pará lhe possibilita alcançar. Ainda mais se considerados os outros bens minerais que a empresa já está explorando ou vai começar a explorar (e em escala aceleradamente intensificada) em Carajás: cobre, níquel, ouro e manganês (PINTO, 2010, p. 14-15)

Sobre a situação dos portos baianos, E2 garante que estão saturados. Na opinião dele essa incapacidade de escoar produtos exige não só a construção do Porto Sul, como de outros terminais no litoral ilheense. E2 não citou estudos

¹²³ Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

¹²⁴ O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é um tributo cobrado pelos governos estaduais. Na Bahia, a alíquota é de 17% sobre o valor da nota fiscal. Do montante arrecadado, 25% são destinados aos municípios. A cota repassada para é calculada pelo Índice de Participação dos Municípios (IPM). Definido anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, leva em conta a movimentação econômica, a área e a população de cada município.

técnicos capazes de justificar a ideia, que por sinal, está presente em textos que ele publicou na imprensa.

Primeiro, eu achei totalmente adequado, porque Ilhéus já tem um porto e tem uma costa que dá condições para você ter mais três, quatro portos. Segundo, porque eu já sabia na época que os portos da Bahia estavam todos lotados, eles não têm condição de receber nada mais. Boa parte da produção baiana é escoada pelo Espírito Santo e até pelo Paraná. Até pelo Porto de Santos sai coisa da Bahia, porque aqui não tem como escoar. A Bahia precisa de mais uns três portos. (E2, 2015)¹²⁵

O site da secretaria da fazenda da Bahia permite acessar uma apresentação do ex-secretário de infraestrutura e ex-vice-governador do estado Eraldo Tinoco¹²⁶. Nela, o governo estadual traçava planos de interligar a Ferrovia Oeste-Leste à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que possui conexão com o Porto de Aratu em Salvador. O Porto Sul estava fora de questão e o traçado da Fiol previa ligar o oeste baiano (importante região agrícola) ao mar da Baía de Todos os Santos. Os trens saíam de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (no oeste) até Brumado (BA), onde se daria o entroncamento com a FCA que para isso deveria ser revitalizada. O gasto estimado na reforma seria de R\$ 200 a 400 milhões¹²⁷.

Esse projeto não foi deixado de lado devido à suposta incapacidade do complexo portuário da Baía de Todos os Santos. Se realmente estivesse “lotado” como afirmou E2, a soja do oeste baiano não seria exportada por Cotegipe¹²⁸. Mesmo não tendo ferrovia, os grãos de Barreiras e região chegam a Aratu por meio de caminhões.

A mudança do traçado original da Fiol e o Porto Sul foram idealizados para atender os interesses empresariais da Bahia Mineração. Os governos estadual e federal estão dispostos a usar dinheiro público para financiar o projeto de uma corporação.

Em nome do futuro, do “chamado desenvolvimento”, destitui-se todo um passado em favorecimento das novas forças de mercado. Sob o jogo destas

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Eraldo Tinoco, falecido em 2008, exerceu as duas funções de 2003 a 2006. Ele pertencia ao segmento político de Antonio Carlos Magalhães, adversário do atual grupo que governa a Bahia, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A apresentação de Eraldo Tinoco está disponível em: http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/Apresentacao_Vice_Governador_Unicorp_PPP.ppt

¹²⁷ Dados de 2009 da Fundação Vanzolini.

¹²⁸ Cotegipe é um dos cinco terminais privados que compõem o complexo portuário da Bahia de Todos os Santos. Além dos cinco TUPs, há mais dois públicos: Aratu-Candeias e Salvador.

forças e da normatização ou da omissão do poder público, as novas atividades promovem novas funções nos lugares que, sob práxis individuais, apenas sinalizam ganhos de capitais para alguns (CHIAPETTI, 2009, p. 188, 189).

Segundo E2 – o entrevistado que mais emitiu opiniões taxativas – “a parte do porto em si não atrapalha ninguém, porque esse tipo de porto *off shore* não atrapalha nem a vida marinha nem nada, pela maneira como ele é feito. Um porto como o de Ilhéus, do Malhado, atrapalha tudo”.

Vimos que em Ponta da Tulha o porto *off shore* destruiria recifes de corais (um dos impeditivos da licença prévia). Na alternativa locacional Aritaguá, o RIMA relaciona os seguintes impactos:

Afetação associada ao meio físico: relacionada às alterações na qualidade da água e do sedimento, incluindo a presença de material particulado na água, na alteração da vazão estuarina, na alteração da dinâmica de sedimentos nas praias e outras;
Afetação associada ao meio biótico: relacionada às alterações associadas ao comportamento dos recursos pesqueiros e à sua qualidade – atração, fuga, composição, abundância, espécies exóticas e outras (RIMA, 2011, p. 70) .

No meio socioeconômico, o relatório cita 3449 pescadores cadastrados, sendo 1964 ligados à colônia Z-34, 596 na colônia Z-19 (ambas de Ilhéus), 71 na associação de pescadores de Serra Grande e 818 na colônia Z-18 de Itacaré. Esses trabalhadores do mar serão afetados pelo empreendimento, devido às “alterações nas localidades nas quais os pescadores moram, nos acessos às áreas de pesca, no mercado consumidor e formas de comercialização, no preço dos recursos, nas alternativas de emprego e ocupação e outras” (RIMA, 2011, p. 70).

O biólogo Marcio Barbosa Filho, mestre em zoologia, contesta esse número, pois não incluiu os familiares dos pescadores. O relatório também deixou de fora trabalhadores ligados à cadeia de produção e venda do pescado, a exemplo dos funcionários das colônias de pesca, marisqueiras e quem prepara filé de camarão¹²⁹. Marcio também acusa as empresas Hydros e Orienta, responsáveis pela elaboração do estudo de impacto ambiental, de terem cometido plágio. Dezesseis trechos de um artigo redigido por ele, publicado na revista “Boletim Técnico-Científico da Cepene

¹²⁹ Comentário de Marcio Barbosa Filho no Blog do Gusmão. Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2013/12/11/impactos-do-porto-sul-irao-prejudicar-3449-pescadores/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

(Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste)” teriam sido copiados pelo estudo de impacto ambiental, sem os devidos créditos. Dados de 2005, citados no artigo, foram relacionados como se fossem de 2011¹³⁰.

A mudança da alternativa locacional (de Ponta da Tulha para Aritaguá) sugere a quase inexistência de impactos ambientais. Essa interpretação prevalece na entrevista de E2.

A área já é desmatada. Tem poucas áreas de concentração mesmo de vegetação nativa, que vai ser a área onde vão ficar armazenados containers e coisas do tipo, para depois embarcar lá na ponta. A parte do porto em si não atrapalha ninguém, porque esse tipo de porto *off shore* não atrapalha nem a vida marinha nem nada, pela maneira como ele é feito. [...]. O *off shore* não ocupa nada na área da praia. Ele vai ocupar lá a diante. Ele não tem uma construção que bloqueie nada. Ele tem pilares ao invés de ter muro. Ele não atrapalha nada, nem as correntes nem nada. Só que na área de terra ele precisa de espaço para armazenamento. Aí ocupa bastante espaço, mas essa área de Aritaguá, a maior parte dela, já foi devastada há muito tempo. (E2, 2015)

De acordo com o parecer técnico 02001.004702/2015-72, de 27 de novembro de 2015, do IBAMA, a construção do Porto Sul demandará a supressão de vegetação em 686,05 hectares, divididos em 10 tipos de ecossistemas.

¹³⁰ Publicação do Blog do Gusmão, em 05 de junho de 2012. Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2012/06/05/indicios-de-plagio-e-fraude-no-estudo-de-impacto-ambiental-do-porto-sul/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.

O biólogo Márcio Luiz Vargas Barbosa Filho acusa as empresas Hydros e Orienta, responsáveis pela elaboração do estudo de impacto ambiental do Porto Sul (alternativa locacional Aritaguá) de terem cometido plágio (crime).

Em 2007, Márcio Filho publicou um artigo de iniciação científica, na revista Boletim Técnico-Científico da Cepene (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste). O texto enfoca a dinâmica dos barcos de pesca de Ilhéus, e utilizou dados colhidos em 2005.

Na última semana, Márcio Filho ao ler o estudo de impacto ambiental, encontrou 16 trechos do seu texto copiados, sem a identificação do verdadeiro autor.

O biólogo afirma que além do plágio, as empresas Hydros e Orienta utilizaram os dados que ele colheu em 2005, relacionados aos barcos de pesca de Ilhéus, como se fossem de 2011, fato que subentende a possibilidade de fraude.

Ele também concluiu que apesar dos barcos de pesca de Ilhéus terem tecnologia limitada, mesmo assim, conseguem se distanciar até certo ponto da costa, levados pela experiência dos pescadores. Já o estudo de impacto ambiental afirma que os barcos navegam apenas na parte do litoral em que estão sediados.

O EIA/RIMA afirma que o empreendimento causará impactos negativos na atividade pesqueira. A interpretação da Hydros e da Orienta é encarada como uma forma de restringir as compensações apenas aos proprietários de barcos sediados na zona norte de Ilhéus (local do empreendimento), pois dá a entender que as embarcações de outras áreas da cidade não pescam no litoral norte, por não possuírem equipamentos de navegação.

Marcio Filho, que faz mestrado em Zoologia, encaminhou sua denúncia ao Ministério Público Estadual. O promotor Yuri Lopes de Mello, especializado em meio ambiente, recomenda ao IBAMA, a realização de novos estudos referentes à totalidade do meio socio-econômico, e de novas audiências públicas, caso as fraudes e o plágios sejam comprovados. O promotor também recomenda a utilização de ferramenta para investigação de plágios, em todo o EIA/RIMA do Porto Sul.

Cabruca (457,2 ha/ 66,66%); Pastagem com Pioneiras Isoladas (90,38 ha/ 13,17%); Floresta Ombrófila em Estágio Inicial de Regeneração (72,15 ha/ 10,52%); Restinga Estágio Inicial de Regeneração (42,07 ha/ 6,13%); Brejo com Aninga, Ciperáceas, e Taboa (12,22 ha/ 1,78%); Floresta Ombrófila em Estágio Médio de Regeneração (5,66 ha/0,82%); Corpos d'Água (3,52 ha/ 0,51%); Área Urbanizada/Edificações em Áreas Rurais (1,92 ha/ 0,28%); Praia (0,65 ha/ 0,09%); Manguezal (0,24 ha/ 0,03%) (IBAMA, 2015, p. 18).

Dos 686,05 hectares que serão suprimidos, 316,7 (percentual de 46,16%) são de áreas de preservação permanente¹³¹ (APP) que estão: em torno de áreas alagáveis (10,24 ha); em declividade > 45° (0,21 ha); em torno de rios com largura de até 10 m (250,63 ha); em torno de rios com largura de 10 e 50 m (1,23 ha); em torno de rios com largura de 50 e 100 m (7,32 ha); em manguezal (0,24 ha); em torno de nascentes (33,36 ha); em topo de morro (8,22 ha); em faixa de restinga de 300 m a partir da preamar máxima (5,25 ha) (IBAMA, 2015, p. 16).

Como se vê, a construção do Porto Sul vai destruir área de significativa importância ambiental e rica em água, haja vista que no seu interior há 149 nascentes, Isso mostra como a imprensa tratou o assunto sem fundamentação técnica, ao contrário do IBAMA que fez advertências:

Este elevado quantitativo de APP's e de nascentes na área de supressão do empreendimento demonstra a sensibilidade ambiental da área de supressão do empreendimento. Este fato reforça que, caso venha a ser autorizada a supressão da vegetação para implantação do empreendimento, os programas ambientais de proteção à flora e demais programas de mitigação dos impactos gerados com a supressão da vegetação deverão ser adequadamente executados para mitigação dos impactos (IBAMA, 2015, p. 18).

Sendo área de proteção permanente, não deveria ser protegida por lei? A resolução 369¹³² de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), protege as APPs, contudo, abre exceções para a utilidade pública. Por ter sido considerado uma obra essencial de infraestrutura, destinada ao serviço público de transporte, o Porto Sul e sua construção podem suprimir APPs mediante o cumprimento de medidas mitigadoras e compensatórias.

¹³¹ Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (PIZZATO E PIZZATTO, 2009, p. 31).

¹³² A resolução 369 do CONAMA pode ser conferido neste endereço <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>.

ARTIMANHAS DO MITO DO PROGRESSO NA IMPRENSA: DICAS E EXPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS INTERESSADOS

- O mito do progresso transcende o tempo. Ele mora e se faz presente nos discursos da classe política.
- O capitalismo promete igualdade por meio da liberdade. Contudo, é naturalmente assimétrico.
- O mito do progresso promete bem-estar a todos, mas ele prioriza o interesse dos grupos responsáveis pelos empreendimentos. Suprime informações que levam à exploração social.
- Líderes políticos defensores do progresso estão comprometidos com a lógica da desigualdade, seja por má-fé, ganância, por desconhecimento ou falta de uma visão crítica.
- O mito do progresso propõe sempre o moderno como o melhor. A engenharia é a ferramenta capaz de cumprir as promessas. Ela pode tudo! A técnica é infalível.
- A arquitetura pode se apresentar como aliada do mito do progresso, na medida em que o primor estético das construções, suas curvas e a ousadia monumental são capazes de gerar encantamento.
- A beleza da arquitetura e a opulência de um projeto tentam legitimar a transformação do espaço supostamente em benefício de todos. As pessoas que se posicionam contrárias às mudanças são deixadas de lado, formam o "gueto do atraso".
- Muitas vezes, o que foi prometido como moderno no passado transforma-se em armadilha para as comunidades no futuro. O mito do progresso vive de enganos, ludibria.
- O homem se mostra impotente diante dos impactos negativos dos projetos de desenvolvimento econômico. Ele fraqueja perante a sua própria criação. Contudo, o progresso é excludente. Os atores mais favorecidos não sofrerão com os prejuízos. Lucros para poucos e iniquidade para muitos.
- Os vínculos dos grupos políticos com as grandes corporações fazem o mito do progresso mudar de roupagem. Os vetores de desenvolvimento sempre

surgem como novidades: indústria, hidrelétricas, barragens, portos, ferrovias, grandes hotéis entre outros.

- Grupos políticos diferentes podem ter visões divergentes sobre o desenvolvimento. Quando um novo grupo assume o poder, há possibilidade do mito do progresso se apresentar de outra forma.
- As indicações políticas para o exercício dos cargos públicos na maioria das vezes abrem mão da competência. O profissional de imprensa deve estar sempre atento à formação das autoridades que defendem os projetos desenvolvimentistas.
- Novas promessas de progresso dependem do esquecimento das antigas. Normalmente, a população tem memória curta. Cabe ao profissional de imprensa provocar a memória coletiva, para que as pessoas não sejam enganadas.
- Releases que abordam projetos de desenvolvimento econômico podem ter como primeira missão enganar a imprensa. As assessorias de comunicação dos governos estão ligadas aos interesses dos governantes, não à verdade. O mesmo se observa nas assessorias de comunicação das empresas ligadas a esse tipo de projeto.
- No Brasil, a maioria dos estudos de impacto ambiental são elaborados para satisfazer o empreendedor, livrá-los de grandes responsabilidades sociais, econômicas ou ambientais. Releases elaborados a partir desses estudos devem ser recebidos sempre com bastante cautela.
- Se um grande intelectual defender o projeto, não se deixe levar por seus títulos ou a qualidade de suas publicações (alheias ao tema do projeto). A atenção deve estar vinculada à natureza dos argumentos de quem defende. Procure checar as informações, compare com estudos disponíveis, ouça especialistas. Caso encontre erros, cheque com outras pessoas capazes de dirimir as dúvidas. Sendo confirmados, refute com respeito e coragem. Não se amedronte diante da fama, da autoridade intelectual.
- Projetos de desenvolvimento causam impactos no meio socioeconômico, e muitas vezes prejudicam comunidades que atuam em atividades tradicionais, a exemplo da agricultura, pesca, turismo cultural e ecológico e outras. Procure ouvir pessoas que serão prejudicadas. Muitas vezes os empreendedores

prometem dar trabalho a todo mundo. Isso não é verdade. Quando os projetos são divulgados, normalmente o número de empregos é superestimado. O nível de conhecimento necessário é bem distinto do que a mão de obra local é capaz de suprir. Além do mais, quando uma pessoa sai de uma atividade econômica para outra, a adaptação não é fácil.

- Quando comunidades tradicionais deixam de trabalhar devido a um novo projeto que chegou à região, isso pode trazer danos à cultura local, redução na produção de alimentos e tornar inacessíveis bens culturais, naturais e de lazer.
- Quando os empreendedores escolhem os locais que receberão os projetos, normalmente eles pensam apenas na viabilidade econômica. Os impactos serão considerados caso encareçam a execução. Alternativas locais que gerem menos impactos serão deixadas de lado caso exijam mais recursos para a obra.
- O mito do progresso cria expectativas que vão muito além das capacidades reais dos projetos. Cabe ao profissional de imprensa comprometido com a sustentabilidade questionar e desmentir as falácias.
- Cabe ao profissional de imprensa alertar:
 - grandes projetos de desenvolvimento aumentam a população das cidades e exigem a duplicação da oferta de serviços públicos: saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança pública;
 - quando os projetos ficam prontos, o desemprego toma conta do local;
 - o fluxo migratório de trabalhadores para o local do empreendimento aumenta consideravelmente a prostituição e a violência em geral. Isso pode gerar prostituição infantil, o aumento de uso de drogas e outros males.

Crises econômicas paralisam grandes empreendimentos. Quem primeiro sofre é a classe trabalhadora com as demissões em massa.

- Quando as demissões em massa acontecem, o número de desempregados é subestimado. Muitas vezes os sindicatos possuem ligações não muito evidentes com governos e empreendedores.
- Grandes empreendimentos utilizam, principalmente, mão de obra sem qualificação profissional. O mito do progresso e sua modernidade necessitam de muitos trabalhadores braçais.

- O jornalismo superficial, sem fundamento, a serviço dos interesses puramente econômicos dos empreendedores degrada o saber.
- Exportações de matérias-primas e produtos semielaborados estão livres da cobrança de ICMS. Se algum projeto garante aumento na arrecadação de impostos, procure ouvir especialistas e ler publicações a respeito, caso não queria enganar seu público.
- No mito do progresso o novo torna o antigo obsoleto. Para justificar sua necessidade, o desenvolvimento torna insuficiente o que ainda serve.
- Novos governos de grupos distintos dos antecessores tendem a desconsiderar e reelaborar projetos. Novos governantes costumam não levar em consideração o planejamento da gestão anterior.
- Quando a imprensa aceita passivamente um projeto de desenvolvimento, os impactos negativos são ignorados nas publicações e na mídia eletrônica.
- Os recursos hídricos devem ser respeitados para evitar escassez de água. O profissional de imprensa comprometido com a sustentabilidade deve informar o seu público quando projetos de desenvolvimento colocam em risco nascentes, rios, aquíferos e áreas de proteção permanente ao longo de rios (matas ciliares).
- O senso comum trata os mangues de forma pejorativa. O profissional comprometido deve explicar que mangues e estuários são berços dos ecossistemas aquáticos e da vida marinha. Projetos que destroem esse tipo de bioma devem ser denunciados na mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 22 de setembro de 2014, o IBAMA concedeu a licença de instalação do Porto Sul na alternativa locacional Aritaguá. Quatorze dias depois, ocorreram as eleições para governadores dos estados. Na Bahia, o então governador Jaques Wagner (PT) conseguiu que o seu candidato, Rui Costa, fosse eleito de maneira surpreendente no 1º turno. O anúncio da licença funcionou como promessa cumprida.

Passados 15 meses após a liberação da licença de instalação, o Porto Sul permanece no “papel” e as obras da Ferrovia Oeste-Leste continuam paralisadas. Em paralelo a esse marasmo, na justiça inglesa as sócias da Bahia Mineração, ZAMIN e ENRC, travam uma disputa e trocam acusações. A briga judicial diz respeito a um contrato de compra e venda da BAMIN, no valor de \$ 1.100 bilhão, firmado em 2010 entre as duas empresas. No processo, as sócias evidenciam falta de interesse pelo projeto Pedra de Ferro/Porto Sul. A ENRC acusa a ZAMIN de ter conseguido a licença de instalação em circunstâncias duvidosas, pois o “sócio majoritário da ZAMIN, Pramod Agarwal, teria ‘montado acampamento no jardim’ do ex-governador Jaques Wagner, às vésperas da data em que a licença de instalação do empreendimento foi concedida”¹³³. No anexo I, explicamos essa disputa e dispomos ao leitor cópias do processo que corre na justiça inglesa.

Diante desse quadro de incertezas, o governo do Estado da Bahia continua fazendo cogitações estranhas: caso a Ferrovia Oeste-Leste seja concluída antes do Porto Sul, as autoridades pensam em escoar o minério de ferro que virá de Caetité por meio do antigo Porto do Malhado. Na propaganda oficial, a construção do Porto Sul já foi iniciada.

Processo de construção do Porto Sul segue em andamento

O Governo da Bahia esclarece que, diferentemente das informações divulgadas por alguns veículos de comunicação, o processo de construção do Porto Sul continua em andamento.

Em paralelo às providências para o início das obras do Porto Sul, o governo trabalha também com uma alternativa temporária: usar o Porto de Malhado, em Ilhéus, para escoamento da produção que chegará através da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

¹³³ Disponível em www.blogdogusmao.com.br. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

Com essa alternativa, a carga transportada pela FIOLE chegaria a um centro logístico, que seria construído no município de Uruçuca, a 40 quilômetros de Ilhéus, e de lá seguiria para o Porto de Malhado em caminhões através da já existente BA-262.

“Essa alternativa só será executada caso a Ferrovia [de Integração] Oeste-Leste seja completamente finalizada antes do Porto Sul”, explicou o coordenador de Infraestrutura da Casa Civil, Eracy Lafuente. Ainda segundo Lafuente, as obras do Porto Sul serão iniciadas tão logo seja obtida a autorização para supressão da vegetação. (SECOM, 2015.)¹³⁴

No dia 17 de dezembro de 2015, o governo estadual anunciou que o IBAMA permitiu a supressão de vegetação na área do empreendimento. A BAMIN deixou o projeto e o atual governador da Bahia, Rui Costa (PT), busca atrair investidores chineses para viabilizar o Porto Sul, assim como para outros grandes empreendimentos. Veremos abaixo que apesar do quadro repleto de incertezas em função da crise econômica atual, o mito do progresso insiste com a promessa de crescimento da economia baiana.

Em Brasília, Rui finaliza negociações para atrair investidores chineses

Com viagem já agendada para China no dia 4 de março, o governador Rui Costa finaliza as conversas para potencializar as negociações com investidores chineses. Ele esteve nesta terça-feira (16) na Embaixada da China, em Brasília, e, por cerca de duas horas, conversou com a ministra conselheira, Xia Xiaoling.

Na lista de projetos com sinalização já positiva de empresas asiáticas estão o Porto Sul, a Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), a Ponte Salvador - Itaparica e o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) de Salvador, todos apresentados à ministra conselheira. Nos próximos dias, o governo do estado enviará a Pequim projetos executivos e orçamentários dos projetos, dando mais condições de os investidores avaliarem cada um deles.

A dinâmica de empresas que já procuraram o governo baiano manifestando interesse concreto foi explicada pela ministra Xia ao governador. As agendas serão com as estatais CRBC, CREC e CRCC, todas com atuação na área de mobilidade e logística. "Estamos convencidos da concretização de parcerias. São projetos de forte impacto social e determinantes para o crescimento da economia baiana", disse Rui Costa.

A ministra destacou que a China está disposta a ajudar outros países a fortalecer a sua infraestrutura. "Isso condiciona o crescimento do país", afirmou Xia. Outras reuniões também estão agendadas; a comitiva se reunirá ainda com empresas de energias renováveis e da área de produção de medicamentos.

O secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, e o superintendente de Promoção do Investimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Paulo Guimarães, que vão integrar a comitiva que irá para a China, além do representante do governo baiano na capital federal, Jonas Paulo, participaram da agenda em Brasília. (SECOM, 2015)¹³⁵

¹³⁴ Disponível em: www.secom.ba.gov.br, 06 de dezembro de 2015. Acesso em 20 de abril de 2016.

¹³⁵ Id.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a influência do mito do progresso na imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna. O pano de fundo foi o debate público sobre o Porto Sul.

Podemos concluir que a ideia de progresso associada a grandes empreendimentos é uma expectativa presente na memória da maioria dos profissionais de imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna. Todos os nossos entrevistados produziram informações distorcidas influenciadas pelo mito do progresso. Quando decidiram apoiar o Porto Sul foram movidos por considerações prévias relacionadas ao senso comum, formado por crenças e preconceitos fixados profundamente na forma de pensar, na maneira de agir e na perspectiva de mundo. A interpretação de que um projeto de desenvolvimento econômico será a redenção do sul da Bahia já estava entre eles, é um componente do imaginário e da dimensão cultural.

A falta de profundidade do jornalismo, característica que muitas vezes gera publicações intempestivas sem a devida apuração e carregadas de erros, ocorre sob pressão da velocidade exigida. O ritmo desenfreado de produção, para atender à lógica do mercado de notícias, é estimulado pela necessidade de publicar primeiro (sair na frente) e de propiciar ao público mais um furo de reportagem. O profissional imerso nessa dinâmica normalmente é um especialista em generalidades, de domínio superficial sobre vários assuntos.

No caso da cobertura jornalística feita sobre o Porto Sul, faltou aos profissionais do eixo Ilhéus-Itabuna a postura de processadores ativos da informação (*second guessing*). A crença no mito do progresso dispensou a necessidade de aferir a precisão das informações divulgadas pelas fontes oficiais. Não houve reinterpretção a partir de outras fontes (especialistas, por exemplo). A passividade descartou a busca por notícias plausíveis (SHOEMAKER; VOS, 2011).

Os veículos de comunicação dependem consideravelmente das fontes oficiais de informações (ligadas a governos, corporações, grupos e partidos políticos). De acordo com Shoemaker e Vos (2011, p. 81), as fontes oficiais dominam os canais de notícia. O grande fluxo de informações contínuas e positivas sobre o projeto, gerado pela secretaria de comunicação do Estado da Bahia e Bahia Mineração, fez com que o profissional de comunicação utilizasse “o conhecimento sobre o funcionamento do mundo em vez de processos racionais de tomada de decisão. Tais ‘estruturas’ de conhecimento são às vezes referidas como molduras,

roteiros, protótipos ou esquemas” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 57). Sendo o progresso uma expectativa de cada um, e também geral (do público), as informações foram tratadas sem desconfiança e aceitas sem análise. Não houve diversidade de pontos de vista.

Associado a essa postura quase involuntária, ligada ao senso comum, houve também um componente estratégico. Interessa aos veículos de comunicação do eixo Ilhéus-Itabuna o fortalecimento da economia regional e o conseqüente aumento da publicidade. A imprensa, assim como qualquer outra atividade econômica sob o jugo do capitalismo, está subordinada às leis do mercado. De acordo com Alsina (2009, p. 190) “na mídia, é estimulada a necessidade que favorece o crescimento econômico. Também induz o indivíduo a confiar nas autoridades e a se submeter à organização social”.

O Porto Sul quase unificou a imprensa de Ilhéus e Itabuna numa produção jornalística favorável, pois mudanças econômicas e sociais, nesse meio plenamente conectado pela tecnologia, afetarão todos os veículos de imprensa da região da mesma forma (ALSINA, 2009). O Porto Sul, como projeto de desenvolvimento econômico, é um evento adequado às expectativas do público e da imprensa. Os valores do mito do progresso estão na mentalidade dos profissionais de comunicação social e foram determinantes para a escolha e disseminação das notícias favoráveis.

Por outro lado, o mercado investiu e conquistou facilmente uma interpretação positiva sobre o empreendimento. Para isso, foram dadas recompensas financeiras (na forma de contratos publicitários) citadas pelos entrevistados E4, E5 e E6. Nos casos aqui analisados, ressaltamos que os profissionais de imprensa, independente das verbas publicitárias, estavam predispostos a aceitar a obra estruturante. Constatamos que a aceitação aconteceu antes dos vínculos contratuais com a Bahia Mineração. A injeção de recursos profissionalizou uma tendência que já estava posta e aumentou sobremaneira o fluxo de mensagens positivas.

Não queremos subestimar a influência econômica dos patrocinadores, força capaz de determinar como os conteúdos serão tratados ou até mesmo omitidos pela mídia. Porém, encerrados os contratos publicitários da BAMIN, os profissionais de imprensa continuam simpáticos ao projeto, e parte culpa o governo do estado da

Bahia pela lentidão em tirar o Porto Sul do papel. Lembramos que o executivo estadual também fez propaganda remunerada.

Dos seis entrevistados, cinco acreditam que a região estagnou economicamente a partir da crise do cacau. A perda da cacauicultura como referencial de opulência deixou marcas nos conteúdos da imprensa. Dessa forma, saídas “milagreiras” e tão plenamente divulgadas por fontes oficiais tendem a ser acatadas.

Em 2011, pesquisa de opinião pública realizada em Ilhéus indicou que 71% dos entrevistados eram favoráveis ao Porto Sul. A imprensa trabalhou em consonância com o seu público, “em sua forma mais simples, a teoria da economia indica que o público tem aquilo que deseja — dita conteúdos” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 114).

Com base em reflexões de Moretzsohn (2007), consideramos que a imprensa agiu de acordo com a vida cotidiana e ao senso comum de Ilhéus e Itabuna. Contribuiu para reforçar uma percepção equivocada, cujo cerne é o mito do progresso e todas as ilusões que ele desperta. Essa ideologia serviu para consolidar na mídia e na opinião pública os interesses de uma empresa de mineração, ignorando os aspectos negativos do Porto Sul. A imprensa abraçou uma utopia impossível e demonstrou falta de condições para propiciar esclarecimento ao seu público. Tratou o Porto Sul como um fenômeno intensamente positivo e abriu mão dos processos prejudiciais que irão alterar o meio ambiente e a economia da grande área que será afetada pelo projeto.

A importância desse estudo está na deflagração de um plano para uma região baseada em falsas premissas, cujas consequências perniciosas foram ignoradas. A ideia foi apontar como a imprensa é influenciável pelo poder dominante e defende ideias sem estar fundamentada em conhecimentos científicos ou em estudos mais isentos de opiniões fabricadas para o interesse de poucos.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani Alessandri. CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani Alessandri. CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac São Paulo/Edusp, 2010.
- CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauera da Bahia**. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista - Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2009.
- DEAN. Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: Maldição ou Dádiva?** São Paulo: Signus, 2008.
- FRANÇA, Aderino. **Ilhéus Amado** [Internet]. Ilhéus: Aderino França. 2008 abril – [citado em 2015 dezembro 15]. Disponível em <http://www.ilheusamado.com.br/antigo/?q=node/7321>. Acesso em 21 de maio de 2016.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Paz e Terra, 1974.
- GASPARETTO, Agenor. **Porto Sul: percepções e avaliações pelo ilheense**. Itabuna: Sócio Estatística, 2011.
- GERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONDIM, Linda M. P. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: edUFSCar, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2013.
- HENRIQUE, Wendel. **A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo**. Nº 20. São Paulo: GEOUSP, 2006.
- Hydros, Orienta, Derba. **EIA - Estudo de Impacto Ambiental Porto Sul**. Tomo III. Avaliação de Impactos Ambientais. 2011.
- Hydros, Orienta, Derba. **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Porto Sul**. 2011.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Thomson, 2003.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin - aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005a.
- LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. B. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MIRA, Elson Cedro. **Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia**. Ilhéus, BA: Editus, 2015.
- MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. **Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação**. Confins [Internet], 15 | 2012, publicado em 18 jun 2012, citado em 15 de dezembro 2015. Disponível em: <https://confins.revues.org/7685?lang=fr>. Acesso em 16 de dezembro de 2015.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- OIKOS; VALEC; TRANSPORTE, Ministério; FEDERAL, Governo. **Relatório de Impacto Ambiental - R I M A. Ferrovia de Integração Oeste - Leste (EF-334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA)**. 2009.

- PINTO, Lucio Flávio. **A Vale engorda. O Pará emagrece.** Dossiê Jornal Pessoal nº 3. Maio de 2012.
- PIZZATTO, Luciano; PIZZATO, Raquel. (org.). **Dicionário Socioambiental brasileiro.** Curitiba: Tecnodata Educacional, 2009.
- PRIMACK, Richard B. RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação.** Londrina: E. Rodrigues, 2001.
- Revista Manchete. **No Litoral do Descobrimento: portas abertas para o futuro.** Nº 1109, 21 Julho de 1073, Rio de Janeiro.
- RISÉRIO, Antonio. **Caymmi: uma utopia de lugar.** São Paulo: Perspectiva, 2011.
- RODRIGUES, Marcos. **Hidrelétricas, ecologia comportamental, resgate de fauna: uma falácia.** Vol. 4, n. 1. São Paulo: Ponto de Vista – Natureza e Conservação, 2006.
- ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso.** São Paulo: UNESP, 2000.
- SAMUEL, Davidson; RIBEIRO, Ricardo. **Blog Pimenta** [Internet]. Itabuna: Davidson Samuel. 2010 Ago – [citado em 2015 dezembro 15]. Disponível em <http://www.pimenta.blog.br/2010/08/06/secretario-prega-equilibrio>. Acesso em 22 de fevereiro do 2016.
- SERRA, Antônio A. Duas ou três coisas sobre a verdade. In: NELSON, Chico; SANTOS, Nilton; NORONHA, Solange; MORETZSOHN, Sylvia (org.). **Jornalistas pra quê? (Os profissionais diante da ética).** Rio de Janeiro: Cadernos de jornalismo: Sindicato dos jornalistas profissionais do município do Rio de Janeiro, 1989.
- SHOEMAKER, Pamela J. VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia.** Porto Alegre: Penso, 2011.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- TASSARA, Eda (org.). TASSARA, Helena (texto). **Dicionário Socioambiental: ideias, definições e conceitos.** São Paulo: Brasil Sustentável, 2008.
- TEIXEIRA, Amom Chrystian de Oliveira; ALMEIDA, Messias de Almeida; LAVENÈRE-WANDERLEY, Ana Amélia de Oliveira. **Erosão costeira na Praia de São Miguel, Ilhéus-BA.** v. 12, n. 38. Uberlândia: Caminhos para a geografia, 2011.
- TEIXEIRA NETO, Euclides José. **Os magros.** Salvador: EDUFBA, 2014.

THAME, Daniel. **Blog do Thame [Internet]**. Itabuna: Daniel Thame. 2010 maio - [citado em 2015 dezembro 15]. Disponível em <http://danielthame.blogspot.com.br/search?q=o+%C3%BAnico+impacto>. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

VARELLA, Dráuzio; CESCHIN, Mauricio. **A saúde dos planos de saúde: os desafios da assistência privada no Brasil**. São Paulo: Paralela, 2014.

WRIGHT, Ronald. **Uma Breve história do progresso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIZEK, Slavoj. O Espectro da Ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO A: DECRETO Nº 16.487 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015**DECRETO Nº 16.487 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015**

Cria o Parque Estadual Ponta da Tulha no Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 105 da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 13 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e com observância à Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual Ponta da Tulha, localizado no Município de Ilhéus - Bahia, com área de 1.703,9076ha (mil, setecentos e três hectares, noventa ares e setenta e seis centiares), cujos limites são definidos pelo memorial descritivo constante dos Anexos I e II deste Decreto, com os seguintes objetivos:

I - proteger os ecossistemas naturais da Mata Atlântica, os quais abrigam, em elevado grau, espécies da fauna e da flora endêmicas e ameaçadas de extinção;

II - preservar integralmente o mosaico de fitofisionomias no contexto da paisagem regional da Mata Atlântica do Litoral Sul da Bahia, de modo a garantir condições adequadas para a manutenção dos processos ecológicos;

III - complementar a representatividade do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, incluindo a proteção integral de ecossistemas como a restinga arbórea e manguezais;

IV - contribuir para a implementação dos planos de ação para a conservação de espécies de ocorrência na área;

V - propiciar a sucessão secundária da vegetação nas áreas degradadas ou alteradas, de modo a reconstruir os habitats perdidos das espécies ameaçadas;

VI - preservar bancos genéticos, tanto da fauna quanto da flora, para sua possível utilização pelas gerações futuras;

VII - possibilitar e fomentar o desenvolvimento de pesquisa científica, de monitoramento ambiental e de treinamento, com o fim de apoiar o manejo para a conservação da Unidade de Conservação;

VIII - propiciar o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico, de educação ambiental e de integração com o entorno.

§ 1º - O subsolo da área a que se refere o caput do art. 1º deste Decreto integra os limites do Parque Estadual Ponta da Tulha.

§ 2º - A Zona de Amortecimento do Parque Estadual Ponta da Tulha tem sua extensão territorial e limites definidos pelo memorial descritivo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 2º - O Parque Estadual Ponta da Tulha será administrado pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, que adotará as medidas necessárias para a sua efetiva implementação e manejo.

Art. 3º - As áreas de domínio do Estado, inseridas dentro dos limites do Parque Estadual Ponta da Tulha, deverão ser objeto de cessão de uso ao INEMA, com a devida anotação na Secretaria da Administração.

Parágrafo único - As áreas privadas inseridas nos limites do Parque Estadual Ponta da Tulha, que ainda não estão sob o domínio estadual, serão regularizadas pelo Estado.

Art. 4º - Fica proibida qualquer forma de intervenção na vegetação nativa até que as terras destinadas ao Parque estejam sob efetiva administração do INEMA.

Art. 5º - O Estado, com o auxílio do INEMA, providenciará a averbação da criação do Parque Estadual nas matrículas dos imóveis que a integram, junto aos Registros Imobiliários respectivos, em prazo de até um ano a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 6º - O INEMA promoverá a inscrição e atualização permanente do Parque Estadual Ponta da Tulha no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, garantindo seu acesso a recursos de compensação ambiental e de todas as demais formas de captação que possam contribuir para a consecução de seus objetivos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de dezembro de 2015.

RUI COSTA
Governador

ANEXO B: REPORTAGENS

- Exclusivo: Disputa judicial entre mineradoras pode ter adiantado a licença do Porto Sul. (Blog do Gusmão, 2014). Disponível em: <http://migre.me/u5Hrg>.

- Porto Sul: Jacques Wagner é citado em disputa judicial entre ENRC e Zamin. (Blog do Gusmão, 2015). Disponível em: <http://migre.me/u5Hsi>.

- Porto Sul: Imprensa nacional destaca briga na Justiça pela Bamin. (Blog do Gusmão, 2015). Disponível em: <http://migre.me/u5Ht4>.

- Projeto de mineração na região ficou no papel. (Estadão, 2015). Disponível em: <http://migre.me/u5HtC>.